



RESOLUÇÃO Nº 262-COGRAD/UFMS, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2020.

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Direito do Câmpus do Pantanal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE GRADUAÇÃO da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Resolução nº 105, Coeg, de 4 de março de 2016 e na Resolução nº 16, Cograd, de 16 de janeiro de 2018, e considerando o conteúdo no Processo nº 23104.000881/2010-86, resolve, **ad referendum**:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Direito do Câmpus do Pantanal, na forma do Anexo a esta Resolução.

Art. 2º O referido Curso, em respeito às normas superiores pertinentes à integralização curricular, obedecerá aos seguintes indicativos:

I - carga horária mínima:

- a) mínima do CNE: 3.700 horas; e
- b) mínima UFMS: 3.880 horas.

II - tempo de duração:

- a) proposto para integralização curricular: dez semestres;
- b) mínimo CNE: dez semestres; e
- c) máximo UFMS: quinze semestres.

III - turno de funcionamento: noturno e sábado, manhã e tarde.

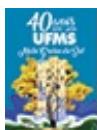
Art. 3º O Projeto Pedagógico será implantado a partir do primeiro semestre do ano letivo de 2021, para todos os estudantes do Curso.

Art. 4º Ficam revogadas, a partir de 15 de março de 2021:

- I - a Resolução nº 142, de 25 de agosto de 2010;
- II - a Resolução nº 554, de 20 de novembro de 2014; e
- III - a Resolução nº 321, de 12 de junho de 2015.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor em 4 de janeiro de 2021.

CRISTIANO COSTA ARGEMON VIEIRA



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Costa Argemon Vieira, Pró-Reitor(a), Substituto(a)**, em 04/12/2020, às 21:23, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2292136** e o código CRC **C28A1F4A**.

CONSELHO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.000070/2020-57

SEI nº 2292136





Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1. Denominação do Curso: Direito - Bacharelado

1.2. Código E-mec: 52128

1.3. Habilitação: Não se aplica

1.4. Grau Acadêmico Conferido: Bacharelado

1.5. Modalidade de Ensino: Presencial

1.6. Regime de Matrícula: Semestral

1.7. Tempo de Duração (em semestres):

- a) Proposto para Integralização Curricular: 10 Semestres
- b) Mínimo CNE: 10 Semestres
- c) Máximo UFMS: 15 Semestres

1.8. Carga Horária Mínima (em horas):

- a) Mínima CNE: 3700 Horas
- b) Mínima UFMS: 3880 Horas

1.9. Número de Vagas Ofertadas por Ingresso: 50 vagas

1.10. Número de Entradas: 1

1.11. Turno de Funcionamento: Noturno, Sábado pela manhã e Sábado à tarde

1.12. Local de Funcionamento:

1.12.1. Unidade de Administração Setorial de Lotação: CÂMPUS DO PANTANAL

1.12.2. Endereço da Unidade de Administração Setorial de Lotação do Curso:
Avenida Rio Branco, n.º 1.270, Bairro Universitário, Corumbá/MS. CEP 79.304-902.

1.13. Forma de ingresso: As Formas de Ingresso nos Cursos de Graduação da UFMS são regidas pela Resolução nº 550, Cograd, de 20 de novembro de 2018; Capítulo IV, Seção I – Art. 34:O ingresso nos cursos de graduação da UFMS ocorre por meio de:I – processos seletivos para portadores de certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente, sendo eles: a) Sistema de Seleção Unificada; b) Vestibular; c) Programa de Avaliação Seriada Seletiva; d) Seleção para Vagas Remanescentes; e) Seleção para Portadores de visto de refugiado, visto humanitário ou visto de reunião familiar;II – convênios ou outros instrumentos jurídicos de mesma natureza, firmados com outros países para portadores de certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente; III – processos seletivos para portadores de diploma de curso de graduação, condicionado à existência de vagas; IV – matrícula cortesia, para estrangeiros que estejam em missões diplomáticas ou atuem em repartições consulares e organismos internacionais e seus dependentes,





Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

independentemente da existência de vagas, conforme legislação específica; V – processo seletivo para transferência de estudantes regulares de outras instituições nacionais de ensino superior, para cursos da mesma área de conhecimento, condicionado à existência de vagas; VI – transferência compulsória de estudantes de outras instituições nacionais de ensino superior, para cursos da mesma área de conhecimento, independentemente da existência de vagas, conforme legislação específica; VII – seleção para movimentação interna de estudantes regulares da UFMS para mudança de curso, condicionado à existência de vagas; VIII – permuta interna para troca permanente entre estudantes do mesmo curso no âmbito da UFMS; IX – convênios ou outros instrumentos jurídicos de mesma natureza, firmados com instituições nacionais ou internacionais de ensino, para mobilidade de estudantes regulares de outras instituições; X – matrícula para complementação de estudos, para os candidatos que optaram por revalidar o diploma na UFMS, de acordo com a legislação específica; XI – seleção de reingresso para os estudantes excluídos que tenham interesse em dar continuidade aos estudos no mesmo curso, habilitação, modalidade, turno e Unidade de origem, condicionado à existência de vagas. Os critérios e procedimentos que regulamentam o ingresso são definidos em Regulamentos e em editais específicos, condicionado à existência de vagas e às especificidades dos cursos.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
- Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências;
- Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais—Libras, e o art. 18 da Lei nº



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

- 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Decreto Federal nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
 - Decreto Federal nº 9.057, de 25 de maio de 2017, Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
 - Portaria nº 3.284, Ministério da Educação (MEC), de 7 de novembro de 2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;
 - Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância (EaD) em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao Sistema Federal de Ensino;
 - Resolução nº 1, Conselho Nacional da Educação (CNE) / Conselho Pleno (CP), de 17 de junho de 2004, que institui diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
 - Resolução nº 2, CNE/ Câmara de Educação superior (CES), de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
 - Resolução nº 3, CNE/CP, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula;
 - Resolução nº 1, CNE/CP, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
 - Resolução nº 2, CNE/CP, de 15 de junho de 2012, que Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
 - Resolução nº 7, CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação —PNE 2014-2024— e dá outras providências;
 - Resolução nº 1, Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), de 17 de junho de 2010, que Normatiza o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e dá outras providências;
 - Portaria SESU/MEC nº 318, de 12 de abril de 2007, D.O.U. nº 72, de 16 de abril de 2007. Renovação: Portaria SERES/MEC nº 545, de 5 de junho de 2017, D.O.U. nº 107, de 6 de junho de 2017.
 - Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.
 - Resolução nº 35, Conselho Universitário (Coun), de 13 de maio de 2011, que aprova o Estatuto da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
 - Resolução nº 78, Coun, de 22 de setembro de 2011, que aprova o Regimento Geral da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
 - Resolução nº 93, Coun, de 5 de dezembro de 2014, que altera o art. 39 da Resolução nº 78, Coun, de 22 de setembro de 2011;
 - Resolução nº 107, Conselho de Ensino de Graduação (Coeg), de 16 de junho de 2010, que aprova o Regulamento de Estágio para os acadêmicos dos Cursos de Graduação, presenciais, da UFMS;



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

- Resolução nº 106, Coeg, de 4 de março de 2016, que aprova as Orientações Gerais para a Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso de Graduação da UFMS;
- Resolução nº 105, Coeg, de 4 de março de 2016, que aprova as Regras de Transição para Alterações Curriculares originadas de alterações na normatização interna da UFMS ou atendimento a normativa legal;
- Resolução nº 16, Conselho de Graduação (Cograd), de 16 de janeiro de 2018, que altera o art. 4º da Resolução nº 105, Coeg, de 4 de março de 2016;
- Resolução nº 550, Cograd, de 20 de novembro de 2018, que aprova o Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul;
- Resolução nº 537, Cograd, de 18 de outubro de 2019, que aprova o Regulamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE), dos cursos de graduação da UFMS.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1. HISTÓRICO DA UFMS

A Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) teve origem com a criação das Faculdades de Farmácia e de Odontologia, em 1962, na cidade de Campo Grande, embrião do ensino superior público no sul do então Estado de Mato Grosso.

Em 26-07-1966, pela Lei Estadual nº 2.620, esses cursos foram absorvidos pelo Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG), que reformulou a estrutura anterior, instituiu departamentos e criou o primeiro curso de Medicina.

No ano de 1967, o Governo do Estado criou o Instituto Superior de Pedagogia, em Corumbá, e o Instituto de Ciências Humanas e Letras, em Três Lagoas, ampliando assim a rede pública estadual de ensino superior.

Integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, a Lei Estadual nº 2.947, de 16-09-1969, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT). Em 1970, foram criados e incorporados à UEMT, os Centros Pedagógicos de Aquidauana e Dourados.

Com a divisão do Estado de Mato Grosso, a UEMT foi federalizada pela Lei Federal nº 6.674, de 05-07-1979, passando a denominar-se Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O então Centro Pedagógico de Rondonópolis, sediado em Rondonópolis/MT, passou a integrar a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Atualmente, além da sede na Cidade Universitária em Campo Grande, onde funcionam as unidades setoriais: Escola de Administração e Negócios (Esan), Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (Faalc), Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição (Facfan), Faculdade de Ciências Humanas (Fach), Faculdade de Computação (Facom), Faculdade de Educação (Faed), Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia (Faeng), Faculdade de Medicina (Famed), Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (Famez), Faculdade de Odontologia (Faodo), Instituto de Biociências (Inbio), Faculdade de Direito (Fadir), Instituto de Física (Infi), Instituto de Matemática (Inma), Instituto de Química (Inqui) Instituto Integrado de Saúde (Inisa), a UFMS mantém unidades setoriais nas cidades de Aquidauana, Bonito, Chapadão do Sul, Corumbá, Coxim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas,



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

descentralizando o ensino para atender aos principais polos de desenvolvimento do Estado.

O Câmpus de Dourados (CPDO) foi transformado na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com a sua instalação realizada em 01-01-2006, de acordo com a Lei nº 11.153, de 29-07-2005.

A UFMS possui cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e a distância. Os cursos de pós-graduação englobam especializações e programas de mestrado e doutorado.

3.2. HISTÓRICO DA UNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SETORIAL DE LOTAÇÃO DO CURSO (PRESENCIAIS) OU DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UFMS (CURSOS A DISTÂNCIA)

O Câmpus do Pantanal foi criado pelo Governo do Estado de Mato Grosso, pelo Decreto nº 402, de 13 de novembro de 1967, com a denominação de Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá (ISPC), juntamente com o Instituto de Ciências Humanas e Letras, em Três Lagoas, ampliando-se dessa forma a rede pública estadual de ensino superior. O ISPC foi uma estratégia encontrada para tornar efetiva a tentativa malograda de criação, ainda em setembro daquele ano, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Corumbá.

No decorrer de sua história recebeu diferentes nomenclaturas. A primeira modificação ocorreu por meio da Lei Estadual nº 2.947, de 16 de setembro de 1969, quando foi criada a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), com a sede em Campo Grande, integrando os institutos já existentes em Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, passando a ser Centro Pedagógico de Corumbá.

Com a divisão do Estado de Mato Grosso, ocorreu a federalização da instituição, com a denominação de Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pela Lei Federal nº 6.674, de 5 de julho de 1979, com sede em Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul (MS). Naquele momento, o Centro Pedagógico de Corumbá passou a ser Centro Universitário de Corumbá (Ceuc). A atual denominação ocorreu em 2005, quando se adotou o nome de Câmpus do Pantanal (CPAN).

O CPAN está situado no município de Corumbá, sendo atualmente composto por três unidades. A Unidade I localiza-se na Avenida Rio Branco, nº 1.270 e a Unidade II na Rua Poconé, s/n, ambas no Bairro Universitário e próximo da divisa entre as cidades de Corumbá e Ladário. A Unidade III está instalada na Rua Domingos Sahib, 99 – Bairro Cervejaria, no Porto Geral de Corumbá. Atende, além do município de Corumbá, o município de Ladário e os países limítrofes, em especial a Bolívia.

Visando ao cumprimento do Estatuto em vigência , Resolução nº 35/2011-Coun , e do Regimento Geral Resolução nº 78/2011- Coun, o Câmpus do Pantanal tem buscado a integração regional além de estimular as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Na sua trajetória foi marcante o incentivo à qualificação do corpo docente, com a participação contínua no Plano de Capacitação Docente da UFMS. Outro aspecto importante diz respeito ao quadro de Mestres e Doutores, que aumentou significativamente, ampliando a produção científica dos cursos, o desenvolvimento da Iniciação Científica e o aumento na organização de eventos científicos.

O Câmpus do Pantanal está composto por 13 cursos de graduação. De acordo com o ano de criação, período de funcionamento e números de vagas ofertadas anualmente são: Administração (1973) - Noturno (N) - 50; Ciências Biológicas (1986) - Vespertino (V) - 35; Ciências Contábeis (1973) – (N) - 50; Direito (2001) - (N) - 50; Educação Física (2009) - Integral (Matutino-Vespertino) - 50; Geografia (1985) - (N) - 40; História (1967) - (N) - 35; Letras – Português/Inglês (1967) – (N) - 40; Letras – Português/Espanhol (2006) - (M) - 40; Matemática



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

(1975) - Integral (V-N) - 40; Pedagogia (1967) - Integral (V-N) - 45; Psicologia (1967) - Integral (M-V) - 40; Sistemas de Informação (2009) - Integral (M-V) - 50.

São também oferecidos dois Cursos de pós-graduação – nível Mestrado: Estudos Fronteiriços (2008) - Integral - 15; Educação (2009) - Pós-Graduação – Integral – 15.

3.3. HISTÓRICO DO CURSO

O Curso de Direito/CPAN foi criado pela Resolução COUN nº 10, de 3 de maio de 2001, implantando pelo vestibular de inverno do ano de 2001, ofertando 50 vagas, tendo sido reconhecido pelo MEC, através da Portaria nº. 318 de 12 de abril de 2007.

Inicialmente, o Curso de Direito/CPAN funcionava no período matutino, mas, a fim de atender a demanda local, passou suas atividades para o período noturno.

A primeira turma do Curso de Direito/CPAN, formada em 2006, teve uma aprovação de mais de 85% (oitenta e cinco por cento) dos acadêmicos inscritos no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil.

No Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, o Curso de Direito/CPAN recebeu a nota 3 nas avaliações de 2018, 2015, 2012 e 2009.

No ano de 2019 o Curso de Direito/CPAN foi agraciado com o Selo OAB RECOMENDA, uma vez que a Ordem dos Advogados do Brasil possui um ranking com as melhores faculdades de Direito do Brasil. A instituição concede esse selo às instituições que conseguem alcançar alguns critérios. O objetivo é avaliar a qualidade do ensino jurídico no país e disponibilizar para os estudantes quais são as faculdades de Direito reconhecidas pela OAB, que têm se destacado devido a formação de profissionais qualificados e capazes de desenvolver uma carreira jurídica de sucesso. Combinando dois critérios – o desempenho no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE/INEP) e o índice de aprovação no Exame de Ordem –, representa um reconhecimento público da qualidade de graduações em Direito no Brasil. O Selo, é um manifesto em defesa da cidadania brasileira, que será mais fortalecida na proporção em que mais capacitados forem os profissionais encarregados de defender seus direitos.

Tendo formados mais de 700 operadores do Direito ao longo de sua existência, atualmente o Curso de Direito /CPAN conta com 11 professores efetivos, sendo 6 doutores e 5 mestres.

4. NECESSIDADE SOCIAL DO CURSO

4.1. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DA POPULAÇÃO DA MESORREGIÃO

O Estado de Mato Grosso do Sul foi constituído a partir do desmembramento do Estado de Mato Grosso. Sua instalação, em 1979, decorreu da estratégia política de interiorizar o desenvolvimento nacional, reduzir os vazios demográficos e apoiar e potencializar novas fronteiras de produção agropecuária e agroindustrial (MS, 2015).

O Estado se divide em quatro mesorregiões: Pantanais de Mato Grosso do Sul, Leste de Mato Grosso do Sul, Sudoeste de Mato Grosso do Sul e a mesorregião Centro-Norte de Mato Grosso do Sul. A mesorregião Pantanais de Mato Grosso do Sul é composta por 7 (sete) Municípios, quais sejam, Corumbá, Ladário, Porto Murtinho, Anastácio, Aquidauana, Dois Irmãos do Buriti e Miranda, divididos, por sua vez, em 2 (duas) microrregiões, Baixo Pantanal e Aquidauana.

De acordo com o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2010, a população do Município de Corumbá é de 103.703 (cento e três mil, setecentos e três) pessoas. Trata-se do



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

terceiro Município mais populoso do Estado do Mato Grosso do Sul, apenas perdendo para os Municípios de Dourados e Campo Grande, este último a capital do Estado. A densidade demográfica em 2010 era de 1,6 (um inteiro e seis décimos) habitantes por quilômetros quadrado. Dentre os mais de 103 (cento e três) mil habitantes, 27,96% (vinte e sete inteiros e noventa e seis centésimos por cento) autoidentificaram-se como brancos; 63,34% (sessenta e três inteiros e trinta e quatro centésimos por cento), como pardos; 7,10% (sete inteiros e um décimo por cento), como pretos; 1,21% (um inteiro e vinte um centésimos por cento), como amarelos; e, finalmente, 0,38% (trinta e oito centésimos por cento), como integrantes de povos indígenas.

Ainda de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 2,7 (dois inteiros e sete décimos) salários mínimos. Assim, de acordo com o critério do salário mensal, Corumbá ocupa a 7.^a (sétima) posição dentre os 79 (setenta e nove) Municípios do Estado. A proporção de pessoas ocupadas em relação ao total da população era de 14,2% (quatorze inteiros e dois décimos por cento), o que representa 15.626 (quinze mil, seiscentos e vinte e seis) pessoas, resultado este que coloca Corumbá na 4.^a (quarta) posição na comparação com os demais Municípios de Mato Grosso do Sul, de acordo com o critério “pessoal ocupado”. Considerando, por fim, os domicílios com rendimentos mensais de até 0,5 (meio) salário mínimo por pessoa, Corumbá tinha 37,6% (trinta e sete inteiros e seis décimos por cento) da população nestas condições, o que o colocava na posição 26 dentre os Municípios do Estado.

De acordo com o censo de 2010 do IBGE, a taxa de escolarização de pessoas de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade em Corumbá era de 94,7% (noventa e quatro inteiros e sete décimos por cento), o que coloca o Município apenas na posição 66 (sessenta e seis) dentre os 79 (setenta e nove) Municípios existentes no Estado. Em 2018, o número de matrículas no ensino fundamental foi de 16.126 (dezesseis mil, cento e vinte e seis) matrículas. Por sua vez, no mesmo ano, ocorreram 4.487 (quatro mil, quatrocentos e oitenta e sete) matrículas no ensino médio.

No que diz respeito a aspectos econômicos, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do Município de Corumbá, no ano de 2017, alcançou o valor de R\$ 26.107,73 (vinte e seis mil, cento e sete reais e setenta e três centavos), o que faz o Município ocupar a posição 49 (quarenta e nove) na comparação com os demais Municípios do Estado e a 1.^a (primeira) posição considerando apenas a sua microrregião do Baixo Pantanal, o que mostra a relevância social e econômica do Município no contexto da mesorregião dos Pantanais.

4.2. INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO

O Município de Corumbá apresenta uma extensão territorial de 64.438,363 km² (sessenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e oito quilômetros quadrados e trezentos e sessenta e três metros quadrados). Trata-se do maior Município em extensão territorial não apenas na microrregião do Baixo Pantanal, mas em todo o Estado do Mato Grosso do Sul. O seu bioma é o Pantanal/Cerrado, de acordo com a classificação feita em 2019 pelo IBGE.

O Município de Corumbá, também de acordo com dados do IBGE de 2010, apresenta 19,3% (dezenove inteiros e três décimos por cento) de domicílios com esgotamento sanitário adequado. Apresenta também 96,6% (noventa e seis inteiros e seis décimos por cento) de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 33,4% (trinta e três inteiros e quatro décimos por cento) de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com outros Municípios do mesmo Estado em relação aos critérios anteriormente mencionados, ocupa a posição 33 de



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

79, 30 de 79 e 3 de 79, respectivamente.

A taxa de mortalidade infantil média no Município é de 17,48 (dezessete inteiros e quarenta e oito centésimos) para 1.000 (mil) nascidos vivos. As internações devido a diarréias são de 1,5 (um inteiro e cinco décimos) para cada 1.000 (mil) habitantes. Comparando-se Corumbá com todos os Municípios do Estado em relação aos critérios supramencionados, o Município permanece na posição 16 de 79 e 34 de 79, respectivamente. Por fim, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 2010 é de 0,700.

Os dados colacionados acima demonstram que o desenvolvimento econômico do Município de Corumbá não foi acompanhado pelo aumento da qualidade das condições de vida da população. Assim, enquanto Corumbá ocupa a 7.^a (sétima) posição no quesito “salário médio mensal dos trabalhadores formais) dentre todos os Municípios Sul-Mato-Grossenses, o mesmo Município apresenta dados sociais extremamente preocupantes, como se pode demonstrar pela posição 66 dentre 79 Municípios do Estado no quesito “taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade” ou ainda 16.^a (décima sexta) maior taxa de mortalidade infantil no Estado.

No entanto, como estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), na Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável de 2020, o simples desenvolvimento econômico não é verdadeiro desenvolvimento. O desenvolvimento sustentável baseia-se em três pilares: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental, razão pela qual torna-se tão importante medir em que estágio o Município se encontra por meio de índices socioambientais que retratem esta relação triangular entre economia, sociedade e natureza.

Se, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), o desenvolvimento sustentável é a melhoria das condições de vida das presentes e futuras gerações, não há desenvolvimento que possa ser levado a bom termo sem a necessária garantia dos direitos humanos, razão pela qual a permanência e a renovação do Curso de Direito na microrregião do Baixo Pantanal torna-se uma necessidade premente. O objetivo de um Curso de Direito é formar profissionais capazes de compreender o universo das normas jurídicas e aplicá-las adequadamente ao caso concreto, justamente com o objetivo de melhorar as condições de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade, como, por exemplo, mulheres, crianças, idosos, desempregados ou subempregados, negros, indígenas e quilombolas.

A contínua formação de um quadro permanente de profissionais do Direito na região, com o consequente aumento do conhecimento dos direitos por parte de toda a população, criam as condições para que o desenvolvimento econômico seja acompanhado das necessárias garantias sociais (serviço adequado de saúde, educação, saneamento básico, planejamento urbano) e das devidas proteções da natureza (como, por exemplo, áreas de proteção ambiental e controle da poluição). O impacto real do Curso no Município, portanto, é demonstrado pela identificação das situações de violações de direitos em Corumbá feitas pelos profissionais do Direito, bem como pelo aumento dos respectivos remédios jurídicos contra toda e qualquer forma de negação da condição básica de ser humano ocorrida na região do Baixo Pantanal.

4.3. ANÁLISE DA OFERTA DO CURSO NA REGIÃO

O Curso de Direito do Câmpus do Pantanal foi criado no Município de Corumbá para atender a demanda da sociedade da mesorregião do Pantanal Sul-Mato-Grossense por um curso de nível superior em Direito. À época de sua criação, não havia oferta do curso superior de Direito, seja por instituições de ensino públicas, seja por instituições de ensino privadas, razão pela qual os interessados no Curso que possuíam condições financeiras eram obrigados a se deslocar para



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

Municípios mais longínquos dentro do Estado, como Campo Grande, Dourados, Ponta Porã, Nova Andradina, ou ainda para Municípios do interior do Estado de São Paulo, como Bauru, Araçatuba, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto.

Em seus mais de 20 (vinte) anos de existência, o Curso de Direito do Câmpus do Pantanal cumpriu a sua missão de oferecer um curso de nível superior em Direito para as pessoas da mesorregião do Pantanal Sul-Mato-Grossense que não possuem condições financeiras de se deslocar para outras cidades e de se manter nelas durante todo o período do curso. O Curso de Direito do Câmpus do Pantanal oferta 50 (cinquenta) vagas todos os anos no processo seletivo do vestibular, apresentando alta taxa de conclusão do Curso por parte dos seus estudantes. Atualmente, em virtude do aumento constante da demanda, o Curso de Direito também é oferecido no Município de Corumbá por uma instituição de ensino superior privada. No entanto, apenas o Curso de Direito do Câmpus do Pantanal possui o selo “OAB Recomenda”.

Em virtude da implantação de empresas do ramo de mineração em seu território e da instalação do sistema hidroviário Paraguai-Paraná, o Município de Corumbá continuará a se destacar, nos próximos anos, como um pólo turístico e de industrialização da mesorregião dos Pantanais, razão pela qual continuará presente a necessidade de profissionais do Direito qualificados para atender as demandas oriundas dos diversos setores sociais e para resolver judicial ou extrajudicialmente os conflitos que invariavelmente irão surgir desta realidade de desenvolvimento econômico e social.

Por fim, é necessário lembrar que o Município de Corumbá encontra-se em uma região de tríplice fronteira (Brasil-Bolívia-Paraguai), razão pela qual existem problemas jurídicos específicos de ordem ambiental ou de diversidade étnico-cultural que não seriam conhecidos e resolvidos sem a manutenção de um Curso de Direito na região do Pantanal.

5. CONCEPÇÃO DO CURSO

5.1. DIMENSÕES FORMATIVAS

Os componentes curriculares do Curso foram concebidos a fim de contribuir para a formação do acadêmico como um todo, cobrindo várias dimensões do conhecimento necessárias a um profissional da área. As principais dimensões que permeiam o processo formativo no Curso são: técnica, política, desenvolvimento pessoal, cultural, ética e social.

5.1.1. TÉCNICA

Um dos primeiros objetivos do Curso de Direito do Câmpus do Pantanal é oferecer aos seus estudantes a oportunidade de participar reflexiva e ativamente de uma prática social por meio da qual os significados socialmente construídos a respeito do justo foram historicamente sedimentados.

Em especial, o Curso de Direito do Câmpus do Pantanal possibilitará ao graduando a participação ativa em um processo formativo, cuja conclusão levará à apreensão de determinadas habilidades e competências de ordem cognitiva, instrumental e interpessoal próprias do campo do saber jurídico, dentre as quais destacamos:

a) Interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.

b) Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.

c) Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

- d) Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e rationalidades fundamentais ao exercício do Direito.
 - e) Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
 - f) Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.
 - g) Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.
 - h) Atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.
 - i) Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.
 - j) Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.
 - k) Compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica.
 - l) Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
 - m) Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.
 - n) Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

Para que o resultado do processo formativo seja a apreensão das habilidades e competências anteriormente elencadas como *experiência*, serão utilizadas as seguintes estratégias, todas elas partindo dos pressupostos acerca do processo de ensino-aprendizagem já estabelecidos no tópico anterior. Destaquemos as estratégias de ensino-aprendizagem mais importantes:

a) Interdependência entre teoria e prática, problematização como ponto de partida do processo de ensino-aprendizagem e incorporação gradual de ações e práticas extensionistas na estrutura curricular do Curso: conforme já estabelecido, a aprendizagem é um processo intersubjetivo que se dá, antes de tudo, na prática manual e corporificada do ser humano que está-aí (em um determinado momento e em um determinado lugar). A incorporação gradual de práticas e ações extensionistas na estrutura curricular do Curso de Direito do Câmpus do Pantanal irá quebrar um paradigma há muito sedimentado nas ciências de cunho positivista de que a teoria e a prática são âmbitos separados do saber. Partindo-se do pressuposto da precedência da prática sobre a teoria e compartilhando-se ainda o pressuposto de a teoria nada mais é do que um estágio altamente reflexivo do que a prática cotidianamente exige, o processo de ensino-aprendizagem não poderá ter outro ponto de partida senão as situações reais de conflito vivenciadas pelos cidadãos em seu dia a dia, situações estas que os estudantes não apenas visualizarão como agentes externos à realidade prática, mas vivenciarão como cidadãos que já estão inseridos em práticas de violação de direitos e de estruturas de privilégios, como é típico da sociedade brasileira. A retificação destas situações de violação de direitos irá exigir a reelaboração reflexiva da prática de ler, interpretar e aplicar normas jurídicas; comunicar-se oralmente com os colegas em grupos de debate e discussões; comunicar-se oralmente com as partes envolvidas no litígio e procurar solucionar os conflitos, dando prevalência à conciliação, à mediação e às soluções alternativas de conflitos. O discente necessariamente terá que aprender, também na prática, como trabalhar em grupo e como utilizar as novas tecnologias da informação, diante da virtualização dos processos judiciais. Aprenderá também, ao enfrentar argumentos contrários, como raciocinar juridicamente e como fazer uso adequado das categorias próprias da razão prático-jurídica. A participação em práticas extensionistas também possibilitará ao educando vivenciar situações e



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

práticas recorrentes de violação de direitos humanos próprias de uma região de fronteira étnico-cultural como é a microrregião do Baixo Pantanal, razão pela qual terá que aprender e fomentar a cultura do diálogo e do respeito aos direitos humanos.

b) Interdisciplinaridade: O estudante também precisará apreender o direito desde outras perspectivas formativas, razão pela qual será estimulada, durante toda a estrutura curricular, a participação do educando em disciplinas de formação outras que não propriamente jurídicas, como antropologia, sociologia, filosofia, ética, medicina. Se o direito tem por objeto imediato as relações humanas e seus conflitos, o direito enquanto ciência precisa recuperar o seu lugar no meio das ciências humanas e da tradição ligada às ciências do espírito.

5.1.2. POLÍTICA

A segunda dimensão formativa do Curso de Direito do Câmpus do Pantanal é a dimensão política. Se o ser humano é um sujeito cuja identidade é intersubjetivamente construída, não se pode negar que esta construção é também necessariamente política. Por político, entende-se aqui como sinônimo da capacidade social de todo o ser humano de orientar a conduta de outras pessoas por meio do oferecimento de razões. Em síntese, a dimensão política diz respeito à formação de um sujeito capaz de compreender as relações de poder, de natureza ideológica, que regulam o ambiente social. Diz respeito à compreensão dos processos de exploração, dominação e subordinação que se estabelecem no convívio social.

O Direito, enquanto fenômeno que só pode ser compreendido inserido dentro de uma realidade social particular, não deixa também de ser um fenômeno político. Neste caso, trata-se de um fenômeno político em dois sentidos, seja como resultado, seja como fator de influência da própria política. Como resultado, o Direito só pode ser devidamente compreendido quando se tem a ciência de as normas de um determinado ordenamento jurídico é resultado da atividade política, que foi realizada em um determinado momento e lugar que ofereceu oportunidades e resistências à emancipação do ser humano enquanto agente livre de desvantagens imerecidas.

Assim, alguns temas serão necessariamente discutidos na estrutura curricular do Curso de forma transversal, temas que não podem ser compreendidos pela mera análise dos diplomas normativos, mas cuja compreensão exige a inserção do discente na realidade política que possibilitou o surgimento destes diplomas normativos. Citemos os temas mais importantes cuja discussão deve ser fomentada junto aos discentes: ações afirmativas para negros e indígenas como forma de ingresso nas instituições de ensino superior públicas; reforma das leis trabalhistas, flexibilizando e reduzindo a proteção antes dada ao trabalhador contra o desemprego e contra condições indignas de trabalho; reforma da previdência, que reduziu o campo de proteção do cidadão brasileiro contra os riscos inerentes à vida humana, como acidentes e a idade avançada.

O debate transversal e interdisciplinar destes temas ao longo do Curso propiciará ao estudante a percepção de que o Direito também é um instrumento de sedimentação das relações de dominação, opressão e exploração das minorias pelas maiorias políticas de turno e pelas elites econômicas. A percepção do estudante de direito de que o exercício futuro da sua profissão poderá servir não à emancipação do sujeito humano, mas justamente ao bloqueio de toda e qualquer emancipação é o mote catalisador de ações e reflexões renovatórias que o estudante passará a ter como sujeito ativo do processo de conhecimento e aprendizagem.

Por outro lado, é preciso entender que o direito não apenas é resultado, como também é um fator que influencia o próprio exercício da atividade política,



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

ainda mais se considerarmos a realidade brasileira recente, cuja participação mais ativa do Supremo Tribunal Federal em questões antes reservadas ao campo do político levou cientistas do direito e da política a descrever o tempo presente como juristocracia ou supremocracia. As decisões que mais impactaram a realidade social do cidadão comum nos últimos 20 (vinte) anos foram oriundas do Supremo Tribunal Federal, decidido a levar a efeito uma interpretação progressista da Constituição.

Assim, uniões civis entre pessoas do mesmo sexo, aborto de fetos anencéfalos, aborto até o terceiro mês de gestação, ensino religioso em escolas públicas, obrigatoriedade de que escolas privadas aceitem alunos com deficiências físicas ou mentais são apenas alguns outros temas que devem e serão discutidos transversalmente no Curso. Esta segunda faceta - a do direito como fato de influência na política - também gera temas próprios de discussão transversal como: ativismo judicial, métodos de interpretação e aplicação do direito (hermenêutica e argumentação jurídica), controle recíproco entre os Poderes da República, supremacia do Poder Legislativo ou da Corte Constituição na interpretação da Constituição, dentre outros mais.

As habilidades e competências decorrentes da dimensão política do processo formativo, seguindo-se as demais dimensões do processo de formação, só podem ser apreendidas por meio da inserção em práticas sociais, necessariamente interdisciplinares, de exercício do poder político. É por meio da inserção em práticas de exercício do poder político já em andamento é que o estudante tornar-se-á capaz de identificar os interesses políticos em jogo e de posicionar-se no debate. É por esta razão que esta dimensão formativa precisa estar presente em todo o percurso curricular e é por esta razão que ela precisa ser abordada de forma transversal, o que não impede a reflexão de forma sistemática deste campo de agir em disciplinas como Ciência Política e Direito Constitucional. A inserção do discente em espaços coletivos de exercício e construção da democracia, seja no âmbito institucional, social, comunitário e de representação deve ser incentivada. As manifestações de liberdade de pensamento e de posicionamento político por parte dos estudantes também devem ser fomentadas pelo Curso, afastando-se a ideia de neutralidade política característica dos Cursos de Direito cunhados em premissas científico-positivistas.

A comunidade acadêmica estudantil deve ser estimulada a se integrar, a posicionar-se politicamente e a fazer-se representar nos órgãos colegiados em que seus interesses estão sob discussão (por exemplo, por meio do Centro Acadêmico, Diretório Acadêmico e União Nacional dos Estudantes). O envolvimento dos estudantes com movimentos político-sociais de interesse coletivo, muitas vezes decorrentes da própria participação em práticas extensionistas, também deve ser uma atividade a ser fomentada.

5.1.3. DESENVOLVIMENTO PESSOAL

O sujeito não existe apenas no ambiente do trabalho, mas também e principalmente fora dele, razão pela qual outros centros de interesse que não os relacionados à área profissional também devem ser incentivados e fomentados pelo processo de formação. É por esta razão que uma das dimensões deste processo é a dimensão do desenvolvimento pessoal. O desenvolvimento de áreas de interesse diversas do campo de atuação profissional favorece o desenvolvimento harmônico do ser humano, o qual passa a ser compreendido como um todo.

Desta forma, o Curso de Direito do Câmpus do Pantanal também deve favorecer a vivência de experiências prazerosas que contribuem para a diminuição do estresse e, por consequência, para a própria permanência do estudante na Universidade e para a própria continuidade da atividade laboral na instituição em condições satisfatórias. O Curso também privilegiará a formação continuada e autônoma do estudante, inclusive nas dimensões estética e artística. Para atingir



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

estes objetivos, serão utilizadas as seguintes atividades, dentre outras:

- a) Seminários sobre temáticas gerais ligadas à sociedade sul-mato-grossense e brasileira, tais como, conjuntura política, conjuntura social, artes, literatura e ciências.
- b) Oficinas com docentes da UFMS e com profissionais de diferentes campos profissionais sobre temáticas específicas, tais como, produção de artesanato, jardinagem, carpintaria e marcenaria, construção civil, produção textual, artes plásticas, dança, cuidados corporais, dentre outros.
- c) Atividades de extensão que envolvam o desenvolvimento de ações ligadas às habilidades e centros de interesse dos estudantes.
- d) Contabilização de carga horária em Atividades Complementares de atividades que atendam aos centros de interesse dos estudantes.

5.1.4. CULTURAL

Todo processo formativo possui necessariamente uma dimensão cultura. Por cultura, entendemos tudo aquilo que é produzido ou elaborado pelo ser humano e que depende necessariamente dele para existir ou fazer sentido. Cultura aqui é palavra utilizada como tudo que se contrapõe ao simples elemento natural existente por si mesmo, ou simplesmente “natureza”. A cultura, dentro da qual inclui-se a linguagem em todas as suas formas expressivas, é o principal elemento mediador da formação do ser humano.

O ser humano não é um ente isolado que, com o seu desenvolvimento particular, relaciona-se com outros entes humanos. Pelo contrário, o ser humano existe, em primeiro lugar, inserido em relações socioculturais que o antecedem e, aos poucos, particulariza-se. Assim, são as interações entre os seres humanos no plano cultural que tornam possível a existência da intrasubjetividade (do diálogo consigo mesmo). A intrasubjetividade só é possível, porque existe de antemão a intersubjetividade, que fornece ao ser humano vivente os primeiros conceitos, ideias e crenças que tornam possível a sua atividade reflexiva e expressiva.

Desta forma, partindo-se do pressuposto de que a cultura é um agente essencial para a identificação pessoal, social e comportamental do ser humano, o Curso de Direito do Câmpus do Pantanal visa também oferecer aos acadêmicos a oportunidade de participar de outras esferas da cultura que não somente aquelas relacionadas à prática do direito, permitindo-lhes o desenvolvimento pessoal a partir de outras perspectivas de mundo.

Para tanto, prevê, como estratégia para alcançar este objetivo, a participação do estudante em atividades culturais que favoreçam a exploração e a expansão das potencialidades criativas dos estudantes, principalmente por meio de:

- a) Apresentações musicais.
- b) Apresentações literárias.
- c) Apresentação e discussão de filmes.
- d) Apresentações teatrais.
- d) Grupos de debate sobre temas variados de interesse dos estudantes.
- e) Cafés filosóficos.
- f) Rodas de leitura.
- g) Sarau.

5.1.5. ÉTICA

O desenvolvimento da competência ética envolve a capacidade de integrar e mobilizar um conjunto de atitudes, reflexões, escolhas, decisões, comportamentos e ações, cujo respeito pela nossa própria dignidade e pela dignidade do outro como ser humano é o objetivo primordial (PACHECO; ROSA, 2009). Assim, o significado de ser eticamente responsável implica necessariamente, no processo formativo do discente, estabelecer um ambiente ético favorável, com



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

oportunidades de envolvimento dos alunos e alunas nas tomadas de decisões e na otimização das relações interpessoais (PAGANINI; EGRY, 2011).

Desta forma, serão abordados transversalmente, durante todo o percurso curricular, o uso responsável do conhecimento adquirido, o qual deve sempre ser usado em benefício da coletividade. Continuamente serão feitas campanhas de conscientização para que o estudante de direito porte-se éticamente em todos os espaços sociais, públicos ou privados. Neste sentido, poderão ser feitas, por exemplo, campanhas contra a violência doméstica ou a favor dos iguais direitos das mulheres nas relações familiares.

Por outro lado, será exigido dos estudantes que todo o corpo técnico da Universidade, desde os colaboradores até os professores, sejam tratados com urbanidade e cordialidade. Nas atividades avaliativas, também serão exigidos que os trabalhos acadêmicos sejam produzidos com respeito à ética e ao direito autoral, fazendo-se a correta citação de referências bibliográficas usadas nas pesquisas, impedindo-se fraudes, plágios e cópias ilegais de respostas, bem como estimulando a obediência a prazos e regras regimentais de conduta.

A UFMS dispõe do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e da Comissão de Ética no Uso de Animais (Ceua).

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul foi criado no âmbito desta Instituição pela Instrução de Serviço nº 005, de 18 de fevereiro 1997, estando credenciado para exercer suas finalidades junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Ministério da Saúde desde o dia 18 de março de 1997.

Conforme Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012, pesquisas envolvendo seres humanos devem ser submetidas à apreciação do Sistema CEP/CONEP, que, ao analisar e decidir, se torna corresponsável por garantir a proteção dos participantes. Os CEP's são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

O CEP é um órgão consultivo, educativo e fiscalizador. Os trâmites e processos dentro do Comitê de Ética seguem as normas estabelecidas nas resoluções e regulamentos próprios do comitê.

A Comissão de Ética no Uso de Animais (Ceua) foi instituída no âmbito da UFMS pela Portaria nº 836, de 6 de dezembro de 1999, e tem por finalidade, cumprir e fazer cumprir o disposto em Lei, com relação à criação e/ou utilização de animais em atividades de ensino e/ou pesquisa, de forma a zelar pelo respeito, dignidade e aplicação das boas práticas recomendadas internacionalmente. A sua composição é multidisciplinar, encontrando-se vinculada administrativamente à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Propp) da UFMS.

Fica também determinado que todas as atividades que envolvam criação e/ou utilização de animais para atividades de pesquisa, ensino e extensão, tenham seus protocolos previamente submetidos à Comissão para avaliação. Esta comissão orienta suas decisões em Lei específica e resoluções Normativas emitidas pelo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal/Concea, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

5.1.6. SOCIAL

Como o ser humano provém da sociedade e somente nela se realiza integralmente, o desenvolvimento de competências relacionadas à interação pessoal e ao autocontrole emocional por parte dos estudantes do Curso de Direito é de extrema importância para o convívio em uma sociedade que se quer sempre tolerante e democrática, bem como para o desenvolvimento das atividades profissionais



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

relacionadas ao campo jurídico, as quais, em sua grande maioria, desenvolvem-se em equipes e em ambientes multidisciplinares.

Dado o exposto, o Curso buscará em todas as disciplinas e atividades desenvolvidas, de forma permeada, desenvolver competências socioemocionais e interpessoais, tais como: tolerância, iniciativa, curiosidade pelo novo, perseverança, organização, concentração, capacidade de ouvir o outro, capacidade de se expressar de forma construtiva, respeito à diversidade, preservação do espaço coletivo, objetividade, cumprimento de regras, capacidade de ouvir críticas, capacidade de autoavaliar sua participação no grupo e autocontrole.

5.2. ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES INTERDISCIPLINARES

O processo de ensino e aprendizagem deve ser formado e guiado por uma multiplicidade de visões de mundo, compreendendo o processo histórico de transformação social a partir de uma abordagem dialética. Desse modo, é fundamental a aplicação concreta da Interdisciplinaridade, porque compatível com a própria razão de ser da Universidade. É necessário que superemos um modelo de educação alienado da realidade e que conduza alunas e alunos a olharem em uma limitada, cerceada e única orientação do saber.

Aprender de forma interdisciplinar exige levar em consideração, genuinamente, que há outros olhares sobre uma mesma realidade e que eles possuem críticas legítimas que devem ser levadas a sério. Quanto menos olhamos para outras visões, menos crescemos e mais ficamos fechados em um universo limitado, escasso, confinado e incapaz de exercer autocrítica e superar os próprios defeitos.

Portanto, o egresso do Curso de Direito deverá ser capaz, portanto, de exercitar um olhar mais amplo antes de decidir como resolver determinadas situações e problemas. O autoquestionamento permite que estejamos abertos a considerar a visão do outro, colocando-se, inclusive, em seu lugar. Esse processo deve ser aplicado na prática, vivido, exercido de fato, olhando para a realidade social e extraindo dela o que é necessário fazer.

A prática é quem nos permite identificar que necessidades existem para determinadas situações. Estimula-se que cada disciplina enfatize a importância de conteúdos estudados nas demais, sempre integrando prática e teoria e articulando saberes oriundos da dogmática jurídica com outras expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação, de maneira sistemática e contextualizada segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais.

Dessa forma, considerando a integração entre ensino, pesquisa e extensão, valorizando-se sempre o diálogo de docentes e discentes com a comunidade, a matriz curricular do Curso de Direito compromete-se com uma pluralidade de eixos de aprendizagem, dando, inclusive, tratamento transversal a conteúdos como educação ambiental, direitos humanos, educação para a terceira idade, políticas de gênero, relações étnico-raciais e histórias e culturas afrobrasileira, africana e indígena. Assim, está articulada em torno de componentes curriculares de Formação Geral, Técnico-Jurídica e Prático-Profissional, além de Complementares Optativas, estando, ainda, aberta a receber discentes de outros cursos e estimulando que os discentes de Direito cursem disciplinas de outros Cursos também.

Assim, além das disciplinas de Formação Técnico-Jurídica, agrupa as seguintes disciplinas de Formação Geral: Antropologia e Direito, Ciência Política, Economia Política, Filosofia e Direito, História do Direito, Introdução à Metodologia



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

de Pesquisa, Psicologia Aplicada ao Direito, Sociologia e Direito, Ética Profissional. Optativas como: Bioética e Biodireito, Criminologia, Direito Animal, Economia do Meio Ambiente, Justiça Restaurativa, Linguagem Jurídica, Medicina Legal, Pensamento Jurídico Crítico, Teoria da Democracia e Teoria da Justiça. O Curso conta, também, com a fundamental colaboração de docentes de outros ramos que não apenas o Direito, contribuindo para ampliar a visão do Curso para além da jurídica.

O processo formativo acontecerá a partir de uma visão contextualizada do conhecimento. As temáticas Direitos Humanos, Educação Especial, Educação Ambiental, Formas Consensuais de Solução de Conflitos, História Africana, Indígena e Afro-brasileira, Relações Étnico Raciais, Relações entre Ciência e Tecnologia e Sociedade e Ética serão tratadas por meio da contextualização do conhecimento utilizando-se situações problematizadoras nas quais estes aspectos sejam discutidos. Esta discussão se dará nos exemplos, exercícios, situações de ensino, trabalhos produzidos pelos alunos e assim por diante.

O Curso não comporta disciplinas isoladas, já que todas as disciplinas foram concebidas para que se complementem umas às outras, capacitando os discentes do Curso a desenvolverem análises profundas e, principalmente, críticas e transformadoras das realidades sociais, com base em uma sólida formação geral e humanística que lhe garanta capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologias jurídicas, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos.

A Interdisciplinaridade é essencial e visível, portanto, em toda a concepção do Curso, seja na docência em sala de aula, com estímulo ao uso de recursos pedagógicos variados (filmes, livros, documentários, seminários), bem como das Bibliotecas física e digital, que dispõem de leituras de vários ramos do conhecimento, seja nos projetos de ensino, pesquisa e extensão disponibilizados por docentes, seja nas pesquisas desenvolvidas pelos discentes nos Trabalhos de Conclusão de Curso.

5.3. ESTRATÉGIAS PARA INTEGRAÇÃO DAS DIFERENTES COMPONENTES CURRICULARES

Tomando o princípio da Interdisciplinaridade como fundamento, o Curso de Direito promoverá a integração dos componentes curriculares, os quais formam o percurso formativo dos discentes. Os componentes curriculares são organizados em: disciplinas, atividades de ensino, atividades de pesquisa, atividades de extensão, atividades complementares e estágios. A integração de cada um dos componentes curriculares segue a mesma linha de raciocínio do desenvolvimento de ações interdisciplinares: se o processo de ensino e aprendizagem ocorre de forma dialética e integrada, isso se dá precisamente pela dialeticidade e integração existente na relação entre os componentes curriculares.

Disciplinas são atividades formativas que garantem conhecimentos sobre diversas áreas aos discentes, sejam eles de cunho teórico ou prático, mediante diálogo constante com os docentes entre si e entre os discentes. O diálogo entre componentes curriculares possibilita, naturalmente, que conteúdos desenvolvidos nas disciplinas sejam aplicados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de orientar a participação dos discente em atividades complementares ao Curso e estágios.

Concomitantemente, o caminho inverso ocorre também: o aprendizado em atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como a participação dos discente em atividades complementares e estágios permite que eles contribuam com a construção das disciplinas, mediante participações em sala de aula, seminários, apresentação de trabalhos, debates, rodas de conversa, atividades e dinâmicas em



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

grupo, estudos dirigidos, palestras com participantes internos e externos ao Curso e à Universidade etc.

Mostram-se, ainda, de fundamental importância as estratégias de avaliação do Curso pelos discentes e pelos docentes envolvidos, de modo que cada um tenha voz para sugerir e empreender mudanças e superar dificuldades, além de aprimorar qualidades positivas.

Assim, o Colegiado do Curso buscará promover as seguintes ações para estimular a integração entre as componentes curriculares:

- a) seminários integradores entre os docentes do Curso antes do início de cada ano letivo, para identificação de temáticas comuns às disciplinas alocadas no mesmo semestre letivo e disciplinas que compõem os diferentes eixos de formação;
- b) encontros mensais entre docentes alocados em um mesmo semestre para analisar e propor soluções à situação de estudantes com eventuais problemas de aprendizagem;
- c) elaboração de avaliações do Curso entre docentes e discentes, com sua consequente discussão com o grupo de docentes que ministram disciplinas no Curso, a fim de promover a reflexão sobre o andamento do Curso e melhorias necessárias.
- d) Produção de materiais didáticos que contemplam temáticas interdisciplinares por meio de projetos de ensino desenvolvidos pelos estudantes: A partir da elaboração desses materiais pretende-se que os estudantes coloquem em diálogo os conhecimentos adquiridos nas disciplinas desenvolvidas naquele semestre e em semestres anteriores;
- e) Seminários integradores com os estudantes do Curso, docentes e servidores técnicos – administrativos em educação: O objetivo desses seminários é a discussão de dificuldades encontradas para o desenvolvimento das atividades do Curso e a construção coletiva de soluções para essas dificuldades.

Componentes curriculares que não estão integrados geram um pensamento isolado e esterilizado, não contribuindo para a formação de cidadãos cientes de sua responsabilidade crítica e transformadora das realidades sociais, além de capazes de analisar e resolver problemas a partir de perspectivas holísticas, plurais, criativas e sensíveis.

5.4. PERFIL DESEJADO DO EGRESO

O profissional do Direito deve receber em sua formação um mínimo de habilidades e competências, considerando a realidade concreta de seu campo de atenção e as diversas possibilidades de sua inserção no mercado de trabalho, observadas as expectativas sociais e as possibilidades institucionais apresentadas para a sua função.

Desta forma, o Câmpus do Pantanal, por meio da Coordenação do Curso, do Colegiado do Curso, do Núcleo Docente Estruturante, professores e discentes do curso de Graduação elaboraram o perfil profissional desejado para caracterizar o seu egresso.

Nesse sentido, o curso de Graduação que o CPAN busca contemplar uma formação técnica-científica, cultural e humanística, preparando o profissional para que tenha, em seu perfil geral, as seguintes características:

- Autonomia intelectual que o capacite a desenvolver uma visão histórico-social necessária ao exercício de sua profissão como um profissional crítico, criativo e ético, capaz de compreender e intervir na realidade e transformá-la;
- Capacidade para estabelecer relações solidárias, cooperativas e



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

coletivas;

- Possibilidade de produzir, sistematizar e socializar conhecimentos e tecnologias, e capacidade para compreender as necessidades dos grupos sociais e comunidades com relação a problemas sócio-econômicos, culturais, políticos e organizativos. De forma a utilizar racionalmente os recursos disponíveis, além e preocupar-se em conservar o equilíbrio do ambiente;

- Constante desenvolvimento profissional exercendo uma prática de formação continuada e que possa empreender inovações na sua área de atuação.

Ainda, o egresso deve ser um profissional eclético, consciente dos princípios éticos, científicos e de cidadania que necessitam ser constantemente aprimorados e praticados no exercício profissional. No sentido amplo, deve possuir visão globalizada dos aspectos sociais, culturais e administrativos relacionados às diferentes áreas de formação. Deve ser capaz de exercer sua profissão, inserido no contexto social, acompanhar a evolução do conhecimento em sua área, ser comprometido com o desenvolvimento regional e com as questões ligadas à sustentabilidade ambiental e responsabilidade social. Deve também ser capaz de identificar e exercer sua profissão de acordo com as demandas locais, regionais e nacionais, bem como trabalhar em equipe interdisciplinar e multiprofissional.

5.5. OBJETIVOS

5.5.1 - Objetivos Gerais

O Curso de Direito/CPAN objetiva proporcionar aos discentes uma formação humanista, crítica, reflexiva, participativa, atuante, formando profissionais que saibam articular conceitos e argumentos e resolver problemas e sejam cidadãos conscientes das responsabilidades que possuem perante a sociedade, melhorando sua qualidade de vida e tornando-a mais inclusiva, mais justa e solidária, além de que sejam capazes de atender às demandas do mercado de trabalho e suprir as necessidades das diferentes comunidades, participando ativamente do seu desenvolvimento sociocultural, político e econômico.

Capacitar os egressos para exercer a cidadania, cuidar do meio ambiente local, regional e global, em busca do equilíbrio do meio (Resolução nº 2/2012, CNE/CP), bem como, agir em defesa da dignidade humana em busca da igualdade de direitos, do reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades (Resolução nº 1/2012, CNE/CP).

Pretende-se, ainda, despertar o espírito científico dos acadêmicos, mediante o desenvolvimento integral da Ciência Jurídica com articulação entre ensino, pesquisa e extensão, visando o desenvolvimento da pesquisa dentro e fora do espaço acadêmico, além de habilidades de observação e análise, reflexão crítica, síntese, generalização e comunicação, contribuindo com o desenvolvimento regional e proporcionando repercussões sociais positivas relevantes.

5.5.2 - Objetivos Específicos

Os objetivos específicos dirigem-se ao desenvolvimento da capacidade dos discentes, ao concluir o Curso, de: analisar os fenômenos jurídicos e sociais; ter postura reflexiva, crítica, que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, da prestação da Justiça e do desenvolvimento da Cidadania; questionar a realidade, formulando problemas e buscando soluções, utilizando-se do pensamento lógico, da criatividade e da análise crítica; contribuir para que as diversas instituições da comunidade aprimorem o desenvolvimento de suas atividades, produzindo benefícios sociais, culturais e científicos que possam ser revertidos em prol de toda a sociedade; respeitar a diversidade do ser humano e sua complexidade; ingressar no mercado de trabalho com competência, habilidades, poder de análise e argumentação e ética profissional; realizar escolhas a respeito de sua carreira que lhes permitam o desenvolvimento profissional; prosseguir seus estudos ingressando



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

em programas de pós-graduação em Direito e também em outras áreas do saber afins; exercer a cidadania, estando capacitados a cuidar do meio ambiente local, regional e global, em busca do equilíbrio do meio; agir em defesa da dignidade humana em busca da igualdade de direitos, do reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades.

5.6. METODOLOGIAS DE ENSINO

A metodologia de ensino não está desvinculada de pressupostos que norteiam e da própria concepção de como se entende o fenômeno educativo. Nesse sentido, a educação deve ser aqui compreendida como um ato político, imbuído de intencionalidade e desprovido de neutralidade (FREIRE, 1996).

Assim, a educação consiste em uma atividade potencialmente propiciadora de emancipação humana, desempenhando um papel de formação e transformação do ser humano. Para isso, é importante no ato de ensino-aprendizagem produzir um ambiente de acolhimento de múltiplos olhares e experiências. Neste processo, o docente também aprende, a via de ensino-aprendizagem não segue uma só direção, é uma relação dialética que produz mudanças e deslocamentos de saberes em ambas as partes constituintes.

A exigência da reestruturação curricular trazida pelo CNE/CES, impõe revisão introspectiva das várias tendências hodiernas do Direito que se projetam na pesquisa da pós-graduação, nas demandas do mercado de trabalho e na interface do sistema jurídico com distintos campos do conhecimento.

Nessa perspectiva, a matriz curricular do curso de direito articula as dimensões filosófica, teórica e prática, respectivamente, a partir dos eixos estruturantes da formação geral, da formação técnico-jurídica e da formação prático-profissional. Assim, os dilemas éticos, as teorias sociais e saberes produzidos nas Humanidades alicerçam o conhecimento a respeito do fenômeno jurídico e da compreensão do direito enquanto técnica social de resolução de conflitos. Nesse sentido, observa-se um encadeamento sequencial na matriz curricular ao longo dos semestres, iniciando-se com disciplinas de formação geral (propedêutica), passando pela formação técnico jurídica (direito material e processual) e, por fim, a formação prático-profissional (estágio supervisionado e monografia jurídica).

No entanto, as discussões teóricas são conduzidas de forma articulada com os problemas da realidade, tanto na busca de soluções práticas para situações concretas, quanto pela pesquisa científica para fazer frente a situações sem resposta aparente. Desse modo, as perspectivas ético-filosóficas, técnico-teóricas, prático-profissionais e científicas caminham de forma indissociável para a plena formação dos futuros juristas. Ademais, a trajetória acadêmica dos discentes será ainda acrescida de disciplinas optativas e de atividades complementares que têm como desiderato diversificar a percurso formativo em respeito às demandas profissionais e intelectuais dos estudantes.

É partindo dessas considerações que se propõe que as atividades de ensino sejam desenvolvidas dentro de um contexto plural e inclusivo que valorize o processo de aprendizagem individual e coletivo, contribuindo para o desenvolvimento local, regional e nacional.

Desse modo, podem ser utilizadas de forma integrada as seguintes ferramentas metodológicas: a) aulas expositivas, para apresentação de grandes temas e conceitos centrais da disciplina; b) estudos de caso, para análise de aprofundada de situações paradigmáticas da realidade; c) resolução de problemas, para articulação de conhecimentos teóricos e práticos na busca de respostas para questões significativas; d) análises de jurisprudência, para capacitar os discentes à melhor compreensão e utilização de precedentes judiciais; e) realização de seminários, com a finalidade desenvolver as habilidades de pesquisa, organização de ideias e apresentação oral; f) debates, para exercitar habilidades referentes à



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

articulação de argumentos; g) ciclos de palestras, com o intuito de colocar os estudantes em contato com professores e profissionais especialistas em determinadas áreas do saber; h) desenvolvimento de pesquisas, para estimular a produção do conhecimento científico entre os estudantes; i) simulações, para o exercício de atividades práticas essenciais à área jurídica; j) redação de textos, para desenvolver a habilidade escrita dos discentes; e l) análise de filmes, para estimular debates acadêmicos a partir de obras representativas de dilemas jurídicos.

Com efeito, as metodologias de ensino empregadas aliam aulas expositivas, discussões teóricas e atividades práticas direcionadas à compreensão de problemas da realidade, estimulando a busca de soluções criativas e estratégias eficientes para o enfrentamento qualificado das mais diversas questões.

Compete ainda destacar a importância da prática jurídica para a formação técnico-profissional dos discentes. No âmbito da UFMS, o acompanhamento e a execução das atividades de prática jurídica encontram-se sob a responsabilidade do Escritório Modelo de Assistência Judiciária – EMAJ, cujo regulamento foi aprovado e está em vigência no Curso de Direito/CPAN. A UFMS adota essa nomenclatura em substituição ao tradicional “Núcleo de Prática Jurídica”.

A prática jurídica será efetivada por meio de atividades de: 1) ensino, relacionadas aos componentes obrigatórios de prática de jurídica, buscando trabalhar teoria e prática de forma indissociáveis; 2) pesquisa, decorrentes da vivência de experiências reais e simuladas da prática jurídica, contribuindo para produção de conhecimento que possa responder aos problemas da realidade enfrentados pelos profissionais e pelas instituições jurídicas; 3) extensão, de forma a aproximar a universidade da comunidade, mostrando aos estudantes a vivência de situações da realidade social; e 4) empreendedorismo e inovação, estimulando nos discentes a busca de soluções inovadoras, inclusive por meio da tecnologia, para o enfrentamento de situações de um mundo em constante transformação.

Para tanto, busca-se firmar convênios, parcerias, acordos de cooperação e apoio com entidades públicas ou privadas em que haja a prestação de serviços jurídicos, a fim de aprimorar as atividades desenvolvidas em seus laboratórios, oferecendo ainda visitas orientadas aos órgãos jurisdicionais do município e do Estado, visando a construção de uma compreensão interdisciplinar do campo jurídico e da dinâmica das instituições jurídicas.

Todo o trabalho do EMAJ, tradicionalmente conhecido por Núcleo de Prática Jurídica ou Clínica Jurídica, será objeto de avaliação periódica, de modo a verificar o cumprimento dos objetivos propostos, não descuidando da garantia da qualidade da formação dos estudantes, bem como dos serviços prestados à sociedade de um modo geral. As avaliações periódicas subsidiarão processo de planejamento para possibilitar o adequado atendido das demandas do curso.

Ademais, a prática jurídica incluirá dentro de suas atividades reais e simuladas práticas de negociação, de mediação, de conciliação, de arbitragem de tutela coletiva de direitos, bem como a utilização do processo judicial eletrônico. Compete esclarecer que as atividades de prática jurídica se encontram regulamentadas no âmbito do Curso de Direito do Campus Pantanal.

Impende ainda destacar que o processo educacional não pode desconsiderar os diversos recursos tecnológicos disponíveis na atualidade. Assim, deve ser estimulado o uso de tecnologias que possam auxiliar o processo de ensino e aprendizagem, facilitando o diálogo entre aluno e professor, bem como articulando o conhecimento produzido em sala de aula com a realidade externa ao ambiente acadêmico.

Todas as disciplinas do Curso poderão ter uma parte (módulos de 17h) ou o total de sua carga horária ofertada na modalidade a distância, observadas as normativas pertinentes. As disciplinas ofertadas a distância poderão prever algumas atividades necessariamente presenciais.



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

As disciplinas ofertadas parcial ou totalmente a distância, além de utilizar as metodologias propostas para todo o curso, utilizarão o Ambiente Virtual de Aprendizagem da UFMS - Moodle (AVA UFMS), regulamentado pela instituição. Nesse sentido poderão ser utilizados recursos tecnológicos e educacionais abertos, em diferentes suportes de mídia, visando o desenvolvimento da aprendizagem autônoma dos estudantes: livros, **e-books**, tutoriais, guias, vídeos, vídeo aulas, documentários, **podcasts**, revistas, periódicos científicos, jogos, simuladores, programas de computador, **apps** para celular, apresentações, infográficos, filmes, entre outros.

Para ofertar disciplinas parcial ou totalmente a distância o professor responsável deverá estar credenciado pela Secretaria Especial de Educação a Distância (Sead).

A tutoria nas disciplinas parcial ou totalmente a distância no curso tem o objetivo de proporcionar aos estudantes um acompanhamento personalizado e continuado de seus estudos, utilizando diferentes tecnologias digitais para orientação, motivação, avaliação e mediação do processo de ensino e aprendizagem, em constante articulação com a Coordenação de Curso, com outros docentes e com outros tutores, quando for o caso. A tutoria poderá ser exercida pelo próprio professor da disciplina.

A frequência na carga horária a distância nas disciplinas será computada de acordo com as atividades realizadas pelos estudantes. Para cada 17h de carga horária a distância da disciplina, o estudante deve desenvolver, no mínimo, uma atividade avaliativa a distância.

Feitas essas ponderações, observa-se que a metodologia do ensino superior deve partir da compreensão de que o processo de ensino e aprendizagem é uma relação interativa e dinâmica dentro do contexto global – valorizando o local –, no qual o professor deve se afastar da figura do detentor de conhecimento para se aproximar da postura do mediador.

5.7. AVALIAÇÃO

A avaliação se constitui como uma importante etapa no processo de ensino e aprendizagem, pois demandará dos discentes conhecimentos, competências e habilidades essenciais para a sua formação acadêmica.

O processo de avaliação é um momento no qual os docentes e a coordenação do curso tem a oportunidade de verificar os resultados da aprendizagem, de modo a identificar deficiências e propor alternativas para a recuperação e/ou aperfeiçoamento do desempenho dos discentes.

Nesse sentido, a avaliação deve ser um processo também apropriado pelos discentes e que guarde sentido com os objetivos da disciplina e estejam inseridos no contexto de sua formação acadêmica, ética e profissional.

Compete ao Colegiado do Curso propor, implementar a monitorar medidas pedagógicas para a correção e prevenção de altos índices de reprovação e baixos rendimentos em avaliações.

O processo de avaliação no Curso de Graduação em Direito não deve se limitar à memorização de disposições legais, mas deve estimular o raciocínio crítico do discente, possibilitando a compreensão do ordenamento jurídico, a fim de permitir o trânsito pelos mais distintos diplomas normativos e outras fontes do direito de forma contextualizada.

Assim, recomenda-se no processo avaliativo o uso de diversas ferramentas e estratégias, a exemplo de provas dissertativas e/ou objetivas, realização de pesquisas, análise de jurisprudência, elaboração de peças processuais, simulações, redação de textos acadêmicos, apresentação de seminários, elaboração de artigos e outras atividades que possam estimular o desenvolvimento acadêmico-profissional dos discentes.



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

Quanto às atividades de avaliação do público da educação especial, serão utilizadas estratégias metodológicas diferenciadas que possam atender às particularidades das necessidades específicas de cada discente, conforme orientações a serem definidas em conjunto com a Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas - Diaaf, após criteriosa análise.

6. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

6.1. ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO DE CURSO

De acordo com o Art. 47, do Estatuto da UFMS, aprovado pela Resolução nº 35, Coun, de 13 de maio de 2011, e pelo Regimento Geral da UFMS (Art. 16, Seção I do Capítulo V) a Coordenação de Curso do Curso de Graduação será exercida em dois níveis:

- a) Em nível deliberativo, pelo Colegiado de Curso;
- b) Em nível executivo, pelo Coordenador de Curso.

De acordo com o Art. 14, do Regimento Geral da UFMS, aprovado pela Resolução nº 78, Coun, de 22 de setembro de 2011, o Colegiado de Curso, definido como unidade didático-científica, é responsável pela supervisão das atividades do curso e pela orientação aos acadêmicos.

Ainda de acordo com o Regimento da UFMS, compõem o Colegiado de Curso de Graduação: I - no mínimo quatro e no máximo seis representantes docentes integrantes da Carreira do Magistério Superior, eleitos pelos professores do quadro que ministram ou ministraram disciplinas ao curso nos quatro últimos semestres letivos, com mandato de dois anos, sendo permitida uma recondução; e II - um representante discente, regularmente matriculado no respectivo curso, indicado pelo Centro Acadêmico ou em eleição direta coordenada pelos estudantes, com mandato de um ano, permitida uma recondução.

O Art. 16 do Regimento estabelece que ao Colegiado de Curso de Graduação compete: I - garantir que haja coerência entre as atividades didático-pedagógicas e as acadêmicas do curso com os objetivos e o perfil do profissional definidos no Projeto Pedagógico do Curso; II - deliberar sobre normas, visando à compatibilização dos programas, das cargas horárias e dos planos de ensino das disciplinas componentes da estrutura curricular com o perfil do profissional objetivado pelo curso; III - deliberar sobre as solicitações de aproveitamento de estudos; IV - deliberar sobre o plano de estudos elaborado pelo Coordenador de Curso; V - deliberar, em primeira instância, sobre o Projeto Pedagógico do Curso; VI - manifestar sobre as propostas de reformulação, de desativação, de extinção ou de suspensão temporária de oferecimento de curso ou de habilitação; e VII - deliberar, em primeira instância, sobre projetos de ensino.

6.2. ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

De acordo com a Resolução nº 537/2019 , Cograd:

Art. 6º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante (NDE):

I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II - propor estratégias de integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III - sugerir ações no PPC que contribuam para a melhoria dos índices de desempenho do curso;

IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Curso de Graduação;

V - atuar no acompanhamento, na consolidação, na avaliação e na atualização do Projeto Pedagógico do Curso, na realização de estudos visando



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

a atualização periódica, a verificação do impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e na análise da adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho; e

VI - referendar e assinar Relatório de Adequação de Bibliografia Básica e Complementar que comprove a compatibilidade entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo, nas bibliografias básicas e complementares de cada Componente Curricular.

VII – Elaborar a cada 2 anos relatório de acompanhamento do PPC.

6.3. PERFIL DA COORDENAÇÃO DO CURSO

De acordo com o art. 52, do Estatuto da UFMS, o Coordenador de Curso de Graduação em Direito será um dos membros docentes do Colegiado de Curso, eleito pelos professores do quadro que ministram ou ministraram disciplinas ao Curso nos quatro últimos semestres letivos e pelos acadêmicos nele matriculados, obedecida a proporcionalidade docente estabelecida em lei, com mandato de dois anos, sendo permitida uma única recondução para o mesmo cargo.

O Coordenador do Curso de Direito deverá ser professor, preferencialmente com o título de Mestre ou Doutor, com formação específica na área de graduação ou pós-graduação *stricto sensu*, correspondente às finalidades e aos objetivos do Curso, lotado na Unidade da Administração Setorial de oferecimento do Curso. Como sugestão para uma boa gestão, o Coordenador poderá, em seu período de exercício, fazer o Curso de Capacitação para Formação de Coordenadores de Curso ofertado pela Secretaria Especial de Educação a Distância (Sead).

6.4. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

A organização acadêmico-administrativa no âmbito da UFMS encontra-se descrita no Manual de Competências UFMS 2020. Disponível pelo link: <https://www.ufms.br/manual-de-competencias/>.

A organização acadêmico-administrativa do Curso de Direito/CPAN pode ser analisada sob dois aspectos: o controle administrativo e as atividades de apoio administrativo.

Quanto ao primeiro, o controle administrativo encontra-se atualmente informatizado e disponível aos professores e à coordenação do curso por meio do Sistema de Controle Acadêmico e Docente – SICAD. O referido sistema é acessível a partir de qualquer computador ligado à internet e opera como um diário eletrônico.

O SICAD permite que os professores lancem os planos de ensino das disciplinas, montem o calendário de aulas, registrem as presenças e as ausências dos discentes, bem como elaborem as avaliações, registrando os dados referentes à data, ao conteúdo e à forma de composição das notas.

O referido sistema permite o acompanhamento das atividades pela Coordenação de Curso que tem acesso aos dados da disciplina, por meio dos seguintes relatórios disponíveis:

- Acadêmicos por situação atual;
- Acadêmicos que estiveram matriculados no período informado;
- Histórico Escolar do acadêmico em todo o curso ou no período letivo atual;
- Relação dos acadêmicos por disciplina;
- Relação dos endereços residenciais; título eleitoral e demais dados cadastrais dos acadêmicos;
- Relação dos acadêmicos com respectivo desempenho no curso comparando seu desempenho individual com a média geral do curso.

Foi disponibilizado ainda nesse Sistema, um programa específico para



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

verificação da carga horária cumprida pelos acadêmicos dos cursos avaliados pelo Enade, com a finalidade de listar os acadêmicos habilitados, das séries iniciais e da última, conforme a Portaria MEC de cada ano que regulamenta a sua aplicação.

No que se refere ao segundo aspecto, as atividades de apoio administrativo às Coordenações são executadas pelas secretarias acadêmicas, as quais auxiliam nas atividades de controle acadêmico e emissão de documentos.

No âmbito das Unidades de Administração Setorial os cursos de graduação da UFMS contam com o apoio das Coordenações de Gestão Acadêmicas (Coac), que realizam o controle acadêmico, emissão de históricos escolares, documentos acadêmicos e outros assuntos pertinentes.

As atividades de apoio administrativo pertinentes às coordenações de curso são executadas pela Coac, dentre elas organizar e executar as atividades de apoio administrativo necessários às reuniões dos Colegiados de Curso, providenciar a publicação das Resoluções homologadas nas reuniões do colegiado, colaborar na elaboração do horário de aula e ensalamento, auxiliar no lançamento da lista de oferta de disciplinas no Siscad, orientar os coordenadores de curso sobre os candidatos à monitoria.

O planejamento pedagógico do curso, bem como a distribuição de disciplinas, e a aprovação dos planos de ensino, é realizado pelo Colegiado de Curso. Além disso as atividades do Curso são acompanhadas pelo Colegiado e pelo Coordenador de Curso, a fim de que os objetivos traçados no PPC sejam efetivados ao longo do percurso formativo dos discentes.

6.5. ATENÇÃO AOS DISCENTES

A UFMS, por meio das ações desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES), tem como escopo promover a integração e o bem-estar dos estudantes na vida universitária, garantindo as condições necessárias à permanência e ao desenvolvimento dos discentes.

A PROAES é a unidade responsável pelo planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação da política estudantil da UFMS e das atividades dirigidas aos estudantes, com especial atenção aos que se encontram em situações de vulnerabilidade.

Estão vinculadas à Proaes: a Coordenadoria de Assistência Estudantil (CAE) e a Coordenadoria de Desenvolvimento Profissional e Inclusão (CDPI).

A CAE é a unidade responsável pela coordenação, execução, acompanhamento e avaliação da política de assistência estudantil, alimentação, saúde e acompanhamento das ações dirigidas ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Está estruturada em três divisões:

- Divisão de Assistência ao Estudante (Diase): é a unidade responsável pelo atendimento, orientação e acompanhamento aos estudantes participantes de programas e projetos de assistência estudantil. Esta divisão estrutura-se em duas seções:
 - Seção de Atendimento ao Estudante (Seae): é a unidade responsável pelo atendimento e orientação aos estudantes participantes de programas de assistência estudantil.
 - Seção de Acompanhamento dos Auxílios (Seaa): é a unidade responsável pelo acompanhamento na execução dos auxílios de assistência estudantil.
- Divisão de Alimentação (Diali): É a unidade responsável pelo desenvolvimento de ações de atenção a alimentação dos estudantes da UFMS.
- Divisão de Saúde (Disau): É a unidade responsável pelo desenvolvimento de ações de atenção à saúde dos estudantes da



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

UFMS.

A CDPI é a unidade responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação de políticas e estratégias relacionadas às ações afirmativas, acessibilidade, estágios, egressos e de integração com os estudantes. Está estruturada em três divisões:

- Divisão de Desenvolvimento Profissional e Egressos (Didep): é a unidade responsável pela supervisão das ações de acompanhamento profissional dos egressos e pelo monitoramento dos acordos e/ou termos de cooperação relativos ao estágio.
- Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas (Diaaf): é a unidade responsável pelo desenvolvimento das ações voltadas à acessibilidade, ações afirmativas e serviço de interpretação em Libras, visando a inclusão dos estudantes na UFMS. Esta divisão estrutura-se em três seções:
 - Seção de Acessibilidade (Seace): é a unidade responsável pela execução e acompanhamento da política de acessibilidade no âmbito da UFMS.
 - Seção de Ações Afirmativas e Monitoramento de Cotas (Seafi): É a unidade responsável pelo desenvolvimento de ações que promovem políticas afirmativas na UFMS.
 - Seção de Libras (Selib): é a unidade responsável pelo gerenciamento do serviço de interpretação em Libras e pela execução e acompanhamento das políticas de acessibilidade para Surdos no âmbito da UFMS.
- Divisão de Integração (DIINT): é a unidade responsável pela recepção dos estudantes na UFMS e pela sua integração na vida universitária, bem como pela articulação com entidades de representação discente visando o acolhimento, à permanência e qualidade de vida estudantil.

Assim, a PROAES é responsável pela execução de política institucional de apoio ao estudante através de programas: de alimentação, de saúde, de bem-estar e de permanência.

Há ainda, no âmbito da UFMS, outros programas que estimulam a participação dos estudantes em ações de ensino, pesquisa e extensão: bolsas de extensão, bolsas de monitoria, bolsas de iniciação à docência e bolsas de pesquisa.

Os discentes recebem ainda em cada campus, de forma a implementar e acompanhar a política de atendimento aos acadêmicos promovida pela PROAES/RTR, orientação e apoio por meio de atividades assistenciais, psicológicas, sociais e educacionais.

Quanto ao apoio pedagógico, além das monitorias semanais oferecidas pelos acadêmicos (orientados pelos professores) que se destacam pelo bom rendimento em disciplinas, os docentes do Curso disponibilizam horários especiais aos acadêmicos para esclarecimento de dúvidas relativas aos conteúdos das disciplinas em andamento.

O Colegiado de Curso, juntamente com a Coordenação pode constatar se o acadêmico precisa de orientação psicológica. Nesse caso, o discente é encaminhado à Seção de Psicologia da Proaes para o atendimento psicológico e outras providências.

Os acadêmicos do Curso, além dos egressos, são estimulados a participarem de eventos acadêmicos e culturais, tanto aqueles promovidos pelos docentes do próprio Curso, a exemplo da Semana Jurídica, quanto aqueles externos à UFMS. Para tanto, os docentes promovem ampla divulgação dessas possibilidades, tanto nos murais do próprio Campus quanto por meio de cartazes, e-mails e redes sociais. Os acadêmicos e egressos também são estimulados a



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

participarem em congressos e simpósios com apresentação de trabalhos, com a orientação dos docentes do Curso, podendo divulgar, assim, suas pesquisas. Os trabalhos dos acadêmicos são divulgados tanto por meio de cadernos de resumos apresentados em congressos quanto em revistas dirigidas a esse público-alvo.

Compete ainda destacar que para os estudantes com necessidades educacionais especiais provenientes de deficiências, altas habilidades/superdotação e portadores de Transtorno do Espectro Autista (TEA) serão destinadas estratégias diferenciadas, visando melhor atender às particularidades das necessidades específicas de cada discente, consoante orientações definidas em conjunto com a Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas - Diaaf.

No que se refere aos mecanismos de nivelamento, ao longo do curso podem ser empregadas pelos docentes diversas estratégias metodológicas que têm como objetivo suprir eventuais deficiências de aprendizagem e acompanhamento dos discente ao longo das disciplinas. No ponto, podem ser utilizados a realização de fichamentos, resumos, indicações de leitura, estudos dirigidos e outras atividades a depender das dificuldades apresentadas pelo discente.

Deve-se ainda destacar que os estudantes do Curso de Direito do Campus Pantanal contam com representação discente estruturada no Centro Acadêmico Roberto Ajala Lins – CADRAL que atua como entidade canalizadora das demandas estudantis, auxiliando no processo de adaptação dos discentes à dinâmica universitária e superação de eventuais dificuldades.

De modo ainda mais específico, os acadêmicos do Curso de Direito contam com a orientação e acompanhamento da Coordenação que os auxilia na adaptação ao curso, contribuindo para que sejam superadas eventuais dificuldades que possam ser encontradas ao longo do percurso formativo.

7. CURRÍCULO

7.1. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
FORMAÇÃO GERAL	
Antropologia e Direito	34
Ciência Política	68
Economia Política	68
Filosofia e Direito	68
História do Direito	34
Introdução a Metodologia de Pesquisa	34
Psicologia Aplicada ao Direito	34
Sociologia e Direito	34
Ética Profissional	34
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA	
Direito Administrativo I	68
Direito Administrativo II	68
Direito Ambiental	68
Direito Civil I	68
Direito Civil II	68



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA	
Direito Civil III	68
Direito Civil IV	68
Direito Civil IX	68
Direito Civil V	34
Direito Civil VI	68
Direito Civil VII	34
Direito Civil VIII	68
Direito Constitucional I	68
Direito Constitucional II	68
Direito Constitucional III	68
Direito Constitucional IV	34
Direito Empresarial I	68
Direito Empresarial II	34
Direito Internacional Público e Privado	68
Direito Penal I	68
Direito Penal II	68
Direito Penal III	68
Direito Penal IV	68
Direito Previdenciário	68
Direito Processual Civil I	68
Direito Processual Civil II	68
Direito Processual Civil III	68
Direito Processual Civil IV	68
Direito Processual Penal I	68
Direito Processual Penal II	68
Direito Processual Penal III	68
Direito Processual do Trabalho I	68
Direito Processual do Trabalho II	68
Direito Tributário I	68
Direito Tributário II	68
Direito do Consumidor	34
Direito do Trabalho I	68
Direito do Trabalho II	68
Direitos Humanos	34
Formas Consensuais de Solução de Conflitos	34
Hermenêutica e Argumentação Jurídica	68
Introdução ao Estudo do Direito	68



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO TÉCNICO-JURÍDICA	
Teoria Geral do Processo	68
FORMAÇÃO PRÁTICO-PROFISSIONAL	
Estágio Obrigatório - Prática Jurídica I	136
Estágio Obrigatório - Prática Jurídica II	136
DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OPTATIVAS	
Para integralizar o Curso, o acadêmico deverá cursar, no mínimo, 136 horas em componentes curriculares optativas.	
Bioética e Biodireito	34
Contratos Internacionais	34
Criminologia	34
Direito Agrário	34
Direito Animal	34
Direito Comunitário	34
Direito Constitucional Comparado	34
Direito Econômico	34
Direito Educacional	34
Direito Eleitoral	34
Direito Eletrônico	34
Direito Internacional do Trabalho	34
Direito Municipal	34
Direito Processual Tributário	34
Direito Urbanístico	34
Direito da Criança e do Adolescente	34
Direito das Minorias	34
Direito e Cinema	34
Direito, Cidadania e Relações Étnico-raciais	34
Direitos Humanos, Fronteiras e Migração	34
Economia do Meio Ambiente	34
Invisibilidade Pública, Estigma Social e Direitos Fundamentais	34
Juizado Especial	34
Justiça Restaurativa	34
Libras	51
Legislação Penal Extravagante	34
Linguagem Jurídica	34
Medicina Legal	34
Meio Ambiente do Trabalho	34
Noções de Administração	34



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CH
DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OPTATIVAS	
Para integralizar o Curso, o acadêmico deverá cursar, no mínimo, 136 horas em componentes curriculares optativas.	
Noções de Contabilidade	34
Pensamento Jurídico Crítico	34
Teoria da Democracia	34
Teoria da Justiça	34
Teoria do Direito I	34
Teoria do Direito II	34
Tópicos Especiais de Direito I	34
Tópicos Especiais de Direito II	34
Tópicos Especiais de Direito III	34
Tópicos Especiais de Direito IV	34

COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES	CH
I (ACS-ND) Atividades Complementares (OBR)	310
II (AOE-ND) Atividades Orientadas de Ensino (OPT)	172
IV (TCC-ND) Trabalho de Conclusão de Curso (OBR)	68
V (Enade) Exame Nacional de Desempenho (OBR)	

7.2. QUADRO DE SEMESTRALIZAÇÃO

ANO DE IMPLANTAÇÃO: A partir de 2021-1

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
1º Semestre						
Ciência Política	68					68
Direito Civil I	68					68
Filosofia e Direito	68					68
História do Direito	34					34
Introdução ao Estudo do Direito	68					68
Sociologia e Direito	34					34
SUBTOTAL	340	0	0	0	0	340
2º Semestre						
Direito Civil II	68					68
Direito Constitucional I	68					68
Economia Política	68					68
Formas Consensuais de Solução de Conflitos	34					34





Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
2º Semestre						
Hermenêutica e Argumentação Jurídica	68					68
Psicologia Aplicada ao Direito	34					34
SUBTOTAL	340	0	0	0	0	340
3º Semestre						
Direito Civil III	68					68
Direito Constitucional II	68					68
Direito Empresarial I	68					68
Direito Penal I	68					68
Teoria Geral do Processo	68					68
SUBTOTAL	340	0	0	0	0	340
4º Semestre						
Antropologia e Direito	34					34
Direito Civil IV	68					68
Direito Constitucional III	68					68
Direito Empresarial II	34					34
Direito Penal II	68					68
Direito Processual Civil I	68					68
SUBTOTAL	340	0	0	0	0	340
5º Semestre						
Direito Administrativo I	68					68
Direito Civil V	34					34
Direito Constitucional IV	34					34
Direito do Trabalho I	68					68
Direito Penal III	68					68
Direito Processual Civil II	68					68
SUBTOTAL	340	0	0	0	0	340
6º Semestre						
Direito Administrativo II	68					68
Direito Civil VI	68					68
Direito do Trabalho II	68					68
Direito Penal IV	68					68
Direito Processual Civil III	68					68
SUBTOTAL	340	0	0	0	0	340
7º Semestre						
Direito Civil VII	34					34



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
7º Semestre						
Direito do Consumidor	34					34
Direito Processual Civil IV	68					68
Direito Processual do Trabalho I	68					68
Direito Processual Penal I	68					68
Direito Tributário I	68					68
SUBTOTAL	340	0	0	0	0	340
8º Semestre						
Direito Civil VIII	68					68
Direito Previdenciário	68					68
Direito Processual do Trabalho II	68					68
Direito Processual Penal II	68					68
Direito Tributário II	68					68
SUBTOTAL	340	0	0	0	0	340
9º Semestre						
Direito Ambiental	68					68
Direito Civil IX	68					68
Direito Processual Penal III	68					68
Estágio Obrigatório - Prática Jurídica I	136					136
Introdução a Metodologia de Pesquisa	34					34
SUBTOTAL	374	0	0	0	0	374
10º Semestre						
Direito Internacional Público e Privado	68					68
Direitos Humanos	34					34
Estágio Obrigatório - Prática Jurídica II	136					136
Ética Profissional	34					34
SUBTOTAL	272	0	0	0	0	272
COMPLEMENTARES OPTATIVAS						
Disciplinas Complementares Optativas (Carga Horária Mínima)						136
SUBTOTAL	0	0	0	0	0	136
COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES						
I (Acs-nd) Atividades Complementares						310



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	ATP-D	AES-D	APC-D	ACO-D	OAE-D	CH Total
COMPONENTES CURRICULARES NÃO DISCIPLINARES						
IV (Tcc-nd) Trabalho de Conclusão de Curso						68
SUBTOTAL	0	0	0	0	0	378
TOTAL	3366	0	0	0	0	3880

LEGENDA:

- Carga horária em hora-aula de 60 minutos (CH)
- Carga horária das Atividades Teórico-Práticas (ATP-D)
- Carga horária das Atividades Experimentais (AES-D)
- Carga horária das Atividades de Prática como Componentes Curricular (APC-D)
- Carga horária das Atividades de Campo (ACO-D)
- Carga horária das Outras Atividades de Ensino (OAE-D)

PRÉ-REQUISITOS

DISCIPLINAS	PRÉ-REQUISITOS
1º Semestre	
Ciência Política	
Direito Civil I	
Filosofia e Direito	
História do Direito	
Introdução ao Estudo do Direito	
Sociologia e Direito	
2º Semestre	
Direito Civil II	
Direito Constitucional I	
Economia Política	
Formas Consensuais de Solução de Conflitos	
Hermenêutica e Argumentação Jurídica	
Psicologia Aplicada ao Direito	
3º Semestre	
Direito Civil III	
Direito Constitucional II	
Direito Empresarial I	
Direito Penal I	
Teoria Geral do Processo	



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

DISCIPLINAS	PRÉ-REQUISITOS
4º Semestre	
Antropologia e Direito	
Direito Civil IV	
Direito Constitucional III	
Direito Empresarial II	
Direito Penal II	
Direito Processual Civil I	
5º Semestre	
Direito Administrativo I	
Direito Civil V	
Direito Constitucional IV	
Direito do Trabalho I	
Direito Penal III	
Direito Processual Civil II	
6º Semestre	
Direito Administrativo II	
Direito Civil VI	
Direito do Trabalho II	
Direito Penal IV	
Direito Processual Civil III	
7º Semestre	
Direito Civil VII	
Direito do Consumidor	
Direito Processual Civil IV	
Direito Processual do Trabalho I	
Direito Processual Penal I	
Direito Tributário I	
8º Semestre	
Direito Civil VIII	
Direito Previdenciário	
Direito Processual do Trabalho II	
Direito Processual Penal II	
Direito Tributário II	
9º Semestre	
Direito Ambiental	
Direito Civil IX	
Direito Processual Penal III	
Estágio Obrigatório - Prática Jurídica I	Direito Civil VIII



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

DISCIPLINAS	PRÉ-REQUISITOS
9º Semestre	
Introdução a Metodologia de Pesquisa	
10º Semestre	
Direito Internacional Público e Privado	
Direitos Humanos	
Estágio Obrigatório - Prática Jurídica II	Estágio Obrigatório - Prática Jurídica I
Ética Profissional	
Optativas	
Bioética e Biodireito	
Contratos Internacionais	
Criminologia	
Direito Agrário	
Direito Animal	
Direito, Cidadania e Relações Étnico-raciais	
Direito Comunitário	
Direito Constitucional Comparado	
Direito da Criança e do Adolescente	
Direito das Minorias	
Direito e Cinema	
Direito Econômico	
Direito Educacional	
Direito Eleitoral	
Direito Eletrônico	
Direito Internacional do Trabalho	
Direito Municipal	
Direito Processual Tributário	
Direitos Humanos, Fronteiras e Migração	
Direito Urbanístico	
Economia do Meio Ambiente	
Invisibilidade Pública, Estigma Social e Direitos Fundamentais	
Juizado Especial	
Justiça Restaurativa	
Legislação Penal Extravagante	
Libras	
Linguagem Jurídica	
Medicina Legal	
Meio Ambiente do Trabalho	



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

DISCIPLINAS	PRÉ-REQUISITOS
Optativas	
Noções de Administração	
Noções de Contabilidade	
Pensamento Jurídico Crítico	
Teoria da Democracia	
Teoria da Justiça	
Teoria do Direito I	
Teoria do Direito II	
Tópicos Especiais de Direito I	
Tópicos Especiais de Direito II	
Tópicos Especiais de Direito III	
Tópicos Especiais de Direito IV	

7.3. TABELA DE EQUIVALÊNCIA DAS DISCIPLINAS

Em vigor até 2020/2	CH	Em vigor a partir de 2021/1	CH
Antropologia Cultural	34	Antropologia e Direito	34
Atividades Complementares	398	I (Acs-nd) Atividades Complementares	310
Biodireito	34	Sem Equivalência	
Ciência Política	68	Ciência Política	68
Direito Administrativo I	68	Direito Administrativo I	68
Direito Administrativo II	68	Direito Administrativo II	68
Direito Ambiental	68	Direito Ambiental	68
Direito Civil I	68	Direito Civil I	68
Direito Civil II	68	Direito Civil II	68
Direito Civil III	68	Direito Civil III	68
Direito Civil IV	68	Direito Civil IV	68
Direito Civil IX	68	Direito Civil IX	68
Direito Civil V	68	Direito Civil V	34
Direito Civil VI	68	Direito Civil VI	68
Direito Civil VII	68	Direito Civil VII	34
Direito Civil VIII	68	Direito Civil VIII	68
Direito Constitucional I	68	Direito Constitucional I	68
Direito Constitucional II	68	Direito Constitucional IV	34
Direito Constitucional III	68	Direito Constitucional III	68
Direito Constitucional IV	68	Direito Constitucional II	68
Direito do Consumidor (Optativa)	68	Direito do Consumidor	34



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

Em vigor até 2020/2	CH	Em vigor a partir de 2021/1	CH
Direito do Trabalho I	68	Direito do Trabalho II	68
Direito do Trabalho II	68	Direito do Trabalho I	68
Direito Empresarial I	68	Direito Empresarial I	68
Direito Empresarial II	68	Direito Empresarial II	34
Direito Internacional Público ; Direito Internacional Privado	34 34	Direito Internacional Público e Privado	68
Direito Penal I	68	Direito Penal I	68
Direito Penal II	68	Direito Penal II	68
Direito Penal III	68	Direito Penal III	68
Direito Penal IV	68	Direito Penal IV	68
Direito Previdenciário	68	Direito Previdenciário	68
Direito Processual Civil I	68	Direito Processual Civil I	68
Direito Processual Civil II	68	Direito Processual Civil II	68
Direito Processual Civil III	68	Direito Processual Civil III	68
Direito Processual Civil IV	68	Direito Processual Civil IV	68
Direito Processual Civil V	68	Sem Equivalência	
Direito Processual do Trabalho I	68	Direito Processual do Trabalho I	68
Direito Processual do Trabalho II	68	Direito Processual do Trabalho II	68
Direito Processual Penal I	68	Direito Processual Penal I	68
Direito Processual Penal II	68	Direito Processual Penal II	68
Direito Processual Penal III	68	Direito Processual Penal III	68
Direito Tributário I	68	Direito Tributário I	68
Direito Tributário II	68	Direito Tributário II	68
Direitos Humanos (Optativa)	34	Direitos Humanos	34
Economia Política	34	Economia Política	68
Estágio Obrigatório - Prática Jurídica I	136	Estágio Obrigatório - Prática Jurídica I	136
Estágio Obrigatório - Prática Jurídica II	136	Estágio Obrigatório - Prática Jurídica II	136
Filosofia Jurídica	68	Filosofia e Direito	68
Hermenêutica Jurídica (Optativa)	34	Hermenêutica e Argumentação Jurídica	68
História do Direito	34	História do Direito	34
Introdução a Metodologia de Pesquisa	34	Introdução a Metodologia de Pesquisa	34
Introdução ao Estudo do Direito	68	Introdução ao Estudo do Direito	68
Linguagem Jurídica	68	Sem Equivalência	
Psicologia Aplicada ao Direito	34	Psicologia Aplicada ao Direito	34
Sociologia Geral	34	Sociologia e Direito	34



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

Em vigor até 2020/2	CH	Em vigor a partir de 2021/1	CH
Sem Equivalência		Formas Consensuais de Solução de Conflitos	34
Teoria Geral do Processo	68	Teoria Geral do Processo	68
Trabalho de Conclusão de Curso I - Monografia Jurídica I	34	Sem Equivalência	
Trabalho de Conclusão de Curso II - Monografia Jurídica II	34	IV (Tcc-nd) Trabalho de Conclusão de Curso	68
Ética Profissional	34	Ética Profissional	34

7.4. LOTAÇÃO DAS DISCIPLINAS NAS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO SETORIAL

As disciplinas do curso de Direito - Bacharelado estão lotadas no Câmpus do Pantanal.

7.5. EMENTÁRIO

7.6. BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

- **ANTROPOLOGIA E DIREITO:** Origens, histórico e desenvolvimento da antropologia. Especificidade, objeto e método da antropologia. Antropologia e direito: diálogos e intersecções. Antropologia e Direitos Humanos. O conceito de cultura no campo antropológico. Os desafios da alteridade: o significado do etnocentrismo e do relativismo cultural. Antropologia e a educação ambiental. A educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena pelo viés da antropologia. Bibliografia Básica: Laphantine, Francois. **Aprender Antropologia.** São Paulo, Sp: Brasiliense, 2006. 205 P. ISBN 85-11-07030-3. Laraia, Roque de Barros. **Cultura:** um Conceito Antropológico. 19. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Zahar, 2006. 117 P. (Coleção Antropologia Social). ISBN 8571104387. Oliveira, Carolina Bessa Ferreira De. **Fundamentos de Sociologia e Antropologia.** Porto Alegre Sagah 2018 1 Recurso Online ISBN 9788595023826. Bibliografia Complementar: Botelho, André; Schwarcz, Lilia Moritz (Org.). **Agenda Brasileira:** Temas de Uma Sociedade em Mudança. São Paulo, Sp: Companhia das Letras, 2011. 580 P. ISBN 9788535918748. Rouland, Norbert. **nos Confins do Direito:** Antropologia Jurídica da Modernidade. 2. Ed. São Paulo, Sp: Martins Fontes, 2008. 407 P. (Justiça e Direito). ISBN 9788533624108. Geertz, Clifford. **Nova Luz sobre a Antropologia.** Rio de Janeiro Zahar 2001 1 Recurso Online ISBN 9788537813577.

- **BIOÉTICA E BIODIREITO:** Ética Médica. Geneticismo e Eugenia. Bioética e Biodireito: definições, princípios. Eutanásia. Aborto. Alimentos transgênicos. Experiências com seres humanos e com animais. Tráfico de órgãos e seres humanos. Transfusão de sangue e questões religiosas. Clonagem. Sexualidade. Reprodução assistida. Suicídio. Pedofilia. Questões emergentes. Bibliografia Básica: Gozzo, Débora. **Bioética e Direitos Fundamentais.** São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online ISBN 9788502163126. Maluf, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Curso de Bioética e Biodireito.** 4. São Paulo Grupo Almedina 2020 1 Recurso Online ISBN 9786556270302. Unesco. Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos. Bibliografia Complementar: Bioética e Biossegurança Aplicada.



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

Porto Alegre Ser - Sagah 2017 1 Recurso Online ISBN 9788595022096. Nunes Junior, Flávio Martins Alves. **Curso de Direito Constitucional.** 3. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online ISBN 9788553611430. Durand, Guy. Introdução Geral à Bioética: História, Conceitos e Instrumentos. 5. Ed. São Paulo, Sp: Edições Loyola, 2014. 431 P. ISBN 9788515025787.

- CIÊNCIA POLÍTICA: Teoria Geral do Estado. Origem e Evolução do Estado. Conceito, Tipologia e Elementos do Estado. Formas de Estado. Formas e Sistemas de Governo. Regimes Políticos. Organização do Estado Brasileiro. Bibliografia Básica: Dallari, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado.** 29. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 314 P. ISBN 978-85-02-08145-1. Bobbio, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade:** para Uma Teoria Geral da Política. 15. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Paz e Terra, 2009. 173 P. (Coleção Pensamento Crítico ; 69). ISBN 9788577530175. Ramos, Flamaron Caldeira. **Manual de Filosofia Política** para os Cursos de Teoria do Estado e Ciência Política, Filosofia e Ciências Sociais. 3. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online ISBN 9788553600878. Bibliografia Complementar: Bobbio, Norberto. **a Era dos Direitos.** Nova Ed. Rio de Janeiro, Rj: Elsevier: Campus, 2004 Xviii, 212 P. ISBN 85-352-1561-1. Azambuja, D. Introdução à Ciência Política. São Paulo: Globo, 2005Gamba, João Roberto Gorini. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política.** Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597021707.

- CONTRATOS INTERNACIONAIS: Contratos internacionais. Princípios dos contratos internacionais. Principais convenções pertinentes. UNCITRAL. Formação dos contratos. Conteúdo e lei aplicável. Cláusulas especiais. Contratos típicos do comércio internacional. Bibliografia Básica: Mazzuoli, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Privado.** 4. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530985448. Mazzuoli, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público.** 12. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online ISBN 9788530983383. Accioly, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público.** 24. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610099. Bibliografia Complementar: Engelberg, Esther. **Contratos Internacionais do Comércio.** 2. Ed. São Paulo, Sp: Atlas, 1997. 112 P. ISBN 85-224-1674-5. Piovesan, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional** um Estudo Comparativo dos Sistemas Regionais Europeu, Interamericano e Africano. 9. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610198. Accioly, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público.** 22. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online ISBN 9788547201272.

- CRIMINOLOGIA: Criminologia e direito penal. Crime como fenômeno individual, biocriminologia e sociologia criminal. Psicologia criminal. O criminoso. Criminogênese. Patologia e crime. Patologia social. Saúde mental e crime. Psicanálise e crime. Estatística criminal. Terapêutica criminal. Profilaxia. Vitimologia. Genética e criminologia. Bibliografia Básica: Baratta, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal:** Introdução à Sociologia do Direito Penal. 3. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Revan, 2002. 254 P. (Coleção Pensamento Criminológico ; 1). ISBN 8535301887. Sá, Alvino Augusto De; Shecaira, Sérgio Salomão. **Criminologia e os Problemas da Atualidade.** São Paulo, Sp: Atlas, 2008. 334 P. ISBN 978-85-224-5206-4. Mendes, Soraia da Rosa. **Criminologia Feminista** Novos Paradigmas. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online (Idp). ISBN 9788502207141. Bibliografia Complementar: Bacila, Carlos Roberto. **Criminologia e Estigmas** um Estudo sobre os Preconceitos. 4. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online ISBN 9788522499601. Penteado Filho, Nestor Sampaio. **Criminologia e Medicina**



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

Legal. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online (Preparatória para Concurso de Delegado de Polícia). ISBN 9788502226920. Penteado Filho, Nestor Sampaio.

Manual Esquemático de Criminologia. 6. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online ISBN 9788547206765.

- DIREITO ADMINISTRATIVO I: Direito Administrativo: Conceito, Noções Gerais de Administração Pública e Princípios Administrativos. Organização da Administração Pública. Poderes e Deveres dos Administradores Públicos. Ato Administrativo. Servidores Públicos. Processo Administrativo. Bibliografia Básica: Nohara, Irene Patrícia. **Direito Administrativo.** 9. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597021363. Costa, Elisson Pereira Da. **Direito Administrativo II** Organização da Administração, Responsabilidade Civil do Estado, Agentes Públicos e Controle da Administração. São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online (Saberes do Direito 32). ISBN 9788502171039. Carvalho Filho, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo.** 33. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597020540. Bibliografia Complementar: Mello, Celso Antônio Bandeira De. **Curso de Direito Administrativo.** 29. Ed., Rev. e Atual. São Paulo, Sp: Malheiros, 2012. 1135 P. ISBN 9788539201082. Oliveira, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo.** 7. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530984694. Meirelles, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** 25. Ed. Atual. São Paulo, Sp: Malheiros, 2000. 765 P. ISBN 8574201642.

- DIREITO ADMINISTRATIVO II: Licitação. Contrato Administrativo. Serviços Públicos: Concessão e Permissão. Controle da Administração Pública. Intervenção do Estado na Propriedade, Desapropriação, Meio Ambiente e Educação Ambiental. Bens Públicos. Bibliografia Básica: Carvalho Filho, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo.** 33. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597020540. Knoplock, Gustavo Mello. **Manual de Direito Administrativo** Teoria, Doutrina e Jurisprudência. 10. Rio de Janeiro Método 2016 1 Recurso Online (Provas & Concursos). ISBN 9788530972370. Mazza, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo.** 8. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online ISBN 9788553600533. Bibliografia Complementar: Mello, Celso Antônio Bandeira De. **Curso de Direito Administrativo.** 29. Ed., Rev. e Atual. São Paulo, Sp: Malheiros, 2012. 1135 P. ISBN 9788539201082. Costa, Elisson Pereira Da. **Direito Administrativo II** Organização da Administração, Responsabilidade Civil do Estado, Agentes Públicos e Controle da Administração. São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online (Saberes do Direito 32). ISBN 9788502171039. Mazza, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo.** 7. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online ISBN 9788547215439.

- DIREITO AGRÁRIO: Conceito, Fontes e Princípios. Histórico da Propriedade Rural no Brasil. Posse Agrária e Regularização Fundiária. Reforma Agrária. Contratos Agrários. Terras das Comunidades Remanescentes de Quilombos. Terras Tradicionalmente Ocupadas pelos Povos Indígenas. Bibliografia Básica: Optiz, Silvia.

Curso Completo de Direito Agrário. 11. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online ISBN 9788547217044. Marques, Benedito Ferreira. **Direito Agrário Brasileiro.** 12. Rio de Janeiro Atlas 2016 1 Recurso Online ISBN 9788597009118.

Trentini, Flavia. **Teoria Geral do Direito Agrário Contemporâneo.** São Paulo Atlas 2012 1 Recurso Online ISBN 9788522480784. Bibliografia Complementar: Fiorillo, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro.** 17. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online ISBN 9788547215255. Cassettari, Christiano.

Direito Agrário Atualizado com as Leis N°S 13.001/14, 13.043/14 e Ec 81/14. 2. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online ISBN 9788522499441. Alvarenga, Octávio Mello. **Política e Direito Agroambiental:** Comentários a Nova Lei de Reforma



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

Agrária : (Lei N. 8.629, de 25 de Fevereiro de 1993). 2. Ed. Rio de Janeiro, Rj: Forense, 1997. Xx, 346 P. ISBN 85-309-0295-5.

- DIREITO AMBIENTAL: Conceito, Fontes e Princípios. O Meio Ambiente na Constituição Federal de 1988. Política Nacional do Meio Ambiente. Licenciamento Ambiental. Código Florestal Brasileiro. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Responsabilidade Civil, Penal e Administrativa por Danos ao Meio Ambiente. A Proteção do Meio Ambiente e os Direitos Humanos. A Educação Ambiental. Bibliografia Básica: Fiorillo, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 17. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online ISBN 9788547215255. Antunes, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 19. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online ISBN 9788597012316. Pimenta, Paulo Roberto Lyrio. **Direito Tributário Ambiental**. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530988395. Bibliografia Complementar: Giacomelli, Cinthia Louzada Ferreira. **Direito e Legislação Ambiental**. Porto Alegre Ser - Sagah 2018 1 Recurso Online ISBN 9788595022942. Santello, Fabiana Lopes Pinto. **Direito Tributário Ambiental** Recursos Hídricos e Tributação. São Paulo Manole 2017 1 Recurso Online ISBN 9788578683498. Carvalho, Carlos Gomes De. **Introdução ao Direito Ambiental**. 2. Ed. São Paulo, Sp: Letras e Letras, 1991. 329 P. ISBN 85-85387-11-4.

- DIREITO ANIMAL: Dogmática e princípios do Direito animal. Ética animal. Educação e consciência animal. Filosofia animal. Os animais e a religião. Direitos fundamentais aos animais. Dignidade e senciência animal. A utilização dos animais pelo ser humano. Tutela jurídica dos animais no Brasil. Os animais e o Direito Internacional. Políticas públicas e os animais. Bibliografia Básica: Vieira, Tereza Rodrigues; Silva, Camilo Henrique (Coord.). **Animais**: Bioética e Direito. Brasília, Df: Portal Jurídico, 2016. 258 P. ISBN 9788593040009. Gozzo, Débora. **Bioética e Direitos Fundamentais**. São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online ISBN 9788502163126. Nunes Junior, Flávio Martins Alves. **Curso de Direito Constitucional**. 3. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online ISBN 9788553611430. Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V.1** Lei de Introdução e Parte Geral. 13. Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online ISBN 9788530974114. Bibliografia Complementar: Dallagnol, D. Bioética: Princípios Morais e Aplicações. Rio de Janeiro: Dp&A, 2004. Constituição Federal Interpretada Artigo por Artigo, Parágrafo por Parágrafo. 7. São Paulo Manole 2016 1 Recurso Online ISBN 9788520451328. Antunes, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 20. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597016819.

- DIREITO, CIDADANIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: A cidadania, a diversidade e o Direito. Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). Discriminação racial no Brasil. Estudo de decisões das Cortes brasileiras. Movimentos sociais, ações afirmativas, políticas públicas e educação das relações étnico-raciais Bibliografia Básica: Marshall, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status...** Rio de Janeiro, Rj: Zahar, 1963. Nozu, Washington Cesar Shoiti; Gentil, Plínio (Org.). **Educação, Direitos Humanos e Cidadania**. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2012. 289 P. ISBN 9788576134046. Mendes, Gilmar. **Políticas Públicas no Brasil** Uma Abordagem Institucional. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online ISBN 9788547218515. Bibliografia Complementar: Gutierrez, José Paulo; Urquiza, Antônio H. Aguilera (Org.). **Direitos Humanos e Cidadania**: Desenvolvimento pela Educação em Direitos Humanos. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2013. 242 P. ISBN 9788576133773. Brasil; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Orientações e Ações para a Educação das Relações**



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

Étnico-raciais. Brasília, Df: Secad, 2010. 256 P. ISBN 8529600428. Poutignat, P. & Streiff-fenart, J. Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. Trad. de Élcio Fernandes. São Paulo, Edunesp, 1998.

- DIREITO CIVIL I: Das Pessoas; A proteção dos incapazes no Código Civil e o Estatuto da Pessoa com Deficiência; Direitos humanos e direitos fundamentais; Do Domicílio; Dos Bens; Dos Fatos Jurídicos Da Prescrição e da Decadência; Da Prova. Bibliografia Básica: Azevedo, Álvaro Villaça. **Curso de Direito Civil, V. 1** Teoria Geral do Direito Civil: Parte Geral. 2. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553609680. Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V.1** Lei de Introdução e Parte Geral. 13. Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online ISBN 9788530974114. Gagliano, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil, V. 1** Parte Geral. 21. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553609505. Bibliografia Complementar: Gonçalves, Carlo Roberto. **Direito Civil** Direito das Obrigações: Parte Geral. 17. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas 5"). ISBN 9788553601110. Monteiro, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil 1** Parte Geral. 45. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online ISBN 9788502196124. Venosa, Sílvio de Salvo. **Direito Civil, V.1** Parte Geral. 17. Rio de Janeiro Atlas 2016 1 Recurso Online ISBN 9788597009736. Schreiber, Anderson. **Manual de Direito Civil Contemporâneo.** 2. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610532.

- DIREITO CIVIL II: Direito das Obrigações e relação jurídica obrigacional; Das Modalidades das Obrigações; Da Transmissão das Obrigações; Do Adimplemento e Extinção das Obrigações; Do Inadimplemento das Obrigações. Bibliografia Básica: Nader, Paulo. **Curso de Direito Civil, V. 2** Obrigações. 9. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530986650. Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, V. 2** Teoria Geral das Obrigações. 16. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553608256. Venosa, Sílvio de Salvo. **Direito Civil, V. 2** Obrigações e Responsabilidade Civil. 19. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597019728. Bibliografia Complementar: Monteiro, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil, V. 2** Teoria Geral das Obrigações, 2ª Parte. 41. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online ISBN 9788502225428. Azevedo, Álvaro Villaça. **Curso de Direito Civil, V. 2** Teoria Geral das Obrigações e Responsabilidade Civil. 13. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553609697. Schreiber, Anderson. **Manual de Direito Civil Contemporâneo.** 2. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610532.

- DIREITO CIVIL III: Dos Contrato em Geral. Teoria geral dos contratos; Princípios fundamentais; Formação; Garantias contratuais; Função social dos contratos; Equilíbrio contratual; Extinção dos contratos. Bibliografia Básica: Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V. 3** Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie. 13. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online ISBN 9788530978198. Azevedo, Álvaro Villaça. **Curso de Direito Civil, V. 3** Teoria Geral dos Contratos. 4. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553609703. Gagliano, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil, V. 4** Contratos. 2. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553609536. Bibliografia Complementar: Venosa, Sílvio de Salvo. **Direito Civil, V. 3** Contratos. 19. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597019704. Pereira, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil, V. 3** Contratos: Declaração Unilateral de Vontade; Responsabilidade Civil. 23. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online (Clássicos Forense). ISBN 9788530983833. Schreiber, Anderson. **Manual de Direito Civil Contemporâneo.** 2. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610532.



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

- DIREITO CIVIL IV: Das Várias Espécies de Contrato; Dos Atos Unilaterais. Bibliografia Básica: Azevedo, Álvaro Villaça. **Curso de Direito Civil, V. 4** Contratos Típicos e Atípicos. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553609710. Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V. 3** Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie. 14. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online ISBN 9788530984014. Venosa, Sílvio de Salvo. **Direito Civil, V. 3** Contratos. 19. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597019704. Gagliano, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil, V. 4** Contratos. 2. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553609536. Bibliografia Complementar: Rizzardo, Arnaldo. **Contratos.** 18. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530986063. Lôbo, Paulo. **Direito Civil** Contratos. 3. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online ISBN 9788547215491. Schreiber, Anderson. **Manual de Direito Civil Contemporâneo.** 2. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610532.
- DIREITO CIVIL IX: Sucessões. Princípios gerais do direito sucessório. Sucessão legítima testamentária. Inventário e partilha. Sonegados. Colações. Bibliografia Básica: Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil** Direito das Sucessões. 20. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas V). ISBN 9788553609086. Lôbo, Paulo. **Direito Civil, V. 6** Sucessões. 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553607914. Pereira, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil, V. 6** Direito das Sucessões. 26. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530985189. Bibliografia Complementar: Venosa, Sílvio de Salvo. **Direito Civil, V. 6** Sucessões. 17. Rio de Janeiro Atlas 2016 1 Recurso Online ISBN 9788597009835. Gagliano, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil, V. 7** Direito das Sucessões. 6. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553609550. Gomes, Orlando. **Sucessões.** 17. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530986049.
- DIREITO CIVIL V: Da Responsabilidade Civil. Conceitos e elementos da Responsabilidade Civil. A Indenização. Responsabilidade Civil do Estado. Responsabilidade Civil Profissional. Responsabilidade civil e novos temas: digital; atitudes discriminatórias, meio ambiente e educação ambiental. Bibliografia Básica: Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V. 2** Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil. 14. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online ISBN 9788530984038. Rizzardo, Arnaldo. **Responsabilidade Civil.** 8. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530986087. Cavalieri Filho, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil.** 12. Rio de Janeiro Grupo Gen 2015 1 Recurso Online ISBN 9788597000764. Bibliografia Complementar: Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, V. 4** Responsabilidade Civil. 14. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553608553. Lôbo, Paulo. **Direito Civil, V. 2** Obrigações; Inclui Responsabilidade Civil. 7. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553607907. Farias, Cristiano Chaves De. **Novo Tratado de Responsabilidade Civil.** 4. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online ISBN 9788553612086. Moraes, Carlos Alexandre. **Responsabilidade Civil dos Pais na Reprodução Humana Assistida.** Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online (Coleção Rubens Limongi). ISBN 9788530982959.
- DIREITO CIVIL VI: Da Posse; Dos Direito Reais; Direito de Vizinhança; Condomínio. Da Propriedade; Da Superfície; Das Servidões; Do Usufruto; Do Uso; Da Habitação. Bibliografia Básica: Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V. 4** Direito das Coisas. 12. Rio de Janeiro Forense 2020 1 Recurso Online ISBN 9788530989361. Rizzardo, Arnaldo. **Direito das Coisas.** 8. Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online ISBN 9788530972837. Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V. 4** Direito das Coisas.



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

11. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online ISBN 9788530983994. Bibliografia Complementar: Diniz, Maria Helena. **Direito das Coisas.** 27. Ed. São Paulo, Sp: Saraiva, 2012. 674 P. (Curso de Direito Civil Brasileiro ; V. 4). ISBN 978-85-02-14335-7. Venosa, Sílvio de Salvo. **Direito Civil, V. 4** Direitos Reais. 19. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597020854. Pereira, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil, V.4** Direitos Reais. 25. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online ISBN 9788530974596.

- DIREITO CIVIL VII: Direito do Promitente Comprador; Da Hipoteca; Do Penhor. Do direito real de laje. Direito de propriedade, meio ambiente e a educação ambiental. Bibliografia Básica: Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, V. 5** Direito das Coisas. 14. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553608782. Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V. 4** Direito das Coisas. 12. Rio de Janeiro Forense 2020 1 Recurso Online ISBN 9788530989361. Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V. 4** Direito das Coisas. 11. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online ISBN 9788530983994. Bibliografia Complementar: Gonçalves, Carlo Roberto. **Direito Civil** Direito das Coisas. 18. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas 3"). ISBN 9788553601103. Diniz, Maria Helena. **Direito das Coisas.** 27. Ed. São Paulo, Sp: Saraiva, 2012. 674 P. (Curso de Direito Civil Brasileiro ; V. 4). ISBN 978-85-02-14335-7. Rizzato, Arnaldo. **Direito das Coisas.** 8. Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online ISBN 9788530972837.

- DIREITO CIVIL VIII: Direito de Família. Conceito de Direito de Família. Direito de família e os direitos humanos. Eficácia do casamento. Direitos e Deveres dos cônjuges. Dissolução da sociedade conjugal. União estável. Relações de parentesco. Filiação. Reconhecimento dos filhos. Adoção. Poder familiar. Tutela. Curatela. Alimentos. Ação, revisão, exoneração e execução de alimentos. Cumprimento de sentença de alimentos. Regime de bens. Bibliografia Básica: Tartuce, Flávio. **Direito Civil, V. 5** Direito de Família. 14. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online ISBN 9788530983970. Venosa, Sílvio de Salvo. **Direito Civil, V. 5** Família e Sucessões. 19. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597019681. Gagliano, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil, V. 6** Direito de Família. 9. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553609543. Bibliografia Complementar: Tartuce, Fernanda. **Processo Civil no Direito de Família** Teoria e Prática. 4. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530985646. Pereira, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil, V. 5** Direito de Família. 27. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530984984. Madaleno, Rolf. **Manual de Direito de Família.** 2. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online ISBN 9788530984236.

- DIREITO COMUNITÁRIO: Objeto do direito comunitário; Fontes e princípios do direito comunitário. O princípio da autonomia no direito comunitário; perspectivas do direito comunitário. Processos de integração na Europa, América do Norte, América Central, América do Sul, na África e na Ásia. Bibliografia Básica: Mazzuoli, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Privado.** 4. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530985448. Mazzuoli, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público.** 12. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online ISBN 9788530983383. Piovesan, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.** 17. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online ISBN 9788547213169. Piovesan, Flavia. **Temas de Direitos Humanos.** 7. Ed. São Paulo, Sp: Saraiva, 2014. 608 P. ISBN 9788502213197. Bibliografia Complementar: Cretella Neto, José. **Curso de Direito Internacional Econômico.** São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online ISBN 9788502179660. Reis, Henrique Marcello Dos.



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

Direito para Administradores, V.2 Direito Internacional Público, Econômico, Comunitário e dos Direitos Humanos e Direito Internacional Privado. São Paulo Cengage Learning 2012 1 Recurso Online ISBN 9788522108992. Piovesan, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional** um Estudo Comparativo dos Sistemas Regionais Europeu, Interamericano e Africano. 9. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610198.

- DIREITO CONSTITUCIONAL COMPARADO: Constitucionalismo. Neoconstitucionalismo. Constituição: Conceito; Elementos e Classificação. Aplicabilidade das normas constitucionais. Poder constituinte. Hermenêutica Constitucional. Bibliografia Básica: Barroso, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo** os Conceitos Fundamentais e a Construção do Novo Modelo. 8. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610112. Moraes, Alexandre De. **Direito Constitucional**. 35. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597020915. Tavares, Andre? Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 17. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553609451. Bibliografia Complementar: Piovesan, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 18. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553600274. Pinho, Rodrigo César Rebello. **Direito Constitucional** Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais. 17. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas V). ISBN 9788553609000. Sarlet, Ingo Wolfgang. **Curso de Direito Constitucional**. 8. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610105.

- DIREITO CONSTITUCIONAL I: Teoria da Constituição. Constitucionalismo e Neoconstitucionalismo. Constituição: Conceito, Classificação, Elementos. Normas Constitucionais: Eficácia e Aplicabilidade. Teoria do Poder Constituinte. Organização do Estado: sistema federativo e competências. Bibliografia Básica: Nunes Junior, Flávio Martins Alves. **Curso de Direito Constitucional**. 3. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online ISBN 9788553611430. Barroso, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo** os Conceitos Fundamentais e a Construção do Novo Modelo. 8. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610112. Tavares, Andre? Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 17. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553609451. Bibliografia Complementar: Mendes, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 11. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online ISBN 9788547203665. Ferreira Filho, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 38. Ed. Rev. e Atual. São Paulo, Sp: Saraiva, 2012. 426 P. ISBN 9788502165588. Silva, José Afonso Da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 33. Ed. São Paulo: Malheiros, 2007. 926 P. ISBN 978-85-7420-996-8.

- DIREITO CONSTITUCIONAL II: Princípios Fundamentais. Teoria dos Direitos Fundamentais e dos Direitos Humanos. Direitos e Garantias Fundamentais em Espécie. Bibliografia Básica: Mendes, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 15. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online (Idp). ISBN 9788553618088. Martins, Flávio. **Curso de Direito Constitucional**. 4. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online ISBN 9788553617883. Vasconcelos, Clever. **Curso de Direito Constitucional**. 7. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online ISBN 9786555591743. Bibliografia Complementar: Curso de Direito Constitucional. 9. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online ISBN 9788553619344. Franco, Afonso Arinos de Melo. **Curso de Direito Constitucional Brasileiro**. 3. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online (Constitucionalismo Brasileiro). ISBN 9788530983048. Barroso, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo** os Conceitos Fundamentais e a Construção do Novo Modelo. 8. São Paulo Saraiva



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610112.

- DIREITO CONSTITUCIONAL III: Organização dos Poderes. Poder Executivo. Poder Legislativo e Processo Legislativo. Poder Judiciário e Funções Essenciais à Justiça. Bibliografia Básica: Nunes Junior, Flávio Martins Alves. **Curso de Direito Constitucional.** 3. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online ISBN 9788553611430. Barroso, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo** os Conceitos Fundamentais e a Construção do Novo Modelo. 8. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610112. Jellinek, Georg. **a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão** Contribuição para a História do Direito Constitucional Moderno, V. 2. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online ISBN 9788522499649. Tavares, Andre? Ramos. **Curso de Direito Constitucional.** 17. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553609451. Bibliografia Complementar: Mendes, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional.** 12. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online (Idp). ISBN 9788547216825. Silva, José Afonso Da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 33. Ed. São Paulo: Malheiros, 2007. 926 P. ISBN 978-85-7420-996-8. Direito Constitucional 2. Porto Alegre Sagah 2018 1 Recurso Online ISBN 9788595026216.

- DIREITO CONSTITUCIONAL IV: Controle de Constitucionalidade. Nacionalidade. Direitos Políticos. Partidos Políticos. Bibliografia Básica: Barroso, Luís Roberto. **o Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro.** 8. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online ISBN 9788553611959. Nunes Junior, Flávio Martins Alves. **Curso de Direito Constitucional.** 3. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online ISBN 9788553611430. Barroso, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo** os Conceitos Fundamentais e a Construção do Novo Modelo. 8. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610112. Bibliografia Complementar: Ferreira Filho, Manoel Gonçalves. **Aspectos do Direito Constitucional Contemporâneo.** 3. São Paulo Saraiva 2010 1 Recurso Online ISBN 9788502139770. O Constitucionalismo Democrático Latino-americano em Debate Soberania, Separação de Poderes e Sistema de Direitos. São Paulo Autêntica 2017 1 Recurso Online ISBN 9788551300138. Mendes, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional.** 14. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Idp). ISBN 9788553610945.

- DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: Princípios; Disposições preliminares; Crimes e Infrações; Direitos fundamentais; Responsabilidades; Política de atendimento; Medidas de proteção; Medidas sócio-educativas; Prática e ato infracional; Medidas pertinentes aos pais ou responsável; Conselho Tutelar; Acesso à Justiça. Bibliografia Básica: Curso de Direito da Criança e do Adolescente Aspectos Teóricos e Práticos. 12. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online ISBN 9788553611546. Brasil, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990. Araújo Júnior, Gediel Cláudio De. **Prática no Estatuto da Criança e do Adolescente.** 3. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online ISBN 9788597019148. Bibliografia Complementar: Maciel, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente** Aspectos Teóricos e Práticos. 3. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online ISBN 9788547203788. Coelho, Luiz Fernando. **Curso de Introdução ao Direito em 13 Aulas.** 3. São Paulo Manole 2019 1 Recurso Online ISBN 9788520463390. Rossato, Luciano Alves. **Estatuto da Criança e do Adolescente** Lei N. 8.069/90: Comentado Artigo por Artigo. 11. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online ISBN 9788553611706.

- DIREITO DAS MINORIAS: Discriminação: Conceito e Classificação. Direito e



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

Políticas Públicas Antidiscriminatórias. Direito e Questões de Gênero. Direito e Relações Étnico-Raciais no Brasil. Direito dos Povos Indígenas e das Populações Tradicionais. Direito das Pessoas com Deficiência. Bibliografia Básica: Madruga, Sidney. **Pessoas com Deficiência e Direitos Humanos** Ótica da Diferença e Ações Afirmativas. 2. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online ISBN 9788547202514. Piovesan, Flávia. **Temas de Direitos Humanos.** 10. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online ISBN 9788547203009. Mazzuoli, Valerio de Oliveira.

Tratados Internacionais de Direitos Humanos e Direito Interno. São Paulo Saraiva 2009 1 Recurso Online ISBN 9788502139497. Bibliografia Complementar: Jubilut, Liliana Lyra. **Direito à Diferença, V.2** Aspectos de Proteção Específica Às Minorias e aos Grupos Vulneráveis. São Paulo Saraiva 2013 1 Recurso Online ISBN 9788502208803. Jubilut, Liliana Lyra. **Direito à Diferença, V.3** Aspectos Institucionais e Instrumentais de Proteção Às Minorias e aos Grupos Vulneráveis. São Paulo Saraiva 2013 1 Recurso Online ISBN 9788502208834. Jubilut, Liliana Lyra. **Direitos Humanos e Meio Ambiente** Minorias Ambientais. São Paulo Manole 2017 1 Recurso Online ISBN 9788520455753.

- **DIREITO DO CONSUMIDOR:** Conceito. Princípios. Relação de Consumo: consumidor, fornecedor, produto e serviço. Direitos do Consumidor. Proteção de vulneráveis e direitos humanos. Práticas Abusivas. Qualidade e Segurança de Produtos e Serviços. Responsabilidades. Prazos, Prescrição e Decadência. Desconsideração da Personalidade Jurídica. Proteção Contratual. Defesa do Consumidor em Juízo: direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Sistemas de proteção. Bibliografia Básica: Almeida, Fabrício Bolzan De. **Direito do Consumidor.** 8. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online (Esquematizado). ISBN 9788553618026. Theodoro Júnior, Humberto. **Direitos do Consumidor.** 9. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online ISBN 9788530976828. Nunes, Rizzato. **Curso de Direito do Consumidor.** 13. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553607532. Bibliografia Complementar: Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto Direito Material e Processo Coletivo, Volume Único. 12. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online ISBN 9788530982867. Santanna, Gustavo. **Direito do Consumidor.** Porto Alegre Sagah 2018 1 Recurso Online ISBN 9788595022874. Almeida, Fabrício Bolzan De. **Direito do Consumidor Esquematizado®.** 7. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Esquematizado). ISBN 9788553608836.

- **DIREITO DO TRABALHO I:** Histórico do Direito do Trabalho. Flexibilização das Normas Trabalhistas. Direitos Coletivo e Individual do Trabalho: denominação, definição, autonomia, fontes e princípios. Liberdade Sindical. Organização Sindical. Conflitos Coletivos de Trabalho. Negociação Coletiva: Convenção e Acordo Coletivo de Trabalho. Greve. Formas Consensuais de Solução de Conflitos Coletivos de Trabalho. Direitos coletivos do trabalho e os direitos humanos. Bibliografia Básica: Garcia, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito do Trabalho.** 11. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online ISBN 9788530974992. Leite, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho.** 12. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online ISBN 9788553618125. Leite, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho.** 18. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online ISBN 9788553617906. Bibliografia Complementar: Martinez, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho** Relações Individuais, Sindicais e Coletivas do Trabalho. 7. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online ISBN 9788502638518. Zainaghi, Domingos Sávio. **Curso de Legislação Social** Direito do Trabalho. 14. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online ISBN 9788522493234. Calvo, Adriana. **Manual de Direito do Trabalho.** 5. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online ISBN 9788553617944.



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

- DIREITO DO TRABALHO II: Relação de Trabalho e Relação de Emprego. Contrato Individual de Trabalho: conceito, nulidades, sujeitos, terceirização, cooperativas, modalidades, alterações, poder diretivo, suspensão, interrupção e extinção. Jornada de Trabalho: composição e períodos de descanso. Remuneração e salário. Férias. Normas gerais e especiais de tutela do trabalho: CTPS, saúde e segurança no trabalho, proteção ao trabalho da mulher, do menor e do idoso, discriminação por gênero, raça, religião, orientação sexual e doença. Meio ambiente do trabalho e educação ambiental. Direito individual do trabalho e os direitos humanos. Bibliografia Básica: Martinez, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho.** 11. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online ISBN 9788553618408. Leite, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho.** 12. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online ISBN 9788553618125. Calvo, Adriana. **Manual de Direito do Trabalho.** 5. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online ISBN 9788553617944. Bibliografia Complementar: Moura, Marcelo. **Curso de Direito do Trabalho.** 2. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online ISBN 9788547206673. Zainaghi, Domingos Sávio. **Curso de Legislação Social** Direito do Trabalho. 14. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online ISBN 9788522493234. Martins Filho, Ives Gandra da Silva. **Manual Esquema?Tico de Direito e Processo do Trabalho.** 27. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553609581.

- DIREITO E CINEMA: Estética e Direito. Direito e cultura popular. Teorias do cinema. Avatares do cinema internacional. Cinema latino-americano. Direito e cinema: interfaces. Cinema brasileiro e abordagem do fenômeno jurídico: gênero, racismo e exclusão social. Bibliografia Básica: Grüne, Carmela. **Direito no Cinema Brasileiro.** São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online ISBN 9788547227562. Eagleton, Terry. **a Ideologia da Estética.** Rio de Janeiro Zahar 1993 1 Recurso Online ISBN 9788537807088. Hunt, Robert Edgar. **a Linguagem do Cinema** Coleção Fundamentos de Cinema. 1. Porto Alegre Bookman 2013 1 Recurso Online ISBN 9788582600375. Bibliografia Complementar: Duarte, Rodrigo. **Adorno/Horkheimer e a Dialética do Esclarecimento.** Rio de Janeiro Zahar 2002 1 Recurso Online ISBN 9788537806203. Corrêa, Miguel Angelo. **o Índio e o Cinema em Mato Grosso do Sul:** Mapeamento e Análise. Campo Grande, Ms: Ed Ufms, 2017. 267 P. ISBN 9788576135630. Xavier Filha, Constantina (Org.). **Sexualidades, Gênero e Infâncias no Cinema.** Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2014. 319 P. ISBN 978-85-7613-470-1.

- DIREITO ECONÔMICO: Estado e economia. Ordem econômica constitucional. Conceito e história da regulação. Instrumentos da regulação. Serviços públicos. Atividades privadas regulamentadas. Novos mecanismos de poder de polícia. Agências reguladoras. Poder normativo da administração econômica. Legitimização democrática. Bibliografia Básica: Figueiredo, Leonardo Vizeu. **Direito Econômico.** 10. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530986445. Aguillar, Fernando Herren. **Direito Econômico** do Direito Nacional ao Direito Supranacional. 5. Rio de Janeiro Atlas 2016 1 Recurso Online ISBN 9788597004267. Poder Econômico Direito, Pobreza, Violência, Corrupção. São Paulo Manole 2015 1 Recurso Online ISBN 9788520442418. Bibliografia Complementar: Stober, Rolf. **Direito Administrativo Econômico Geral.** São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online (Idp). ISBN 9788502143265. Ponte, Antonio Carlos Da. **Crimes Eleitorais.** 2. São Paulo Saraiva Educação 2016 1 Recurso Online ISBN 9788547208929. Squizzato, Ana Carolina. **Direito Financeiro e Econômico.** São Paulo Método 2013 1 Recurso Online ISBN 978-85-309-4683-8.

- DIREITO EDUCACIONAL: O direito educacional. A educação como um direito.



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

Análise, interpretação da legislação educacional nacional. O direito à educação nos Tribunais. Discussões atuais sobre direito e educação. **Bibliografia Básica:** Moletta, Ana Keli. **a Educação Infantil e a Garantia dos Direitos Fundamentais da Infância.** Porto Alegre Sagah 2018 1 Recurso Online ISBN 9788595027732. Toledo, Margot De. **Direito Educacional.** São Paulo Cengage Learning 2015 1 Recurso Online ISBN 9788522122479. Bittar, Carla Bianca. **Educação e Direitos Humanos no Brasil.** São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online ISBN 9788502213005. **Bibliografia Complementar:** Castilho, Ricardo. **Educação e Direitos Humanos.** São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online ISBN 9788547209001. Castilho, Ricardo. **Educação e Direitos Humanos.** São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online ISBN 9788547209001. Gorczevski, Clovis. Educar para os Direitos Humanos Considerações, Obstáculos, Propostas. São Paulo: Atlas, 2015.

- **DIREITO ELEITORAL:** Direito Eleitoral: Noções Introdutórias e Conceitos Básicos. Princípios Constitucionais. Sistemas Eleitorais Adotados No Brasil. Legislação Brasileira Específica. A Justiça Eleitoral. **Bibliografia Básica:** Gomes, José Jairo. **Direito Eleitoral.** 15. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597020694. Chimenti, Ricardo Cunha. **Direito Eleitoral.** 9. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas V). ISBN 9788553610341. Machado, Raquel Cavalcanti Ramos. **Manual de Direito Eleitoral.** 2. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online ISBN 9788597016772. **Bibliografia Complementar:** Tenório, Rodrigo Antonio. **Direito Eleitoral.** Rio de Janeiro Método 2014 1 Recurso Online (Carreiras Federais). ISBN 978-85-309-5639-4. Chimenti, Ricardo Cunha. **Direito Eleitoral.** 7. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas 29"). ISBN 9788547217501. Lunardi, Fabrício Castagna. **o Stf na Política e a Política no Stf** Poderes, Pactos e Impactos para a Democracia. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online (Idp). ISBN 9788553618347.

- **DIREITO ELETRÔNICO:** Direito da informática e informática jurídica. Crimes de informática. Propriedade intelectual e informática. Governo eletrônico. Inteligência artificial. Privacidade e base de dados e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Os princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. **Bibliografia Básica:** Teixeira, Tarcísio. **Curso de Direito e Processo Eletrônico** Doutrina, Jurisprudência e Prática. 4. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online ISBN 9788553172740. Paesani, Liliana Minardi. **Direito de Informática** Comercialização e Desenvolvimento Internacional do Software. São Paulo Atlas 2015 1 Recurso Online ISBN 9788522498123. Almeida Filho, José Carlos de Araújo.

Processo Eletrônico e Teoria Geral do Processo Eletrônico. 5. Rio de Janeiro Forense 2014 1 Recurso Online ISBN 978-85-309-5991-3. **Bibliografia Complementar:** Theodoro Júnior, Humberto. **Código de Processo Civil Anotado.** 22. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530984878. Bittar, Carlos Alberto.

Direito de Autor. 7. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530986001. Abrão, Carlos Henrique. **Processo Eletrônico** Processo Digital. 5. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online ISBN 9788597011784.

- **DIREITO EMPRESARIAL I:** Teoria Geral do Direito Empresarial: histórico, conceito, objeto, fontes, princípios. Teoria dos Atos de Comércio e Teoria da empresa. Empresa e Empresário. Nome Empresarial. Estabelecimento Empresarial. Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Direito Societário: classificação das sociedades, operações societárias, dissolução, liquidação e extinção da sociedade. O empresário, as empresas e o meio ambiente: a educação ambiental. Propriedade Industrial. **Bibliografia Básica:** Negrão, Ricardo. **Curso de Direito Comercial e de Empresa, V.1.** 13. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online ISBN 9788547216894.



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

Tomazette, Marlon. **Curso de Direito Empresarial, V. 1** Teoria Geral e Direito Societário. 10. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553609154.
Mamede, Gladston. **Manual de Direito Empresarial.** 13. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597020380. Bibliografia Complementar: Martins, Fran. **Curso de Direito Comercial, V. 1** Empresa, Empresários e Sociedades. 42. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530986384. Fazzio Junior, Valdo. **Manual de Direito Comercial.** 20. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597020366. Coelho, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial:** Direito de Empresa. 25. Ed. São Paulo, Sp: Saraiva, 2013. 554 P. ISBN 97885-02189324.

- DIREITO EMPRESARIAL II: Títulos de Crédito: princípios, características, classificação, atos cambiais e espécies de títulos de crédito. Recuperação Extrajudicial e Judicial de Empresas. Falência. Bibliografia Básica: Negrão, Ricardo. **Curso de Direito Comercial e de Empresa, V. 2** Títulos de Crédito e Contratos Empresariais. 9. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online ISBN 9788553616152. Negrão, Ricardo. **Curso de Direito Comercial e de Empresa, V. 3** Recuperação de Empresas, Falência e Procedimentos Concursais Administrativos. 13. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610051. Martins, Fran. **Curso de Direito Comercial, V. 2** Títulos de Crédito. 18. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530986407. Tomazette, Marlon. **Curso de Direito Empresarial, V. 2** Títulos de Crédito. 10. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553609161. Bibliografia Complementar: Negrão, Ricardo. **Curso de Direito Comercial e de Empresa, V. 3** Recuperação de Empresas, Falência e Procedimentos Concursais Administrativos. 14. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online ISBN 9788553616176. Tomazette, Marlon. **Curso de Direito Empresarial, V. 3** Falência e Recuperação de Empresas. 7. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553609178. Mamede, Gladston. **Manual de Direito Empresarial.** 13. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597020380.

- DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO: Organização Internacional do Trabalho (OIT). Normas internacionais do trabalho. Tratados e convenções internacionais do trabalho. Normas de direito do trabalho no MERCOSUL. Bibliografia Básica: Feliciano, Guilherme Guimarães. **Curso Crítico de Direito do Trabalho:** Teoria Geral do Direito do Trabalho. São Paulo, Sp: Saraiva, 2013. 298 P. ISBN 978-85-02-18050-5. Martinez, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho Relac?O?Es Individuais, Sindicais e Coletivas do Trabalho.** 10. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610129. Jorge Neto, Francisco Ferreira. **Direito Processual do Trabalho.** 8. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online ISBN 9788597019162. Bibliografia Complementar: Machado, Diego Pereira. **Direito Internacional e Comunitário para Concurso de Juiz do Trabalho.** 2. Ed. São Paulo, Sp: Edipro, 2012. 464 P. (Resumos para Concursos). ISBN 9788572838368. Leite, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho.** 17. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553609758. Calvo, Adriana. **Manual de Direito do Trabalho.** 4. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553611287.

- DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO: Teoria Geral do Direito Internacional Público. Fontes do Direito Internacional Público. Direito dos Tratados. Sujeitos de Direito Internacional Público: Estados, Organizações Internacionais e Indivíduos. Formas Consensuais de Solução de Conflitos Internacionais. A proteção internacional dos Direitos Humanos, do Meio Ambiente e a Educação Ambiental . Direito Internacional Privado. Conflitos de Leis no Espaço e Aplicação do Direito



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

Estrangeiro. Cooperação Jurídica Internacional. Direito Civil Internacional. **Bibliografia Básica:** Del'olmo, Florisbal de Souza. **Curso de Direito Internacional Privado.** 12. Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online ISBN 9788530973896. Mazzuoli, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Privado.** 4. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530985448. Mazzuoli, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público.** 12. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online ISBN 9788530983383. **Bibliografia Complementar:** Cretella Neto, José. **Curso de Direito Internacional Econômico.** São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online ISBN 9788502179660. Piovesan, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional** um Estudo Comparativo dos Sistemas Regionais Europeu, Interamericano e Africano. 9. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610198. Rechsteiner, Beat Walter. **Direito Internacional Privado** Teoria e Prática. 20. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553608225.

- DIREITO MUNICIPAL: Origens e evolução do município. Organização do município. Autonomia municipal. Conceituação, governabilidade, competência e responsabilidade. **Bibliografia Básica:** Nohara, Irene Patrícia. **Direito Administrativo.** 9. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597021363. Harada, Kiyoshi. **Direito Tributário Municipal** Sistema Tributário Municipal. 4. São Paulo Atlas 2012 1 Recurso Online ISBN 9788522480029. Mendes, Gilmar Ferreira. **Linha Administração e Políticas Públicas** Gestão Pública e Direito Municipal: Tendências e Desafios. São Paulo Saraiva Educação 2016 1 Recurso Online (Idp). ISBN 9788547204686. **Bibliografia Complementar:** Nunes Junior, Flávio Martins Alves. **Curso de Direito Constitucional.** 3. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online ISBN 9788553611430. Franco, Afonso Arinos de Melo. **Curso de Direito Constitucional Brasileiro.** 3. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online (Constitucionalismo Brasileiro). ISBN 9788530983048. Ramos, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos.** 6. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553609802.

- DIREITO PENAL I: Conceito, Fontes e Princípios. Norma Penal. Aplicação no Tempo e no Espaço. Teoria do Crime. Concurso de Pessoas. **Bibliografia Básica:** Prado, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro** Parte Geral e Parte Especial. 17. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530984113. Raizaman, Daniel. **Manual de Direito Penal** Parte Geral. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online ISBN 9788553611379. Prado, Luiz Regis. **Tratado de Direito Penal Brasileiro, V. 1** Parte Geral (Arts. 1º a 120). 3. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530984403. **Bibliografia Complementar:** Nucci, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Penal, V. 1** Parte Geral: Arts. 1º a 120 do Código Penal. 3. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online ISBN 9788530983123. Raizaman, Daniel. **Manual de Direito Penal** Parte Geral. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online ISBN 9788553611379. Junqueira, Gustavo. **Manual de Direito Penal** Parte Geral. 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610303.

- DIREITO PENAL II: Teoria da Pena: penas privativas de liberdade, penas restritivas de direitos, pena de multa, aplicação da pena e concurso de crimes, limites das penas, suspensão e livramento condicional, efeitos da condenação, medidas de segurança. Ação penal. Extinção da punibilidade. Prescrição. **Bibliografia Básica:** Prado, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro** Parte Geral e Parte Especial. 17. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530984113. Junqueira, Gustavo. **Manual de Direito Penal** Parte Geral. 3. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online ISBN 9788547217648. Junqueira,



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

Gustavo. **Manual de Direito Penal** Parte Geral. 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610303. Bibliografia Complementar: Andreucci, Ricardo Antonio. **Manual de Direito Penal.** 13. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610877. Raizaman, Daniel. **Manual de Direito Penal** Parte Geral. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online ISBN 9788553611379. Pacelli, Eugênio. **Manual de Direito Penal** Parte Geral. 5. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597020618.

- DIREITO PENAL III: Crimes em Espécie. Crimes contra a Pessoa. Crimes contra o Patrimônio. Crimes contra a Propriedade Imaterial. Crimes contra a Organização do Trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Bibliografia Básica: Capez, Fernando. **Curso de Direito Penal, V. 2** Parte Especial: Arts. 121 a 212. 19. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553609444. Nucci, Guilherme de Souza. **Direito Penal** Partes Geral e Especial. 6. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online (Esquemas & Sistemas). ISBN 9788530986483. Bitencourt, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal, V. 4** Parte Especial: Crimes contra Adignidade Sexual Ate? Crimes contra a Fé? Pu?Blica. 13. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610044. Bitencourt, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal, V. 5** Parte Especial (Arts. 312 a 359=H e Lei N. 10.028/2000): Crimes contra a Administração Pública e Crimes Praticados por Prefeitos. 14. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online ISBN 9788553617081. Bibliografia Complementar: Capez, Fernando. **Curso de Direito Penal, V.4** Legislação Penal Especial. 12. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online ISBN 9788547217815. Prado, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro** Parte Geral e Parte Especial. 17. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530984113. Nucci, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal.** 14. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online ISBN 9788530977634.

- DIREITO PENAL IV: Crimes contra a Dignidade Sexual. Crimes contra a Família. Crimes contra a Incolumidade Pública. Crimes contra a Paz Pública. Crimes contra a Fé Pública. Crimes contra a Administração Pública. Bibliografia Básica: Nucci, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Penal, V. 3** Parte Especial: Arts. 213 a 361 do Código Penal. 3. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online ISBN 9788530983239. Capez, Fernando. **Curso de Direito Penal, V. 4** Legislação Penal Especial. 14. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610914. Jesus, Damásio E. De. **Direito Penal, V.4** Parte Especial: Crimes contra a Fé Pública a Crimes contra a Administração Pública. 19. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online ISBN 9788547201487. Bibliografia Complementar: Capez, Fernando. **Curso de Direito Penal, V.4** Legislação Penal Especial. 12. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online ISBN 9788547217815. Greco, Rogério. **Direito Penal Estruturado.** Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530985875. Masson, Cleber. **Direito Penal, V. 3** Parte Especial (Arts. 213 a 359H). 9. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530986339.

- DIREITO PREVIDENCIÁRIO: Histórico da Proteção Social. Seguridade Social: conceito, autonomia, fontes, objetivos, princípios, ações (Saúde, Assistência Social e Previdência Social), custeio, relação com os direitos humanos. Regimes previdenciários público, privado e complementar. Regime Geral da Previdência Social: introdução; características; princípios específicos; beneficiários; filiação e inscrição; manutenção e perda da condição de beneficiário; acidentes do trabalho, meio ambiente do trabalho e educação ambiental; prestações previdenciárias, carência, salário de benefício e acumulação. Crimes e Infrações Administrativas contra a Previdência Social. Bibliografia Básica: Santos, Marisa Ferreira Dos.



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

Direito Previdenciário. 10. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online (Esquematizado). ISBN 9788553619528. Castro, Carlos Alberto Pereira De. **Direito Previdenciário.** Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online ISBN 9788530972356. Castro, Carlos Alberto Pereira De. **Manual de Direito Previdenciário.** 22. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530985363. **Bibliografia Complementar:** Alencar, Hermes Arrais. **Cálculo de Benefícios Previdenciários.** 8. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online ISBN 9788547209377. Serau Junior, Marco Aurélio. **Curso de Processo Judicial Previdenciário.** 4. Rio de Janeiro Método 2014 1 Recurso Online ISBN 978-85-309-5612-7. Santos, Marisa Ferreira Dos. **Direito Previdenciário Esquematizado®.** 9. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Esquematizado). ISBN 9788553609079.

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL I: Processo de Conhecimento. Formação, suspensão e extinção do processo. Petição inicial. Citação. Audiência preliminar de conciliação ou mediação. Resposta do réu e revelia. Providências preliminares e julgamento conforme o estado do processo. Audiência de instrução e julgamento. Das provas: teoria geral da prova e direito probatório. **Bibliografia Básica:** Donizetti, Elpídio. **Curso Didático de Direito Processual Civil.** 22. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597020243. Thamay, Rennan Faria Krüger. **Manual de Direito Processual Civil.** 2. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553609871. Bueno, Cassio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil, Volume Único.** 6. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online ISBN 9788553618040. **Bibliografia Complementar:** Theodoro Júnior, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil, V.1.** 58. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online ISBN 9788530974282. Theodoro Júnior, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil, V. 1** Teoria Geral do Direito Processual Civil; Processo de Conhecimento; Procedimento Comum. 60. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online ISBN 9788530984359. Montenegro Filho, Misael. **Novo Código de Processo Civil Comentado.** 3. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online ISBN 9788597016611.

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL II: Decisão judicial. Teoria dos precedentes. Coisa julgada. Ação Anulatória. Ação Rescisória. Tutela provisória: tutela de urgência e tutela de evidência. Procedimentos especiais. Processo Coletivo: tutela jurisdicional coletiva e microssistema processual coletivo, direitos coletivos lato sensu, normas fundamentais do processo coletivo, jurisdição e competência, legitimação para ações coletivas, autocomposição, coisa julgada nas ações coletivas. **Bibliografia Básica:** Theodoro Júnior, Humberto. **Código de Processo Civil Anotado.** 22. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530984878. Theodoro Júnior, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil, V.2.** 51. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online ISBN 9788530976132. Theodoro Júnior, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil, V. 2** Procedimentos Especiais: Codificados (De Jurisdição Contenciosa e de Jurisdição Voluntária) e de Legislação Extravagante. 53. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online ISBN 9788530984373. Pinho, Humberto Dalla Bernardina De. **Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo.** São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553609376. **Bibliografia Complementar:** Bueno, Cassio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil** V. 2: Procedimento Comum, Processos nos Tribunais e Recursos. 8. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610167. Greco, Leonardo. **Instituições de Processo Civil** Introdução ao Direito Processual Civil, V.2. 3. Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online ISBN 978-85-309-6473-3. Bueno, Cassio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil** Volume Único. 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

9788553609130.

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL III: Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação das Decisões Judiciais. Teoria Geral dos Recursos. Recursos em Espécie. Da Ordem dos Processos nos Tribunais. Ações, Incidentes de Competência Originária dos Tribunais e Sucedâneos Recursais. Bibliografia Básica: Theodoro Júnior, Humberto. **Código de Processo Civil Anotado.** 22. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530984878. Theodoro Júnior, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil, V.3.** 50. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online ISBN 9788530974381. Câmara, Alexandre Freitas. **o Novo Processo Civil Brasileiro.** 3. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online ISBN 9788597009941. Bibliografia Complementar: Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor. 50. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online ISBN 9788553611768. Theodoro Júnior, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil, V. 3.** 52. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online ISBN 9788530983680. Câmara, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil, V.3.** 21. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online ISBN 9788522486861.

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV: Processo de Execução. Teoria da Execução. Títulos Executivos. Princípios da execução. Formação do Processo de Execução. Liquidação de Sentença. Partes e Responsabilidade Patrimonial. Modalidades de Execução e de Cumprimento de Sentença. Defesa do Executado. Suspensão e Extinção da execução. Bibliografia Básica: Theodoro Júnior, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil, V.3.** 50. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online ISBN 9788530974381. Donizetti, Elpídio. **Curso Didático de Direito Processual Civil.** 22. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597020243. Santos, Ernane Fidélis Dos. **Manual de Direito Processual Civil, V. 3.** 15. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online ISBN 9788547212452. Bibliografia Complementar: Theodoro Júnior, Humberto. **Código de Processo Civil Anotado.** 22. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530984878. Instituições do Processo Civil. Porto Alegre Ser - Sagah 2018 1 Recurso Online ISBN 9788595024526. Bueno, Cassio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil Volume Único.** 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553609130.

- DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO I: Justiça do Trabalho: histórico, organização e funcionamento. Ministério Público do Trabalho. Jurisdição e Competência. Princípios. Postulação. Atos, termos e prazos processuais. Partes e Procuradores. Nulidades. Procedimentos individuais e coletivos. Defesas. Audiência. Provas. Sentença. Bibliografia Básica: Leite, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho.** 17. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553609758. Santos, Enoque Ribeiro Dos. **Curso de Direito Processual do Trabalho.** 3. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597019957. Jorge Neto, Francisco Ferreira. **Direito Processual do Trabalho.** 8. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online ISBN 9788597019162. Bibliografia Complementar: Pereira, Leone. **Manual de Processo do Trabalho.** 6. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610594. Santos, Enoque Ribeiro Dos. **Processo Coletivo do Trabalho.** 2. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online ISBN 9788530979010. Cisneiros, Gustavo. **Processo do Trabalho** Sintetizado. Rio de Janeiro Método 2016 1 Recurso Online ISBN 9788530973681.

- DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO II: A sistemática recursal. Execução trabalhista. Prática Trabalhista. Bibliografia Básica: Leite, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito Processual do Trabalho.** 17. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

Online ISBN 9788553609758. Jorge Neto, Francisco Ferreira. **Direito Processual do Trabalho.** 8. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online ISBN 9788597019162. Pereira, Leone. **Manual de Processo do Trabalho.** 6. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610594. Basile, César Reinaldo Offa. **Processo do Trabalho** Recursos Trabalhistas, Execução Trabalhista e Ações de Rito Especial. 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas 32"). ISBN 9788553600069. **Bibliografia Complementar:** Garcia, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito Processual do Trabalho.** 6. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online ISBN 9788530974886. Ulhoa, Marcos Dani. **Direito Processual do Trabalho no Tst.** Rio de Janeiro Forense 2012 1 Recurso Online ISBN 978-85-309-4297-7. Basile, César Reinaldo Offa. **Processo do Trabalho** Justiça do Trabalho e Dissídios Trabalhistas. 5. São Paulo Saraiva Educação 2016 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas 31"). ISBN 9788547209346.

- DIREITO PROCESSUAL PENAL I: Direito Processual Penal: conceito, sistemas processuais penais, princípios processuais penais e sua relação com os direitos humanos. Lei Processual Penal: Eficácia no Tempo e no Espaço, Interpretação e Integração. Sujeitos do Processo e Comunicação dos Atos Processuais. Inquérito Policial. Ação Penal **Bibliografia Básica:** Capez, Fernando. **Curso de Processo Penal.** 26. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553609437. Reis, Alexandre Cebrian Araujo. **Processo Penal** Parte Geral. 23. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas V). ISBN 9788553609390. Arruda, Rejane Alves De. **Manual de Direito Processual Penal.** São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online (Ícones do Direito). ISBN 9788502616783. **Bibliografia Complementar:** Nucci, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado.** 18. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530985110. Rangel, Paulo. **Direito Processual Penal.** 25. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online ISBN 9788597011456. Lopes Junior, Aury. **Fundamentos do Processo Penal** Introdução Crítica. 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610211.

- DIREITO PROCESSUAL PENAL II: Jurisdição e Competência. Questões e Processos Incidentes. Prova Penal. Procedimento Comum. **Bibliografia Básica:** Rangel, Paulo. **Direito Processual Penal.** 25. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online ISBN 9788597011456. Nucci, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Processual Penal.** 16. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530984854. Rangel, Paulo. **Direito Processual Penal.** 27. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597020441. **Bibliografia Complementar:** Direito Penal e Processual Penal Contemporâneos. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online ISBN 9788597019407. Lopes Junior, Aury. **Fundamentos do Processo Penal** Introdução Crítica. 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610211. Cury, Rogério. **Processo Penal.** Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online (Método de Estudo Oab). ISBN 9788530979171.

- DIREITO PROCESSUAL PENAL III: Procedimento relativo aos processos de competência do Tribunal do Júri. Prisão, medidas cautelares diversas da prisão e liberdade provisória. Nulidades. Sentença. Recursos e ações autônomas de impugnação. **Bibliografia Básica:** Pacelli, Eugênio. **Curso de Processo Penal.** 23. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597020137. Lopes Junior, Aury. **Direito Processual Penal.** 14. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online ISBN 9788547216849. Nucci, Guilherme de Souza. **Processo Penal e Execução Penal.** 5. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online (Esquemas & Sistemas). ISBN 9788530986469. **Bibliografia Complementar:** Nucci, Guilherme de Souza.



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

Curso de Direito Processual Penal. 15. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online ISBN 9788530978488. Marchionatti, Daniel. **Processo Penal contra Autoridades.** Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530986759. Tasse, Adel El. **Processo Penal IV** Júri. São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online (Saberes do Direito 13). ISBN 9788502171244.

- DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO: Processo Administrativo geral. Processo Administrativo Fiscal (PAF): princípios gerais e específicos. PAF voluntário e contencioso. Processo de consulta. PAF contencioso: impugnação, recursos etc. Julgamentos dos órgãos administrativos. Processo Judicial Tributário. Controle judicial da legislação tributária e seus efeitos. Ações judiciais tributárias de iniciativa do contribuinte. Lei de Execução Fiscal: aspectos processuais. Medida cautelar fiscal. Tendências atuais do processo administrativo fiscal e do processo judicial tributário. Bibliografia Básica: Nunes, Cleucio Santos. **Curso Completo de Direito Processual Tributário.** 3. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610464. Machado Segundo, Hugo de Brito. **Processo Tributário.** 11. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597020014. Cassone, Vittorio. **Processo Tributário** Teoria e Prática. 15. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online ISBN 9788597012729. Bibliografia Complementar: Conrado, Paulo Cesar. **Processo Judicial Tributário.** Rio de Janeiro Método 2014 1 Recurso Online (Carreiras Federais). ISBN 978-85-309-5567-0. Machado Segundo, Hugo de Brito. **Processo Tributário.** 9. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online ISBN 9788597010992. Carneiro, Claudio. **Processo Tributário** Administrativo e Judicial. 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553601684.

- DIREITOS HUMANOS: Teoria Geral dos Direitos Humanos. Direito Internacional dos Direitos Humanos. Sistemas e Mecanismos Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos. Incorporação dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos no Brasil. Direitos Humanos das Minorias e dos Grupos Vulneráveis. Jurisprudência Internacional dos Direitos Humanos. Responsabilidade Internacional por Violação de Direitos Humanos. A Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Bibliografia Básica: Comparato, Fábio Konder. **a Afirmação Histórica dos Direitos Humanos.** 12. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553607884. Mazzuoli, Valerio de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos.** 6. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online ISBN 9788530982843. Piovesan, Flávia. **Temas de Direitos Humanos.** 10. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online ISBN 9788547203009. Bibliografia Complementar: Piovesan, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.** 18. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553600274. Arakaki, Fernanda Franklin Seixas. **Direitos Humanos.** Porto Alegre Sagah 2018 1 Recurso Online ISBN 9788595025370. Fonte, Felipe de Melo. **Políticas Públicas e Direitos Fundamentais.** 2. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online ISBN 9788502622555.

- DIREITOS HUMANOS, FRONTEIRAS E MIGRAÇÃO: Teoria dos Direitos Humanos e Fundamentais. Fronteiras. Teorias Migratórias. Nova Lei de Migração. Direitos dos Imigrantes. Bibliografia Básica: Comparato, Fábio Konder. **a Afirmação Histórica dos Direitos Humanos.** 12. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553607884. Amaral, Ana Paula Martins; Carvalho, Luciani Coimbra de (Org.). **Direito do Estrangeiro ao Sistema Único de Saúde:** um Olhar para as Fronteiras do Ms. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2013. 168 P. ISBN 9788576134091. Oliveira, Tito Carlos Machado De. **Território sem Limites:** Estudos sobre Fronteiras. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2005. 648 P. ISBN 85-7613-069-6. Bibliografia Complementar: Mazzuoli, Valerio de Oliveira. **Curso de Direitos**



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

Humanos. 6. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online ISBN 9788530982843. Sayad, Abdelmalek. **a Imigração, Ou, os Paradoxos da Alteridade.** São Paulo, Sp: Edusp, 1998. 299 P. ISBN 85-314-0441-x. Piovesan, Flávia. **Temas de Direitos Humanos.** 11. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553600298.

- DIREITO TRIBUTÁRIO I: Direito Financeiro: Conceito, Fontes e Princípios. Orçamento Público. Receita Pública. Despesa Pública. Crédito Público. Controle da Atividade Financeira do Estado. Direito Tributário: Definição de tributo, espécies de tributos e suas diversas classificações. Dos impostos. Das taxas. Das contribuições em geral. Princípios tributários (estrita legalidade, anterioridade, anterioridade nonagesimal, irretroatividade, não confisco, pacto federativo, isonomia, mínimo existencial, dentre outros). Fontes do Direito Tributário. Competência Tributária. Imunidades Tributárias. Normas Gerais de Direito Tributário e os Direitos Humanos. Bibliografia Básica: Chimenti, Ricardo Cunha. **Direito Tributário** Direito Financeiro, Direito Orçamentário e Lei de Responsabilidade Fiscal. 21. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas V). ISBN 9788553609956. Machado Segundo, Hugo de Brito. **Manual de Direito Tributário.** 11. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597020717. Mazza, Alexandre. **Manual de Direito Tributário.** 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553608614. Bibliografia Complementar: Piscitelli, Tathiane. **Direito Financeiro.** 6. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online ISBN 9788530977412. Carneiro, Claudio. **Curso de Direito Tributário e Financeiro.** 8. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553609796. Harada, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário.** 28. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597020526.

- DIREITO TRIBUTÁRIO II: Lançamento tributário, conceito e classificação. Crédito tributário, suspensão da exigibilidade do crédito tributário, extinção do crédito tributário. Responsabilidade Tributária. Regra Matriz Tributária. Ações Tributárias. Bibliografia Básica: Paulsen, Leandro. **Curso de Direito Tributário Completo.** 10. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553608973. Schoueri, Luís Eduardo. **Direito Tributário.** 9. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610174. Mazza, Alexandre. **Manual de Direito Tributário.** 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553608614. Bibliografia Complementar: Nunes, Cleucio Santos. **Curso Completo de Direito Processual Tributário.** 3. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610464. Estudos Aplicados de Direito Empresarial Tributário. São Paulo Grupo Almedina 2019 1 Recurso Online ISBN 9788584935253. Sabbag, Eduardo. **Direito Tributário.** 2. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online (Método de Estudo Oab). ISBN 9788530982782.

- DIREITO URBANÍSTICO: Direito de propriedade e função social da propriedade. Direito Urbanístico - conceito, objeto, princípios fundamentais. Instrumentos de Política Urbana. Direito de superfície. Concessões urbanísticas. Licenças urbanísticas. Plano Diretor. Bibliografia Básica: Carvalho Filho, José dos Santos. **Comentários ao Estatuto da Cidade.** 5ª. São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online ISBN 9788522476862. Séguin, Elida. Estatuto da Cidade. 2. Ed. Rio de Janeiro: São Paulo, 2005. Mukai, Toshio. **o Estatuto da Cidade** Anotações à Lei N. 10.257/2001. 4. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online ISBN 9788553613120. Bibliografia Complementar: Cruz, Flávio Da. **Comentários à Lei N.4.320:** Normas Gerais de Direito Financeiro, Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, Comentários ao Substitutivo do Projeto de Lei N. 135/96. 5. Ed. São Paulo, Sp: Atlas, 2008. 452 P. ISBN 978-85-224-5029-9. Ramos, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos.** 6. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553609802. Dip, Ricardo Henry Marques. **Direito**



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

Administrativo Registrado. São Paulo Saraiva 2010 1 Recurso Online (Direito Registrado e Notarial). ISBN 9788502156166. Fiorillo, Celso Antônio Pacheco.

Estatuto da Cidade Comentado Lei N. 10.257/2001 : Lei do Meio Ambiente Artificial, 6^a Edição. 6. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online ISBN 9788502213906.

- ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE: Sistema econômico e meio ambiente. Externalidades ambientais. Políticas públicas ambientais. Bioma pantanal e os serviços ecossistêmicos. Bibliografia Básica: Economia do Meio Ambiente. 3. Rio de Janeiro Gen Ltc 2018 1 Recurso Online ISBN 9788595153622. Faucheux, Sylvie; Noël, Jean-françois. **Economia dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente.** Lisboa, Pt: Instituto Piaget, 1995. 445 P. (Economia e Política) ISBN 972-8407-38-6 Field, Barry C. **Introdução à Economia do Meio Ambiente.** 6. Porto Alegre Amgh 2014 1 Recurso Online ISBN 9788580553260. Bibliografia Complementar: Zamberlam, Jurandir; Fronchetti, Alceu. **Agroecologia:** Caminho de Preservação do Agricultor e do Meio Ambiente. Petrópolis, Rj: Vozes, 2016. 196 P. ISBN 9788532644589. Fiorillo, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro.** 19. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553608829. Santos, Thauan. **Economia do Meio Ambiente e da Energia** Fundamentos Teóricos e Aplicações. Rio de Janeiro Ltc 2018 1 Recurso Online ISBN 9788521635673.

- ECONOMIA POLÍTICA: As escolas do pensamento econômico. Funcionamento do sistema de mercado. Estruturas de mercado. Custos de transação. Política macroeconômica. Economia do Meio ambiente e Educação Ambiental. Bibliografia Básica: Cury, Helena Noronha. **Análise de Erros** o que Podemos Aprender com as Respostas dos Alunos. 2. São Paulo Autêntica 2007 1 Recurso Online (Tendências em Educação Matemática). ISBN 9788551303818. Thomas, Janet M. **Economia Ambiental** Aplicações, Políticas e Teorias. São Paulo Cengage Learning 2012 1 Recurso Online ISBN 9788522109784. Gastaldi, J. Petrelli. **Elementos de Economia Política.** 19. Ed. São Paulo, Sp: Saraiva, 2009. 480 P. ISBN 978-85-02-04868-3. Bibliografia Complementar: Vasconcellos, Marco Antonio Sandoval De. **Economia** Micro e Macro. 6. Rio de Janeiro Atlas 2015 1 Recurso Online ISBN 9788597003505. Amato Neto, João. **a Era do Ecobusiness** Criando Negócios Sustentáveis. São Paulo Manole 2015 1 Recurso Online ISBN 9788520448953. Huberman, Leo. **História da Riqueza do Homem.** 22. Rio de Janeiro Ltc 2010 1 Recurso Online ISBN 978-85-216-1954-3.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO - PRÁTICA JURÍDICA I: Formas Consensuais de Solução de Conflitos. Atendimento de assistidos no Escritório Modelo de Assistência Judiciária. Acompanhamento de audiências e mediações em processo de conhecimento, execução e cumprimento de sentença. Estudo e acompanhamento da fase de debates e julgamento processual. Elaboração de petições iniciais, intermediárias e recursos. Exame das teses apresentadas nas alegações finais e recursos dos processos. Visitas a cartórios e secretarias judiciais e extrajudiciais. Pesquisas de jurisprudência. Bibliografia Básica: Campestrini, Hildebrando. **Como Redigir Petição Inicial.** 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553607617. Tartuce, Fernanda. **Processo Civil no Direito de Família** Teoria e Prática. 4. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530985646. Gonçalves, Carlos Roberto. **Direito Civil** Direito de Família. 22. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas V). ISBN 9788553608935. Palaia, Nelson. **Técnica da Petição Inicial.** 14. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online ISBN 9788547212797. Bibliografia Complementar:



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

Venosa, Sílvio de Salvo. **Direito Civil, V. 5** Família e Sucessões. 19. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597019681. Pereira, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil, V.5** Direito de Família. 25. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online ISBN 9788530974619. Araújo Júnior, Gediel Claudino De. **Prática no Processo Civil.** 23. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online ISBN 9788597018837.

- ESTÁGIO OBRIGATÓRIO - PRÁTICA JURÍDICA II: Formas Consensuais de Solução de Conflitos. Atendimento de assistidos no Escritório Modelo de Assistência Judiciária. Acompanhamento de audiências e mediações em processo de conhecimento, execução e cumprimento de sentença. Estudo e acompanhamento da fase de debates e julgamento processual. Elaboração de petições iniciais, intermediárias e recursos. Exame das teses apresentadas nas alegações finais e recursos dos processos. Visitas a cartórios e secretarias judiciais e extrajudiciais. Pesquisas de jurisprudência. Bibliografia Básica: Campestrini, Hildebrando. **Como Redigir Petição Inicial.** 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553607617. Tartuce, Fernanda. **Processo Civil no Direito de Família** Teoria e Prática. 4. Rio de Janeiro Método 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530985646. Araújo Júnior, Gediel Claudino De. **Prática no Processo Civil.** 23. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online ISBN 9788597018837. Palaia, Nelson. **Técnica da Petição Inicial.** 14. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online ISBN 9788547212797. Bibliografia Complementar: Venosa, Sílvio de Salvo. **Direito Civil, V. 5** Família e Sucessões. 19. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597019681. Araújo Júnior, Gediel Claudino De. **Prática de Contestação no Processo Civil.** 4. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online ISBN 9788597012255. Araújo Júnior, Gediel Claudino De. **Prática de Recursos no Processo Civil.** 4. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online ISBN 9788597013368.

- ÉTICA PROFISSIONAL: Ética geral. Ética profissional. O Estatuto da OAB. O Regulamento Geral do Estatuto da OAB. Provimentos e Resoluções da OAB. O Código de Ética e Disciplinar da OAB. Exame de Ordem. O advogado, seus direitos, suas prerrogativas e suas obrigações. Bibliografia Básica: Gonzaga, Alvaro de Azevedo. **Etica Profissional.** Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online (Sintetizado). ISBN 9788530977085. Sanches, Alessandro. **Ética Profissional e Filosofia do Direito.** Rio de Janeiro Método 2016 1 Recurso Online (Método de Estudo Oab). ISBN 9788530973711. Luz, Valdemar P. Da. **Manual do Advogado** Advocacia Prática: Civil, Trabalhista e Criminal. 31. São Paulo Manole 2019 1 Recurso Online ISBN 9788520455821. Bibliografia Complementar: Bittar, Eduardo C. B. **Curso de Etica Jurídica** Ética Geral e Profissional. 14. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online ISBN 9788553601066. Lôbo, Paulo. **Comentários ao Estatuto da Advocacia e da Oab.** 12. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553608034. Coelho, Marcus Vinicius Furtado. **Comentários ao Novo Código de Ética dos Advogados.** 2. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online ISBN 9788547219659.

- FILOSOFIA E DIREITO: Origem, conceito e divisão da filosofia (antiga, medieval, moderna e contemporânea); problemas e temas relevantes do discurso filosófico; lógica formal e dialética; valores éticos e morais. Fundamentos filosóficos do direito. Teoria do Direito. Bibliografia Básica: Bittar, Eduardo C. B. **Curso de Filosofia do Direito.** 14. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online ISBN 9788597018691. Nader, Paulo. **Filosofia do Direito.** 26. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online ISBN 9788530982805. Nunes, Rizzato. **Manual de Filosofia do Direito.** 7.



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553601660. **Bibliografia Complementar:** Sousa, Cássio Vinícius Steiner De. **Filosofia Geral e Jurídica.** Porto Alegre Sagah 2018 1 Recurso Online ISBN 9788595023079. Cicco, Claudio. **História do Pensamento Jurídico e da Filosofia do Direito.** 8. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online ISBN 9788547220570. Marcondes, Danilo. **Textos Básicos de Filosofia do Direito.** Rio de Janeiro Zahar 2015 1 Recurso Online ISBN 9788537814659.

- FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: As múltiplas dimensões do conflito. A crise da atividade jurisdicional do Estado. Negociação: conceito, tipos de negociação e Teoria dos Jogos. Mediação: conceito, objeto, princípios, atuação do mediador, técnicas, procedimento e acordo. Conciliação: conceito, atuação do conciliador, procedimento e acordo. Arbitragem: conceito, arbitrabilidade, princípios, atuação do árbitro, convenção de arbitragem, cláusula compromissória, compromisso arbitral, procedimento e sentença arbitral. **Bibliografia Básica:** Arbitragem e Mediação a Reforma da Legislação Brasileira. 2. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online ISBN 9788597012798. Guilherme, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual de Arbitragem e Mediação** Conciliação e Negociação. 4. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553601530. Scavone Junior, Luiz Antonio. **Manual de Arbitragem** Mediação e Conciliação. 7. São Paulo Forense 2016 1 Recurso Online ISBN 9788530971779. **Bibliografia Complementar:** Verçosa, Fabiane. **Arbitragem e Mediação** Temas Controvertidos. Rio de Janeiro Forense 2014 1 Recurso Online ISBN 978-85-309-5911-1. Levy, Fernanda Rocha Lourenço. **Cláusulas Escalonadas** a Mediação Comercial no Contexto da Arbitragem. São Paulo Saraiva 2013 1 Recurso Online ISBN 9788502205284. Salles, Carlos Alberto De. **Negociação, Mediação e Arbitragem** Curso Básico para Programas de Graduação em Direito. Rio de Janeiro Método 2012 1 Recurso Online ISBN 978-85-309-4565-7.

- HERMENÊUTICA E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA: Fundamentos Filosóficos da Hermenêutica e Giro Linguístico. Interpretação, Aplicação e Método no Direito. Integração e Lacunas no Direito. Regras, Princípios e Discricionariedade Judicial. Argumentação Jurídica. Teoria do Direito. **Bibliografia Básica:** Ferraz Junior, Tercio Sampaio. **Argumentação Jurídica.** 2. São Paulo Manole 2016 1 Recurso Online ISBN 9788520451267. Eltz, Magnum Koury de Figueiredo. **Hermenêutica e Argumentação Jurídica.** Porto Alegre Sagah 2018 1 Recurso Online ISBN 9788595024090. Soares, Ricardo Maurício Freire. **Hermenêutica e Interpretação Jurídica.** 4. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610235. **Bibliografia Complementar:** Magalhães Filho, Glauco Barreira. **Curso de Hermenêutica Jurídica.** 5. São Paulo Atlas 2014 1 Recurso Online ISBN 9788522493999. Coelho, Inocêncio Mártires. **da Hermenêutica Filosófica à Hermenêutica Jurídica** Fragmentos. 2. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online (Idp). ISBN 9788502616257. Trubilhano, Fabio. **Linguagem Jurídica e Argumentação.** 6. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597021349. Monebhurrun, Nitish. **Manual de Metodologia Jurídica** Técnicas para Argumentar em Textos Jurídicos. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online ISBN 9788502626553.

- HISTÓRIA DO DIREITO: Introdução ao Estudo da História do Direito; Metodologias da Investigação Histórica; Organização Social e Regulação nas Sociedades pré-capitalistas; Grécia, Roma e a Formação da Tradição Ocidental; Idade Média e Desconcentração da Organização Social; Estado Moderno e Direito Racional; Do Estado Liberal ao Estado Democrático de Direito; Do Estado Socioambiental de



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

Direito e a Educação Ambiental; História do Direito no Brasil; Teoria do Direito. **Bibliografia Básica:** Palma, Rodrigo Freitas. **História do Direito.** 8. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610259. Scalquette, Rodrigo Arnoni. **História do Direito** Perspectivas Histórico-constitucionais da Relação entre Estado e Religião. São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online ISBN 9788522481507. Maciel, José Fábio Rodrigues. **Manual de História do Direito.** 9. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online ISBN 9788553611355. **Bibliografia Complementar:** Palma, Rodrigo Freitas. **História do Direito.** 6. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online ISBN 9788547210489. Maciel, José Fábio Rodrigues. **História do Direito.** 7. São Paulo Saraiva Educação 2016 1 Recurso Online (Direito Vivo). ISBN 9788547209162. Bittar, Eduardo C. B. **História do Direito Brasileiro** Leituras da Ordem Jurídica Nacional. 4. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online ISBN 9788597013597.

- INTRODUÇÃO A METODOLOGIA DE PESQUISA: Metodologia, método e ciência. Pesquisa científica. Normas para apresentação, produção e redação de projetos e textos científicos. **Bibliografia Básica:** Matias-pereira, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica.** 4. Rio de Janeiro Atlas 2016 1 Recurso Online ISBN 9788597008821. Mezzaroba, Orides. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito.** 7. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online ISBN 9788547218737. Bittar, Eduardo Carlos Bianca. **Metodologia da Pesquisa Jurídica** Teoria e Prática da Monografia para Concursos de Direito. 14. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online ISBN 9788547204143. **Bibliografia Complementar:** Bittar, Carlos Alberto. **Direito de Autor.** 7. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530986001. Bittar, Eduardo C. B. **Linguagem Jurídica** Semiótica, Discurso e Direito. 7. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online ISBN 9788547213992. Ramos, Albenides. **Metodologia da Pesquisa Científica** Como Uma Monografia Pode Abrir o Horizonte do Conhecimento. São Paulo Atlas 2009 1 Recurso Online ISBN 9788522465989.

- INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO: Teoria do Direito. Conceito de Direito. Direito e Coação. Direito e Moral. Norma Jurídica. Ordenamento Jurídico. Ciência e Direito. **Bibliografia Básica:** Ferraz Junior, Tercio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito.** 11. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597021417. Venosa, Sílvio de Salvo. **Introdução ao Estudo do Direito.** 6. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online ISBN 9788597018592. Madeu, Diógenes. **Introdução ao Estudo e à Teoria Geral do Direito.** São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online (Direito Vivo). ISBN 9788502170896. **Bibliografia Complementar:** Nader, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito.** 39. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online ISBN 9788530975692. Mascaro, Alysson Leandro Barbate. **Introdução ao Estudo do Direito.** 6. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online ISBN 9788597018677. Monnerat, Fábio Victor da Fonte. **Introdução ao Estudo do Direito Processual Civil.** 4. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610273. Nunes, Rizzato. **Manual de Introdução ao Estudo do Direito** com Exercícios para Sala de Aula e Lições de Casa. 15. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online ISBN 9788553600700.

- INVISIBILIDADE PÚBLICA, ESTIGMA SOCIAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS : Invisibilidade Pública: categorização, fenômeno psicossocial, humilhação social e reificação. Processo de Estigmatização Social. Eficácia dos Direitos Fundamentais. **Bibliografia Básica:** Marmelstein, George. **Curso de Direitos Fundamentais.** 8. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597021097. Mazzuoli, Valerio de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos.** 6. Rio de Janeiro Método 2018 1 Recurso Online ISBN 9788530982843. Wolkmer, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico**



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

Fundamentos de Uma Nova Cultura do Direito. 4. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online ISBN 9788502228375. Bibliografia Complementar: Toffoli, José Antonio Dias. **30 Anos da Constituição Brasileira** Democracia, Direitos Fundamentais e Instituições. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online ISBN 9788530982393. Gozzo, Débora. **Bioética e Direitos Fundamentais.** São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online ISBN 9788502163126. Fonte, Felipe de Melo. **Políticas Públicas e Direitos Fundamentais.** 2. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online ISBN 9788502622555.

- JUIZADO ESPECIAL: A nova estrutura do Poder Judiciário para resolução de litígios. A Questão do Acesso à Justiça. Lei n. 9099/95: Juizados Especiais Cíveis. Juizados Especiais Criminais. Juizados Especiais Federais. Meios alternativos de resolução de conflitos. lei nº 10.259 de 2001. A competência e seus conflitos. O pedido, a conciliação e a sentença. Os recursos admissíveis nos Juizados. O recurso inominado. Os embargos de declaração. A reclamação. O mandado de segurança contra decisões nos Juizados. As Turmas de Recursos. O procedimento processual virtual nos Juizados Especiais. Bibliografia Básica: Souza, Marcia Cristina Xavier De. **Juizados Especiais Fazendários.** Rio de Janeiro Forense 2010 1 Recurso Online ISBN 978-85-309-3893-2. Rocha, Felipe Borring. **Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais** Teoria e Prática. 10. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597022384. Rossato, Luciano Alves. **Sistema dos Juizados Especiais.** São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online (Saberes do Direito 48). ISBN 9788502174153. Bibliografia Complementar: Theodoro Júnior, Humberto. **Código de Processo Civil Anotado.** 22. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530984878. Bueno, Cassio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil, V.2, Tomo 2** Procedimentos Especiais do Código de Processo Civil: Juizados Especiais. 3. São Paulo Saraiva 2013 1 Recurso Online ISBN 9788502217898. Rocha, Felipe Borring. **Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais** Teoria e Prática. 9. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online ISBN 9788597012361.

- JUSTIÇA RESTAURATIVA: A crise da Justiça Retributiva. Os precedentes históricos da Justiça Restaurativa. As práticas restaurativas: mediação vítima-ofensor, círculos restaurativos, conferências e outros. Os marcos normativos da Justiça Restaurativa no Brasil. Experiências e práticas da Justiça Restaurativa no Brasil. Bibliografia Básica: Meyer-pflug, Samantha Ribeiro; Silveira, Vladmir Oliveira da (Org.). **Experiências de Justiça de Transição:** Aspectos Relevantes. São Paulo, Sp: Letras Jurídicas, 2015. Xiii, 176 P. ISBN 9788582480694. Guilherme, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual de Arbitragem e Mediação** Conciliação e Negociação. 4. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553601530. Mourão, Alessandra Nascimento S. F. **Resolução de Conflitos** Fundamentos da Negociação para o Ambiente Jurídico. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online (Gvlaw). ISBN 9788502220300. Bibliografia Complementar: Comparato, Fábio Konder. **a Afirmação Histórica dos Direitos Humanos.** 11. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online ISBN 9788547216139. Robl Filho, Ilton Norberto. **Conselho Nacional de Justiça** Estado Democrático de Direito e Accountability. São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online ISBN 9788502182776. Neves, Thiago Ferreira Cardoso. **Direito & Justiça Social** por Uma Sociedade Mais Justa, Livre e Solidária:estudos em Homenagem ao Professor Sylvio Capanema de Souza. São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online ISBN 9788522478668.

- LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVERGONHA: Lei de Entorpecentes; Código de Trânsito Brasileiro; Lei de Tortura; Lei dos Crimes Hediondos; Lei das



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

Contravenções Penais; Estatuto do Desarmamento. Bibliografia Básica: Capez, Fernando. **Aspectos Criminais do Código de Trânsito.** 3. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online ISBN 9788502618619. Capez, Fernando. **Curso de Direito Penal, V.4** Legislação Penal Especial. 12. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online ISBN 9788547217815. Gonçalves, Victor Eduardo Rios. **Legislação Penal Especial** Crimes Hediondos, Drogas, Terrorismo, Tortura, Armas de Fogo, Contravenções Penais, Crimes de Trânsito. 16. São Paulo Saraiva 2020 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas V. 24, Tomo 2). ISBN 9786555592290. Bibliografia Complementar: Monteiro, Antonio Lopes. **Crimes Hediondos** Texto, Comentários e Aspectos Polêmicos. 10. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online ISBN 9788502625761. Marcão, Renato. **Estatuto do Desarmamento.** 4. São Paulo Saraiva 2010 1 Recurso Online ISBN 9788502140080. Andreucci, Ricardo Antonio. **Legislac?A?O Penal Especial.** 14. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610488.

- LIBRAS: Fundamentos epistemológicos, históricos, políticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais (Libras). A pessoa surda e suas singularidades linguísticas. Desenvolvimento cognitivo e linguístico e a aquisição da primeira e segunda língua. Aspectos discursivos e seus impactos na interpretação. O papel do professor e do intérprete de língua de sinais na escola inclusiva. Relações pedagógicas da prática docente em espaços escolares. Introdução ao estudo da Língua Brasileira de Sinais: noções básicas de fonologia, de morfologia e de sintaxe. Bibliografia Básica: Capovilla, Fernando César; Raphael, Walkiria Duarte. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira, Volume II:** Sinais de M a Z. 2. Ed. São Paulo, Sp: Edusp, Imprensa Oficial do Estado, 2001. P. 850-1820 ISBN 8531406692. Capovilla, Fernando César; Raphael, Walkiria Duarte. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira, Volume I:** Sinais de a a L. 2. Ed. São Paulo, Sp: Edusp, Imprensa Oficial do Estado, 2001. 832 P. ISBN 8531406684. Felipe, Tânia A. Libras em Contexto. Brasília Editor: Mec/Seesp 8 Ed., 2008. Bibliografia Complementar: Plinski, Rejane Regina Koltz. **Libras.** Porto Alegre Sagah 2018 1 Recurso Online ISBN 9788595024595. Libras. 2. Porto Alegre Ser - Sagah 2019 1 Recurso Online ISBN 9788595027305. Língua Brasileira de Sinais e Tecnologias Digitais. Porto Alegre Penso 2019 1 Recurso Online ISBN 9788584291687.

- LINGUAGEM JURÍDICA: Língua e Linguagem: conceitos, funções da linguagem. Características da linguagem verbal e não verbal. Níveis de linguagem. Roteiro do emissor e receptor. Linguagem Jurídica: linguística, vocabulário, características e níveis da linguagem jurídica. Discurso e Argumentação jurídica. Prática da Linguagem Jurídica no discurso judicial e extrajudicial. Construção do discurso: requerimentos, procurações e substabelecimento, petição inicial, contestação e sentença. Estrutura do discurso legislativo. Bibliografia Básica: Trubilhano, Fabio. **Linguagem Jurídica e Argumentação.** 6. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597021349. Bittar, Eduardo C. B. **Linguagem Jurídica Semiótica, Discurso e Direito.** 7. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online ISBN 9788547213992. Petri, Maria José Constantino. **Manual de Linguagem Jurídica.** 3. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online ISBN 9788547216801. Bibliografia Complementar: Gonçalves, Wilson José. **Comunicação Jurídica:** Perspectiva da Linguagem Forense. Campo Grande, Ms: Ed. Ucdb, 2002. 224 P. ISBN 8586919837. Valverde, Alda da Graça Marques. **Lições de Linguagem Jurídica** da Interpretação à Produção do Texto. 4. Rio de Janeiro Forense 2015 1 Recurso Online ISBN 978-85-309-6768-0. Henriques, Antonio. **Prática da Linguagem Jurídica** Solução de Dificuldades, Expressões Latinas. 5. São Paulo Atlas 2008 1



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

Recurso Online ISBN 9788522466740.

- MEDICINA LEGAL: Tanatologia. Traumatologia. Sexologia. Asfixiologia. Antropologia, especialmente identificação. Identificação e identidade, perícias e peritos. Documentos oficiais. Psicologia e psicopatologia forense. Deontologia médica. Bibliografia Básica: Penteado Filho, Nestor Sampaio. **Criminologia e Medicina Legal**. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online (Preparatória para Concurso de Delegado de Polícia). ISBN 9788502226920. França, Genival Veloso De. **Fundamentos de Medicina Legal**. 3. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2018 1 Recurso Online ISBN 9788527733373. França, Genival Veloso De. **Medicina Legal**. 11. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2017 1 Recurso Online ISBN 9788527732284. Medicina Legal e o Positivismo Jurídico. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. 189 P. (Coleção Saberes do Direito ; 59). ISBN 978-85-02-21069-1. Bibliografia Complementar: Croce, Delton; Croce Júnior, Delton. **Manual de Medicina Legal**. 8. Ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012-2014. 864 P. ISBN 978-85-02-11140-0. Martins, Celso. **Medicina Legal**. 6. Rio de Janeiro Método 2015 1 Recurso Online (Provas & Concursos). ISBN 978-85-309-6365-1. Vanrell, Jorge Paulete; Borborema, Maria de Lourdes. Vademecum de Medicina Legal e Odontologia Legal. Leme, SP: Mizuno, 2007. 642 P. ISBN 978-85-898-5774-1.

- MEIO AMBIENTE DO TRABALHO: Teoria Geral do Meio Ambiente. Meio Ambiente do Trabalho. Saúde e Segurança no Trabalho. Organização Internacional do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho. Doenças Ocupacionais e Acidentes do Trabalho no Brasil. Discriminação no Trabalho. Danos aos Trabalhadores e Instrumentos de Prevenção e Reparação. Bibliografia Básica: Jorge Neto, Francisco Ferreira. **Direito do Trabalho**. 9. Rio de Janeiro Atlas 2018 1 Recurso Online ISBN 9788597018974. Silva, Agenor Antônio E. **Segurança do Trabalho e Meio Ambiente** o Diferencial da Dupla Atuação. São Paulo Erica 2018 1 Recurso Online ISBN 9788536532431. Camicassa, Mara Queiroga. **Segurança e Saúde no Trabalho** Nrs 1 a 36 Comentadas e Descomplicadas. 4. Rio de Janeiro Método 2017 1 Recurso Online ISBN 9788530976491. Bibliografia Complementar: Garcia, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de Direito do Trabalho**. 11. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online ISBN 9788530974992. Basile, César Reinaldo Offa. **Direito do Trabalho** Teoria Geral, Contrato de Trabalho e Segurança e Saúde no Trabalho. 9. São Paulo Saraiva 2019 1 Recurso Online (Sinopses Jurídicas V). ISBN 9788553611461. Equipe Atlas. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 82. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597020229.

- NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO: Noções de Administração - conhecimentos de administração; o papel do administrador; características das organizações; processo administrativo; as funções administrativas; planejamento, organização, direção e controle; comportamento organizacional: motivação, liderança e desempenho. Bibliografia Básica: Teoria Geral da Administração 1. Porto Alegre Sagah 2018 1 Recurso Online ISBN 9788595024663. Gil, Antonio Carlos. **Teoria Geral da Administração** dos Clássicos à Pós-modernidade. São Paulo Atlas 2016 1 Recurso Online ISBN 9788597007862. Bernardes, Cyro. **Teoria Geral da Administração** Gerenciando Empresas Brasileiras. São Paulo Saraiva 2014 1 Recurso Online ISBN 9788502200449. Chiavenato, Idalberto. **Teoria Geral da Administração, V.1** Abordagens Prescritivas e Normas. 7. São Paulo Manole 2014 1 Recurso Online ISBN 9788520444948. Bibliografia Complementar: Teoria Geral da Administração 1. Porto Alegre Sagah 2018 1 Recurso Online ISBN 9788595024663. Maximiano, Antonio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração** da Revolução Urbana à Revolução Digital. 8. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online ISBN



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

9788597012460. Oliveira, Djalma de Pinho Rebouças De. **Teoria Geral da Administração** Uma Abordagem Prática. 3. São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online ISBN 9788522475018.

- NOÇÕES DE CONTABILIDADE: Histórico da Contabilidade. A contabilidade: conceito. Os componentes básicos da contabilidade. Obrigações Jurídicas para a contabilidade. Aplicações e remuneração do capital. Juros. Bibliografia Básica: Ribeiro, Osni Moura. **Contabilidade Básica**. 4. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online ISBN 9788547224806. Equipe de Professores da Fea-usp. **Contabilidade Introdutória**. 12. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597021011. Greco, Alvísio. **Contabilidade** Teorias e Práticas Básicas. 5. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online ISBN 9788547210274. Bibliografia Complementar: Viceconti, Paulo. **Contabilidade Básica**. 18. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online ISBN 9788547220921. Bonho, Fabiana Tramontin. **Contabilidade Básica**. Porto Alegre Sagah 2019 1 Recurso Online ISBN 9788595027411. Coronado, Osmar. **Contabilidade Gerencial Básica**. 2. São Paulo Saraiva 2009 1 Recurso Online ISBN 9788502178991. Silva, Benedito Gonçalves Da. **Contabilidade Introdutória**: com as Alterações Feitas pelas Leis N. 11.638, de 28 de Dezembro de 2007 e N. 11.941, de 27 de Maio de 2009. Campo Grande, Ms: Ed. Ufms, 2011. 350 P. ISBN 9788576133155.

- PENSAMENTO JURÍDICO CRÍTICO: A crise da racionalidade moderna. Crítica à Teoria do Direito. Concepção marxista do direito. Pluralismo jurídico. Principais correntes do pensamento jurídico crítico. Bibliografia Básica: Wolkmer, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico** Fundamentos de Uma Nova Cultura do Direito. 4. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online ISBN 9788502228375. Nishiyama, Adolfo Mamoru. **Prática de Direito Processual Civil** para Graduação e Exame da Oab. 7. Rio de Janeiro Atlas 2015 1 Recurso Online ISBN 9788522495597. Alexy, Robert. **Teoria Discursiva do Direito**. 3. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online (Fora de Série). ISBN 9788530982829. Bibliografia Complementar: Siqueira Junior, Paulo Hamilton. **Teoria do Direito**. 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553609192. Ranieri, Nina. **Teoria do Estado** do Estado de Direito ao Estado Democrático de Direito. 2. São Paulo Manole 2018 1 Recurso Online ISBN 9788520455791. Diniz, Maria Helena. **Teoria Geral do Direito Civil**. 30. Ed. São Paulo, Sp: Saraiva, 2013. 628 P. (Curso de Direito Civil Brasileiro ; V. 1). ISBN 978-85-02-18926-3.

- PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO: A psicologia como ciência; Direito e psicologia; Conceitos básicos de psicologia geral para operadores do direito; Psicologia e a questão da normatividade; Estatística da personalidade humana; Dinâmica da personalidade; Psicologia do testemunho; A obtenção da evidência do decidido; Da perícia à psicologia judicial. Bibliografia Básica: Psicologia Jurídica. Porto Alegre Ser - Sagah 2018 1 Recurso Online ISBN 9788595025783. Pinheiro, Carla. **Psicologia Jurídica**. 3. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online (Direito Vivo). ISBN 9788547216986. Fiorelli, José Osmir. **Psicologia Jurídica**. 8. Rio de Janeiro Atlas 2017 1 Recurso Online ISBN 9788597012576. Bibliografia Complementar: Silva, Denise Maria Perissini Da. **Psicologia Jurídica no Processo Civil Brasileiro**. 3. Rio de Janeiro Forense 2016 1 Recurso Online ISBN 9788530969097. Paulo, Beatrice Marinho. **Psicologia na Prática Jurídica**. 2. São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online ISBN 9788502175907. Lima, Marcus Eugênio Oliveira. **Psicologia Social do Preconceito e do Racismo**. São Paulo Blucher 2020 1 Recurso Online ISBN 9786555500127.



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

- SOCIOLOGIA E DIREITO: A vida social e o conhecimento. As origens da sociologia como ciência social. Os principais pensadores da sociologia clássica: Comte, Durkheim, Weber e Marx. A sociologia na contemporaneidade. Interfaces entre Sociologia e Direito. Direitos Humanos. Bibliografia Básica: Bauman, Zygmunt. **Aprendendo a Pensar com a Sociologia.** Rio de Janeiro Zahar 2010 1 Recurso Online ISBN 9788537804544. Rocha, José Manuel de Sacadura. **Sociologia Jurídica** Fundamentos e Fronteiras. 6. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530985202. Manual de Sociologia Jurídica. 3. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553609895. Bibliografia Complementar: Rodriguez, José Rodrigo. **Manual de Sociologia Jurídica.** 2. São Paulo Saraiva 2017 1 Recurso Online ISBN 9788547219109. Giddens, Anthony. **Modernidade e Identidade.** Rio de Janeiro Zahar 2002 1 Recurso Online ISBN 9788537808788. Bauman, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro Zahar 2001 1 Recurso Online ISBN 9788537807729.
- TEORIA DA DEMOCRACIA: A ideia de democracia da Antiguidade à Modernidade. Precedentes históricos da democracia representativa. Estado Democrático de Direito. A dinâmica da democracia contemporânea. Dilemas e perspectivas da democracia na atualidade. Bibliografia Básica: Democracia e Direitos Fundamentais. Rio de Janeiro Atlas 2016 1 Recurso Online ISBN 9788597006575. Bittar, Eduardo Carlos Bianca. **Teoria do Estado** Filosofia Política e Teoria da Democracia. 5. São Paulo Atlas 2016 1 Recurso Online ISBN 9788597007947. Cunningham, Frank. **Teorias da Democracia** Uma Introdução Crítica: Debates Contemporâneos. Porto Alegre Artmed 2009 1 Recurso Online ISBN 9788536319490. Bibliografia Complementar: Toffoli, José Antonio Dias. **30 Anos da Constituição Brasileira** Democracia, Direitos Fundamentais e Instituições. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online ISBN 9788530982393. Democracia e Direitos Fundamentais. Rio de Janeiro Atlas 2016 1 Recurso Online ISBN 9788597006575. Mattos Neto, Antonio José De. **Direitos Humanos e Democracia Inclusiva.** São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online ISBN 9788502175792. Aristóteles. **a Política.** Rio de Janeiro, RJ: Ouro 382 P. (Coleção Universidade).
- TEORIA DA JUSTIÇA: Utilitarismo. Liberalismo Igualitário. Libertarianismo. Marxismo. Comunitarismo. Feminismo. Multiculturalismo. Bibliografia Básica: Alexy, Robert. **Princípios Formais e Outros Aspectos da Teoria Discursiva do Direito.** Rio de Janeiro Forense 2014 1 Recurso Online ISBN 978-85-309-5703-2. Melo, Rúrion. **a Teoria Crítica de Axel Honneth** Reconhecimento, Liberdade e Justiça. São Paulo Saraiva 2013 1 Recurso Online ISBN 9788502208445. Lovett, Frank. **Uma Teoria da Justiça, de John Rawls.** Porto Alegre Penso 2013 1 Recurso Online (Explorando Grandes Autores). ISBN 9788565848237. Bibliografia Complementar: Meyer-pflug, Samantha Ribeiro; Silveira, Vladimir Oliveira da (Órg.). **Experiências de Justiça de Transição:** Aspectos Relevantes. São Paulo, Sp: Letras Jurídicas, 2015. Xiii, 176 P. ISBN 9788582480694. Comparato, Fábio Konder. **Rumo à Justiça.** 2. São Paulo Saraiva 2012 1 Recurso Online ISBN 9788502178588. Correia, José Gladston Viana. **Sociologia dos Direitos Sociais** Escassez, Justiça e Legitimidade. São Paulo Saraiva 2013 1 Recurso Online ISBN 9788502210196.
- TEORIA DO DIREITO I : Positivismo Jurídico. O Conceito de Direito de H. L. A. Hart. A Teoria Pura do Direito de Hans Kelsen. A Teoria do Direito Natural de John Finnis e Lon Fuller. A Teoria Interpretativista do Direito de Ronald Dworkin. Bibliografia Básica: Reale, Miguel. **Direito Natural/Direito Positivo.** 1. Ed. São Paulo, Sp: Saraiva, 2012. IX, 120 P. ISBN 978-85-02-15978-5. Alexy, Robert.



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

Princípios Formais e Outros Aspectos da Teoria Discursiva do Direito. Rio de Janeiro Forense 2014 1 Recurso Online ISBN 978-85-309-5703-2. Alexy, Robert.

Teoria Discursiva do Direito. 3. Rio de Janeiro Forense 2018 1 Recurso Online (Fora de Série). ISBN 9788530982829. Bibliografia Complementar: Barroso, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo** os Conceitos Fundamentais e a Construção do Novo Modelo. 8. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553610112. Macedo Junior, Ronaldo Porto. **do Xadrez à Cortesia** Dworkin e a Teoria do Direito Contemporânea. São Paulo Saraiva 2013 1 Recurso Online ISBN 9788502208711. Vesting, Thomas. **Teoria do Direito** Uma Introdução. São Paulo Saraiva 2015 1 Recurso Online (Idp). ISBN 9788502619623.

- TEORIA DO DIREITO II: Positivismo Jurídico Inclusivo. Positivismo Jurídico Exclusivo. Positivismo Jurídico Normativo. Realismo Jurídico. Análise Econômica do Direito (Law and Economics). Teoria Crítica do Direito (Critical Legal Studies). Bibliografia Básica: Soares, Ricardo Maurício Freire. **Elementos de Teoria Geral do Direito.** 4. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online ISBN 9788547216955. Zippelius, Reinhold. **Linha de Direito Comparado** Teoria Geral do Estado. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online (Idp). ISBN 9788502617995. Ramos, André de Carvalho. **Teoria dos Direitos Humanos na Ordem Internacional.** 6. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online ISBN 9788547202781. Bibliografia Complementar: Siqueira Junior, Paulo Hamilton. **Teoria do Direito.** 5. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553609192. Silva, Ivan de Oliveira. **Lições de Teoria Geral do Direito.** São Paulo Atlas 2013 1 Recurso Online ISBN 9788522481385. Atienza, Manuel. **as Razões do Direito** Teoria da Argumentação Jurídica. 2. Rio de Janeiro Forense 2014 1 Recurso Online ISBN 978-85-309-5571-7. Alexy, Robert. **Teoria Discursiva do Direito.** 2. Rio de Janeiro Forense 2014 1 Recurso Online ISBN 978-85-309-6190-9.

- TEORIA GERAL DO PROCESSO: Formas Consensuais de Solução de Conflitos. Crise da Jurisdição Estatal. Acesso à Justiça. Negociação, Mediação, Conciliação, Arbitragem. Direito Processual Civil: Conceito, Fontes e Aplicação da Norma Processual no Tempo e no Espaço. Normas Fundamentais do Processo Civil. Jurisdição e Competência. Teoria da Ação. Sujeitos do Processo. Atos Processuais. Bibliografia Básica: Alvim, J. E. Carreira. **Teoria Geral do Processo.** 22. Rio de Janeiro Forense 2019 1 Recurso Online ISBN 9788530984625. Bueno, Cassio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil.** 3. São Paulo Saraiva 2016 1 Recurso Online ISBN 9788547217013. Cintra, Antonio Carlos de Araújo; Grinover, Ada Pellegrini; Dinamarco, Cândido R. **Teoria Geral do Processo.** 21. Ed. São Paulo, Sp: Malheiros, 2005. 368 P. ISBN 85-7420-647-4. Bibliografia Complementar: Theodoro Júnior, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil, V.3.** 50. Rio de Janeiro Forense 2017 1 Recurso Online ISBN 9788530974381 Gonçalves, Marcus Vinícius Rios. **Curso de Direito Processual Civil, V. 2** Processo Deconhecimento (2ª Parte) e Procedimentos Especiais. 15. São Paulo Saraiva 2018 1 Recurso Online ISBN 9788553608898. Câmara, Alexandre Freitas. **o Novo Processo Civil Brasileiro.** 5. Rio de Janeiro Atlas 2019 1 Recurso Online ISBN 9788597019575.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO I: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO II: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO III: A ementa e a bibliografia serão definidas



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

na oferta da disciplina.

- TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO IV: A ementa e a bibliografia serão definidas na oferta da disciplina.

7.7. POLÍTICA DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA MATRIZ CURRICULAR

O Colegiado de Curso realizou estudo de impacto da nova estrutura curricular, analisando grupos de situações possíveis, e determina que a nova matriz curricular do Curso será implantada a partir do 1º semestre do ano letivo de 2021, para todos os acadêmicos do Curso.

Ressalta-se ainda que o Colegiado de Curso fará, previamente à matrícula 2021/01, plano de estudo individualizado com previsão de atividades a serem cumpridas por parte de cada acadêmico, podendo, para este fim, utilizar disciplinas optativas ou Atividades Orientadas de Ensino, em caso de déficit de carga horária.

8. POLÍTICAS

8.1. CAPACITAÇÃO DO CORPO DOCENTE

A UFMS oferece cursos de curta duração em "História e Culturas Indígenas" e "Gênero e Formação de Professores", além de organizar-se para propiciar a capacitação do corpo docente priorizando as seguintes áreas:

- a. Práticas Pedagógicas no Ensino Superior
- b. Formação Inicial de Docentes para o Ensino Superior
- c. Formação de Gestores para Cursos de Graduação

8.2. INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Acerca da inclusão de pessoas com deficiência, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul define em seu Plano de Desenvolvimento Institucional ações de acessibilidade como aquelas que possibilitem a melhoria das condições educacionais de estudantes que apresentam algum tipo de impedimento físico, sensorial, mental/intelectual, deficiências múltiplas, transtornos mentais, bem como aqueles que apresentam altas habilidades/superdotação e que necessitem de atendimento educacional especializado, recursos pedagógicos, tecnologias assistivas, mobiliários e ambientes externos e internos adaptados, garantindo a mobilidade com o máximo de autonomia.

A ampliação das oportunidades educacionais para os acadêmicos que apresentam necessidades especiais, em decorrência de alguma condição física, sensorial, mental, intelectual que o coloque em situação de incapacidade diante das diversas situações acadêmicas e de outra natureza, podem ser garantidas por meio da acessibilidade. Portanto, no intuito de colaborar para tornar a UFMS acessível, têm sido feitas mudanças nas propostas curriculares que se expressam nos Projetos Pedagógicos de Cursos sendo revisados para colaborar com a perspectiva da educação inclusiva, de modo a atentar e atender à diversidade das características educacionais dos estudantes para iniciar um processo que lhes garanta mais que o acesso, mas também a permanência e o máximo de autonomia para concluirem o curso de ensino superior.

A Divisão de Acessibilidade e Ações Afirmativas (Diaaf), responsável pelo desenvolvimento de ações que promovam a acessibilidade e as políticas afirmativas na UFMS, também visa o atendimento do público-alvo da Educação Especial, o que inclui pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação. De forma geral, como tais sujeitos requerem necessidades educacionais especiais que precisam ser consideradas para que sua



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

trajetória acadêmica seja positiva, entre as atividades da Diaaf estão: avaliação das necessidades educacionais especiais dos acadêmicos; orientação a docentes, colegas e/ou familiares quanto às necessidades educacionais especiais do discente com deficiência, autismo ou altas habilidades; acesso à comunicação e informação, mediante disponibilização de materiais acessíveis, de equipamentos de tecnologia assistiva, de serviços de guia-intérprete, de tradutores e intérpretes de Libras; coordenação de planos, programas e projetos de acessibilidade do Governo Federal no âmbito da Universidade e garantia da acessibilidade nas instalações da Universidade.

No âmbito do Campus, outras necessidades de natureza econômica ou social são monitoradas em trabalho conjunto com a Proaes.

No plano pedagógico, a Administração setorial, via Administração central, prevê a capacitação de Técnicos-Administrativos e Professores para o atendimento a pessoas com deficiência.

A mais importante diretriz para a inclusão de Pessoas com Deficiência é dar-lhes voz para que sejam, concretamente, incluídas nas atividades pedagógicas do Curso conforme suas necessidades e limitações, a fim de que consigam expressar suas potencialidades com dignidade e autoestima, sendo necessário que sejam aliadas tanto adaptações estruturais como pedagógicas a cada caso.

Para as Pessoas com Deficiência, inclusive as inseridas no espectro autista, será estimulado o atendimento personalizado dentro das propostas dos docentes e das possibilidades da Universidade, os quais deverão adaptar todos os componentes curriculares conforme as necessidades destes discentes, promovendo-lhes as maiores participação e integração possíveis para seu máximo desenvolvimento acadêmico e social, por meio de materiais e avaliações personalizados, formas alternativas de comunicação e aprendizado, garantia de acompanhante especializado para pessoas com transtorno do espectro autista e do uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e do alfabeto Braille, acessibilidade, adaptações ergonômicas, atendimento individual, acompanhamento psicológico e pedagógico para estimular a permanência no Curso.

Isso demonstra o comprometimento do Curso de Direito em agregar todas as diversidades humanas para que nos tornemos uma sociedade muito mais plural e respeitosa para com o próximo, de modo que as desigualdades sejam tratadas com base em discriminações positivas que promovam às Pessoas com Deficiência, cada vez mais, a plena e igual participação no sistema de ensino e na vida em comunidade, nos termos do artigo 24 da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Com base nesta mesma Convenção, o Curso traça como objetivos o pleno desenvolvimento do potencial humano das Pessoas com Deficiência, mediante o máximo desenvolvimento possível de sua personalidade, seus talentos, sua criatividade e suas habilidades físicas e intelectuais, estando também alinhado com as exigências da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) e da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012).

8.3. INCLUSÃO DE COTISTAS

Os cotistas terão um acompanhamento específico por parte da Coordenação de Curso ao longo do primeiro ano. Este acompanhamento inclui o monitoramento de seu desempenho acadêmico (como dos demais alunos) buscando identificar cedo possíveis déficits de aprendizagem que os estejam impedindo de prosseguir seus estudos de forma adequada.

O Curso oferece aos seus alunos todo o material necessário ao



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

desenvolvimento de atividades didático – pedagógicas (equipamentos, materiais, livros, etc.). Contudo, outras necessidades de natureza econômica ou social serão monitoradas em trabalho conjunto com a Proaes.

8.4. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O percurso formativo dos discentes se desenvolverá a partir da articulação de conhecimentos éticos, teóricos e técnicos que integrarão distintos modos de conhecer, compreender e elaborar a realidade de forma crítica e problematizadora. Nesse sentido, temas relativos aos direitos humanos, à educação das relações étnicos-raciais e à educação ambiental, serão desenvolvidos de forma transversal ao longo da matriz curricular do curso, incorporando esses importantes aspectos formativos de modo integrado e reflexivo.

O Conselho Nacional de Educação estabeleceu por meio das Resoluções nº 1/2004, nº 1/2012 e nº 2/2012, respectivamente, diretrizes nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, para Educação em Direitos Humanos e para a Educação Ambiental, as quais devem ser observadas por todas as instituições de ensino superior.

A Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação (CNE) instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Nesse sentido, compete destacar que o art. 1º, §1º, da referida norma dispõe que as instituições de ensino superior devem incluir referência à Educação das Relações Étnico-Raciais, nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes.

No presente PPC do Curso de Direito, observa-se que a temática referente às relações étnicos-raciais é abordada de forma historicamente contextualizada e de modo transversal ao longo de todo curso, sendo tema de reflexão e de problematização de forma mais específica nas disciplinas de Direitos Humanos e Antropologia e Direito.

Por sua vez, a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação (CNE) estabeleceu Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, dispondo em seu art. 6º que a Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deve ser considerada na construção do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior, no modelo de ensino, pesquisa e extensão, bem como nos diferentes processos de avaliação.

Aponta ainda o art. 7 da Res. Nº 1/2012 do CNE que a inserção de conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos poderá ocorrer de três formas: a) pela transversalidade; b) como conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes; c) de maneira mista, combinando a transversalidade e disciplinariedade.

A proposta do atual PPC do Curso de Direito contempla a terceira opção, pois apresenta uma abordagem mista, haja vista a existência de uma disciplina específica que versa de forma exclusiva sobre o tema “Direitos Humanos”, bem como o assunto será tratado de forma transversal nas diversas disciplinas que compõem a matriz curricular do curso.

Por fim, a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, do Conselho Nacional de Educação (CNE) estabeleceu Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental, que estipula em seu art. 7º que a educação ambiental deve estar presente, de forma articulada, na Educação Básica e Superior, devendo ser promovida em seus projetos pedagógicos. Dispõe ainda a referida resolução, em seu art. 8º, a necessidade de a educação ambiental ser desenvolvida como uma prática integrada e interdisciplinar, facultando aos cursos de graduação, em seu parágrafo único, a criação de



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

componente curricular específico.

No ponto, deve-se destacar que a temática da educação ambiental será abordada de forma concentrada na disciplina Direito Ambiental, bem como o assunto será tratado de forma transversal nas diversas disciplinas que compõem a matriz curricular do curso.

Assim, observa-se que as questões referentes às relações étnico-raciais, à educação em direitos humanos e à educação ambiental serão objeto de discussão de forma específica em algumas disciplinas, bem como se constituirão como problematização a ser abordada de forma integrada e transversal em diversos componentes integrantes da matriz curricular do curso.

9. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

9.1. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO FORMATIVO

O sistema de avaliação discente praticado no Curso de Direito/CPAN está previsto pela Resolução Cograd nº 550, de 20 de novembro de 2018, que dispõe ser 6,0 (seis) a média mínima para a aprovação. O Plano de Ensino deverá prever um sistema de avaliação composto por, no mínimo, duas avaliações obrigatórias e uma avaliação optativa.

Avaliação é uma atividade permanente e indissociável da dinâmica do ensinar e aprender, o que permite acompanhar passo a passo o avanço dos educandos, detectar a tempo suas dificuldades, reajustar suas características aos diferentes contextos, corrigir e reforçar o processo de ensino. Assim, simultaneamente, contemplará o rendimento do aluno no seu percurso de formação como no processo ensino-aprendizagem.

Os instrumentos de avaliação mais desenvolvidos são: o aproveitamento e a frequência obtidos pelo acadêmico nos trabalhos acadêmicos: provas escritas, provas práticas, provas orais, trabalhos práticos, estágios, seminários, debates, pesquisa e material bibliográfico.

Para cada avaliação realizada, o professor deverá:

- Apresentar a solução padrão e respectivos critérios de correção até a próxima aula da disciplina, após cada avaliação;
- Registrar no Siscad as notas das avaliações em até dez dias letivos após a sua realização;
- Apresentar ou entregar aos estudantes as respectivas avaliações corrigidas até o término do período letivo; e
- Após trinta dias do término do período letivo, as provas poderão ser descartadas pelo professor da disciplina.

Para cada disciplina cursada, o professor deverá consignar ao acadêmico uma Média de Aproveitamento (MA), na forma de graus numéricos com uma casa decimal de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero).

A aprovação em cada disciplina exige a obrigatoriedade de frequência mínima do acadêmico em 75,0% das aulas e Média de Aproveitamento (MA) igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero). O aproveitamento da aprendizagem será verificado, em cada disciplina, contemplando o rendimento do acadêmico durante o período letivo, face aos objetivos constantes no Plano de Ensino.

Em cada disciplina, o Plano de Ensino, elaborado previamente pelo professor e aprovado pela Colegiado de Curso, deverá prever, no mínimo, duas avaliações por semestre e uma avaliação optativa, as quais o professor deverá consignar ao acadêmico os graus numéricos de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero). O número e a natureza dos trabalhos acadêmicos deve ser o mesmo para todos os acadêmicos matriculados na disciplina.



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

No caso de disciplinas ofertadas total ou parcialmente a distância, o sistema de avaliação do processo formativo, contemplará as atividades avaliativas a distância, a participação em atividades propostas no AVA UFMS e avaliações presenciais, respeitando-se as normativas pertinentes.

9.2. SISTEMA DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

Fundamentada na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), e visa promover a avaliação das instituições, de cursos e de desempenho dos acadêmicos (Enade), a UFMS designou uma equipe que compõe a Comissão Própria de Avaliação da UFMS (CPA/UFMS), que possui representantes docentes, técnico-administrativos, discentes e um da sociedade civil organizada.

Cada Unidade da UFMS tem uma comissão responsável pela avaliação interna, denominada Comissão Setorial de Avaliação (CSA). A CPA e a CSA são regulamentadas institucionalmente pela Resolução nº 96, COUN, de 28 de Junho de 2019. O mandato de seus membros será de três anos, permitida uma recondução por igual período.

As CSAs têm a mesma competência da Comissão Própria de Avaliação (CPA) aplicadas no âmbito da Unidade, são a extensão da CPA nas unidades da UFMS. São responsáveis pela elaboração dos relatórios apontando as fragilidades e potencialidades, para o conhecimento dos gestores, Colegiados dos Cursos e demais instâncias para que indiquem de forma coletiva as ações que deverão ser implementadas, garantindo assim um processo formativo e contínuo da avaliação.

O formulário para avaliação encontra-se disponível no Siscad e cabe à Coordenação do Curso, ao Colegiado do Curso e à CSA a divulgação do mesmo junto aos acadêmicos. Por meio desse questionário os alunos da UFMS podem avaliar as disciplinas do semestre anterior e os respectivos docentes que ministraram as disciplinas, infraestrutura física, organização e gestão da instituição, políticas de atendimento ao discente, potencialidades e fragilidades do Curso, etc. Os dados desse questionário são coletados e serão utilizados para elaborar os Relatórios de Autoavaliação.

Além disso, cada Coordenação de Curso deverá realizar reuniões semestrais com o corpo docente e discente, visando refletir sobre os dados expostos nos relatórios autoavaliação institucional e definir estratégias para melhoria do Curso. No que se refere especificamente à avaliação da aprendizagem, preservar-se-á o princípio da liberdade pedagógica do professor, compatibilizando esta liberdade com a legislação vigente no âmbito da UFMS.

9.3. PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE NA AVALIAÇÃO DO CURSO

Os discentes participam da avaliação institucional, semestralmente, preenchendo o formulário de avaliação, disponibilizado via Siscad, sendo um formulário sucinto no primeiro semestre, a partir do qual avaliam a oferta das disciplinas cursadas no semestre, do atendimento oferecido por parte da coordenação e da infraestrutura específica do curso e um formulário mais completo, no segundo semestre, que agrupa, aos aspectos anteriores, a infraestrutura geral da Instituição e o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão. O trabalho de sensibilização do discente, no processo avaliativo, é conjunto da Secretaria Especial de Avaliação Institucional (Seavi), Comissão Própria de Avaliação (CPA), Comissão Setorial de Avaliação (CSA), cabendo à CSA promover a sensibilização da sua respectiva Unidade.

Como incentivo à participação do discente no processo de avaliação, e atendendo à orientação específica aprovada pelo Conselho de Graduação, por meio da Resolução nº 565, Coeg, de 11 de dezembro de 2015, as Atividades Complementares contempladas como componentes curriculares nos Projetos



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

Pedagógicos de Curso deverão fazer constar em seus regulamentos até vinte por cento da carga horária para a Atividade Resposta ao Questionário do Estudante da Comissão Própria de Avaliação da UFMS. Acredita-se que este pode ser importante estímulo à participação do corpo discente no processo avaliativo. Outro elemento de participação obrigatória é o Enade, no ano em que o ciclo avaliativo engloba o curso e é um componente curricular obrigatório, sem o qual o discente não pode concluir a graduação.

9.4. PROJETO INSTITUCIONAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO CURSO

A Secretaria Especial de Avaliação Institucional é a unidade responsável por coordenar e articular as diversas ações de avaliação desenvolvidas na Instituição. Entre outras competências, ela é responsável por conduzir os processos de avaliação internos no âmbito da Reitoria, da Administração Central e Setorial, e apoiar a Coordenadoria de Desenvolvimento e Avaliação do Ensino (CDA), e Divisão de Apoio à Regulação e Avaliação (Dira), unidades vinculadas a Prograd, e a Pró-reitora de Pesquisa e Pós Graduação (Propp) nos processos de Relatório de Autoavaliação Institucional (Raai), Enade, Credenciamento, Reconhecimento, Renovação de Reconhecimento e Avaliação dos cursos.

A CPA/UFMS disponibilizou uma página no site da UFMS (<https://cpa.ufms.br/>) para acesso aos documentos e relatórios como Autoavaliação Institucional e Relatórios de avaliação setoriais. A CPA/UFMS promove a avaliação constituída dos seguintes itens:

- avaliação discente;
- avaliação por docentes;
- avaliação pelos coordenadores;
- avaliação de diretores;
- avaliação por técnicos administrativos;
- questionamentos descritivos enviados aos setores administrativos da instituição e entrevistas.

10. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

10.1. ATIVIDADES ORIENTADAS DE ENSINO (QUANDO HOUVER)

As Atividades Orientadas de Ensino são estudos orientados por um docente, realizadas por um acadêmico ou grupo de acadêmicos com o objetivo de induzir o contato com conhecimento recente e inovador de uma subárea da área de formação do Curso. Caracterizam-se por serem estudos a partir de bibliografia da área (livros, artigos, vídeos, exposições, etc.) que aprofundam o entendimento do estudante de uma subárea da sua área de formação, satisfazendo algum centro de interesse. São atividades desenvolvidas de forma autônoma.

O orientador destas atividades tem o papel de indicar leituras e atividades ao estudante, de discutir com ele as temáticas estudadas, tirando as dúvidas do estudante, orientando-o sobre quais procedimentos deve tomar.

Estas atividades deverão ser registradas por meio de Plano de Trabalho aprovado pelo Colegiado de Curso. O professor orientador deverá indicar ao Colegiado de Curso, ao final do período previsto no Plano de Trabalho, se o estudante cumpriu ou não os objetivos propostos. As Atividades Orientadas de Ensino possuem regulamento específico.

10.2. ATIVIDADES COMPLEMENTARES



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

As Atividades Complementares são práticas acadêmicas apresentadas sob diferentes formatos, objetivando principalmente: complementar o currículo pedagógico vigente; ampliar os horizontes do conhecimento; favorecer o relacionamento entre grupos e a convivência com as diferenças sociais; e favorecer a tomada de iniciativa nos acadêmicos.

Devem ser compreendidas como uma oportunidade de acesso ao conhecimento, ideias, problemas e metodologias que possam ser agregados à formação específica, proporcionando ao acadêmico melhores resultados no desempenho científico e profissional. Algumas das atividades que podem ser computadas para Atividades Complementares são participação em eventos científicos, monitoria de ensino, estágio não-obrigatório e publicação de trabalhos científicos, conforme Regulamento específico das Atividades Complementares do Curso.

As Atividades Complementares consta em seu regulamento específico até vinte por cento da carga horária para a Atividade Resposta ao Questionário do Estudante da Comissão Própria de Avaliação da UFMS (Art.1º da Resolução nº 565, Coeg, de 11/12/15).

10.3. ATIVIDADES DE EXTENSÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional destaca a importância da extensão dentro das instituições de Ensino Superior, estabelecendo que a educação superior tem entre as suas finalidades promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição, bem como atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

A partir da consciência crítica que deve embasar todo o andamento do Curso em desenvolvimento, a lógica extensionista pretende, desde já, corroborar os campos de Ensino e Pesquisa que compõem a discurso do Plano Nacional de Extensão Universitária (PNEExt) – Ensino, Pesquisa e Extensão – derivada da vigência dos dispositivos presentes no PNE 2014-2024 e da Resolução nº 7, CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018, em que é previsto que até o final de 2021, as Atividades de Extensão deverão representar, no mínimo, 10% do total da Carga horária do Curso..

Deve-se compreender a Extensão Universitária como prática necessária ao conjunto educacional hodierno, sendo um procedimento de ordem científica, cultural e política, que articula o tripé fundante do PNE, transformando a realidade social. Partindo, desde já, do regionalismo e reconhecendo, nas palavras de Boaventura de Sousa Santos, a existência “localismos globalizados” e “globalismos localizados”.

Inserido no contexto social e geográfico de Corumbá, a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, demanda, desde já, uma percepção afiada da esfera fática que acompanha as pesquisas promovidas pelos docentes e discentes da instituição.

O Curso de Direito tem promovido ações de extensão voltadas para o atendimento à comunidade carente das cidades de Corumbá e Ladário, realizando o atendimento ao público, ofertando orientações jurídicas e, quando for o caso, ingressando e acompanhando as ações judiciais.

A atividade de extensão é, portanto, uma forma basilar de promover a intervenção social a partir do pressuposto do levantamento dos dados quantitativos e qualitativos, bem como dos resultados das reflexões propostas, sendo um contínuo fluxo de engrandecimento gnosiológico.



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

10.4. ATIVIDADES OBRIGATÓRIAS (ESPECÍFICO PARA CURSOS DA EAD) Não se aplica ao curso.

10.5. ESTÁGIO OBRIGATÓRIO (QUANDO HOUVER) E NÃO OBRIGATÓRIO

O Estágio é um instrumento de iniciação profissional que colocará os acadêmicos diretamente no mercado de trabalho e deverá proporcionar ao corpo discente, condições de aperfeiçoamento pessoal e profissional, através da aplicabilidade de seus conhecimentos teóricos e práticos, permitindo exercer a profissão com qualidade, além de procurar despertar no acadêmico o interesse pela área científica.

A Comissão de Estágio (COE) de cada Curso é responsável pelo acompanhamento dos acadêmicos durante todo o processo de estágio, desde sua formalização por meio do Plano de Atividades e Termo de Compromisso, até sua conclusão e avaliação final, por meio dos relatórios (parciais e final) solicitados em caráter obrigatório.

No Curso de Direito/CPAN existem duas modalidades de estágio: a) Estágio Obrigatório; b) Estágio não obrigatório.

O Estágio é um componente curricular obrigatório, cuja perspectiva de formação prático-profissional objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas disciplinas de formação geral e de formação técnico-jurídicas, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados e inerentes ao perfil do egresso.

O Curso de Direito/CPAN possui o Escritório Modelo de Assistência Judiciária (EMAJ) que compõe a estrutura organizacional da UFMS e é a Unidade responsável pelo acompanhamento e execução das atividades da Prática Jurídica nas Unidades da Administração Setorial que oferecem o Curso de Direito.

O EM AJ é responsável pela estruturação, gestão e organização das atividades propostas no decorrer do Estágio Obrigatório, em conformidade com a legislação pertinente, diretrizes estabelecidas pela Comissão de Estágio Supervisionado (COE) e pelo presente Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

O objetivo geral do EM AJ é o desenvolvimento de atividades de educação jurídica, obedecendo ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, buscando a implementação de atividades que promovam a interação teórico-prática, propiciem a inovação, o empreendedorismo, a tecnologia, a ética profissional, o fomento da cultura dos métodos consensuais de resolução dos conflitos, inerentes ao exercício das diversas profissões jurídicas.

No EM AJ são desenvolvidas atividades práticas jurídicas simuladas e reais, incluindo resolução consensual de conflitos, de tutela coletiva, bem como a prática do processo judicial eletrônico.

O EM AJ possui a seguinte estrutura de funcionamento: a) Coordenação do Escritório Modelo de Assistência Judiciária; b) Professores Orientadores de Práticas Jurídicas Reais; c) Advogados, membros do Corpo Técnico ou Docente da UFMS; d) Mediadores/conciliadores membros do corpo Técnico ou Docente da UFMS, ou Colaboradores, devidamente cadastrados em projetos de extensão, ensino ou pesquisa; e) Estagiários (estudantes matriculados nas disciplinas de Estágio Obrigatório - Prática Jurídica I ou Estágio Obrigatório - Prática Jurídica II);

A Prática Jurídica também é realizada por meio dos Estágios possibilitados por meio de Acordo de Cooperação, firmado diretamente entre as partes ou por meio de Agente de Integração, realizados nos seguintes ambientes: a) em departamentos jurídicos de empresas públicas e privadas; b) nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Procuradorias e demais departamentos jurídicos oficiais; c) em escritórios e serviços de advocacia e consultorias jurídicas.

O Estágio Não-Obrigatório é aquele de natureza opcional, com



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

a finalidade de enriquecer os conhecimentos teóricos do acadêmico e poderá ser utilização para a validação de Atividades Complementares.

O Estágio Obrigatório e Não Obrigatório submetem-se ao regulamento da COE, norma gerais da UFMS e legislação nacional vigente.

10.6. NATUREZA DO ESTÁGIO

A natureza do estágio obrigatório do Curso de Direito/CPAN é a indireta, na forma conforme os regulamentos da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

10.7. PARTICIPAÇÃO DO CORPO DISCENTE NAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

A dialética inerente ao próprio processo de ensino-aprendizagem não deve enquadrar o discente em posição alheia aos influxos de construção do aporte de conhecimento. Na dualidade da esfera da aprendizagem, a participação do corpo discente nas atividades acadêmicas – obrigatórias e complementares – é de fundamental valia.

Sem a intenção de esgotar a potência e pluralidade da relação de ensino-aprendizagem, podemos relacionar que é imperioso ao discente a observância das normas, regras e regimentos propostos pela UFMS, não apenas por questão de boa vivência da experiência acadêmica, como também como forma de abraçar a experiência universitária.

Assim, o tripé ensino-pesquisa-extensão demanda a inserção do discente no núcleo pedagógico latente da instituição. Em relação às atividades obrigatórias, fica registrado, desde já, em conformidade com este PPC, que os alunos devem observar as regras de presença e avaliação fixadas por cada docente nos Planos de Ensino enviados no início do semestre letivo. Qualquer questionamento em relação ao mesmos devem ser direcionados ao coordenador(a) do curso.

Por sua vez, quanto o aporte das atividades complementares, a participação em disciplinas optativas, oficinas, práticas de extensão, grupos de estudo, grupos de pesquisa, devem ser encaradas para além de ampliação de carga horária curricular, sendo um momento de aprofundamento teórico-prático, bem como de investigação científica, que impulsiona o movimento universitário democrático.

Os acadêmicos do Curso de Direito/CPAN são incentivados à participação em diferentes atividades, como: a) monitoria de ensino de graduação; b) Projetos de Ensino de Graduação (PEG); c) programas/projetos/atividades de iniciação científica ou em práticas de investigação; d) extensão; e) Bolsa Trabalho; f) na comunidade; g) grupos de estudos; h) liga acadêmica ou centro acadêmico; i) organização de eventos; entre outros.

Não obstante, ficam livres os discentes para propostas de grêmios e associações de cunho estudantil, desde que as mesmas respeitem os axiomas fundantes da UFMS, bem como os objetivos do curso de Direito CPAN.

10.8. PRÁTICA DE ENSINO (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DE MEDICINA)

Não se aplica ao curso.

10.9. PRÁTICA DE ENSINO NA ÁREA DE SAÚDE (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DA ÁREA DE SAÚDE, EXCETO MEDICINA)

Não se aplica ao curso.

10.10. PRÁTICA DE ENSINO COMO COMPONENTE CURRICULAR (ESPECÍFICO PARA OS CURSOS DE LICENCIATURA)

Não se aplica ao curso.

10.11. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (QUANDO HOUVER)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste em um trabalho de



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

pesquisa individual orientada em qualquer ramo do conhecimento jurídico, que propiciará aos alunos do Curso de Direito um aprofundamento no tema escolhido e estímulo à produção científica.

A elaboração do Trabalho de Curso é um dos requisitos necessários para a graduação em Direito e será desenvolvido pelo acadêmico de Direito, sob a orientação docente, devendo apresentar uma monografia jurídica a ser avaliada, numa defesa pública, perante banca composta pelo orientador e outros dois examinadores.

Serão avaliados como objetivos gerais do TCC o grau de habilitação adquirido pelo aluno do Curso, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, à consulta de bibliografia especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica do Direito. Além disso, o aluno deverá observar, na elaboração do trabalho acadêmico, as normas técnicas apresentadas no Manual Normativo para Apresentação de Trabalhos Científicos do Curso de Direito/CPAN, cujas complementações e atualizações metodológicas seguem as Normas Brasileira Regulamentadoras (NBR's) da ABNT.

O Curso de Direito/CPAN possui regulamentação específica sobre o TCC, dispondo sobre as formas de apresentação, orientação e coordenação específicas. Destaca-se que os trabalhos elaborados pelos alunos são disponibilizados em repositórios institucionais próprios.

Por fim, cabe ressaltar que a UFMS dispõe do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e da Comissão de Ética no Uso de Animais (Ceua) para a avaliação dos projetos de pesquisa no âmbito do Curso de Direito/CPAN, caso necessário.

11. DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS (OBRIGATÓRIO PARA CURSOS EAD)

Para disciplina ofertada total ou parcialmente a distância, a produção de material didático será realizada pelo professor da disciplina em conjunto com a Equipe Multidisciplinar de Produção da Secretaria Especial de Educação a Distância (Sead), e validado pela Equipe Multidisciplinar de Validação da Sead. Esse material didático deverá ser produzido e validado antes publicação da aprovação da oferta da disciplina.

O material didático deverá ser composto por tecnologias e recursos educacionais abertos (de preferência com licenças livres) em diferentes suportes de mídia, favorecendo a formação e o desenvolvimento pleno dos estudantes e assegurando a acessibilidade metodológica e instrumental. Tais materiais didáticos podem se constituir de: livros, **e-books**, tutoriais, guias, vídeos, vídeo aulas, documentários, **podcasts**, revistas, periódicos científicos, jogos, simuladores, programas de computador, **apps** para celular, apresentações, infográficos, filmes, entre outros.

12. INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

A infraestrutura do Curso é composta pelas salas de aula e pelo Escritório Modelo de Assistência Judiciária (EMAJ) - tradicionalmente conhecido pelo Núcleo de Práticas Jurídicas, para a realização do estágio obrigatório supervisionado. Além das salas da Coordenação de Curso e da Secretaria da Coordenação, dispostas nas Unidades I e II do CPAN.

O Curso conta com salas de professores para o desenvolvimento das atividades docentes, compartilhadas entre três professores.

O atendimento presencial aos alunos ocorre nas salas dos professores ou na sala da Coordenação do Curso de Direito, a depender do assunto e da demanda



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

proposta.

As salas de aula são equipadas com aparelhos de ar-condicionado, quadro negro e a disponibilidade de utilização de data-show.

Para eventos científicos, palestras ou reunião com os discentes e docentes, o Curso pode contar com o anfiteatro Salomão Baruki, com capacidade para 470 pessoas na Unidade II, ou a utilização de espaços com capacidade para 100 pessoas, tanto na Unidade I, quanto na Unidade III do CPAN.

Para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, ainda é possível contar com os laboratórios de informática do Campus.

O Campus do Pantanal conta com restaurante universitário para o atendimento da demanda dos discentes e docentes.

O Curso conta, ainda, com o acervo da biblioteca setorial, que faz parte do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, localizada no bloco A da Unidade I do Câmpus do Pantanal.

O sistema de gerenciamento informatizado das bibliotecas permite a consulta ao acervo local e online, aos recursos de pesquisa informatizada, empréstimo domiciliar, reserva e renovação de empréstimos local e online por meio da Plataforma Minha Biblioteca. Além de uma página destinada a E-Books e do Portal de Periódicos Capes, cujo acesso ocorre com a utilização do passaporte da UFMS.

13. PLANO DE INCORPORAÇÃO DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

As tecnologias de informação e comunicação adotadas no processo formativo permitem a execução do Projeto Pedagógico de Curso, garantindo a acessibilidade digital e comunicacional, promovendo a interatividade entre docentes e discentes, assegurando o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e possibilitando experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

Neste sentido, o Curso conta com Sistema Acadêmico (Siscad) no qual os docentes disponibilizam os planos de ensino das disciplinas e alimentam o Diário de Classe. Aludido Sistema pode ser acessado por qualquer aluno ou aluna até mesmo através de aplicativo em telefone móvel.

Quaisquer demandas institucionais são processadas via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), ambiente no qual há, inclusive, a gestão das atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso, entre os quais, oferta de vagas, aceite de orientação, depósito dos trabalhos (acompanhados dos termos de autenticidade), organização das defesas e seus respectivos documentos (atas de defesa, certificados e declarações de participação).

Além das mídias digitais disponíveis, a instituição também oferece um Ambiente Virtual de Aprendizagem, espaço no qual é possível a interação entre alunos e professores e consequente realização de estudos dirigidos ou demais atividades à distância, possibilitando a execução das atividades didáticas até mesmo em períodos de crise ou pandemias.

A Coordenação de Curso e cada servidor dispõe de um **e-mail** institucional, facilitando a comunicação entre os diferentes atores que compõem a instituição e o público externo. Através do **e-mail** institucional, os servidores ainda conseguem acessar outras plataformas ou ferramentas do **Google**, entre as quais o **Google Drive**, o **Google Meet**, entre outros instrumentos.

Por fim, é importante destacar que quaisquer informações, normas, formulários e demais documentos da UFMS e do Curso de Direito/CPAN podem ser encontrados em página institucional disponível na internet.



Anexo da Resolução nº 262, Cograd, de 3 de dezembro de 2020

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Pedagógico de Curso do Curso de Direito/CPAN/UFMS está elaborado com base nas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito (2018), legislação federal e normas institucionais vigentes.

Busca-se o estabelecimento de uma ligação entre o futuro profissional do direito, egresso dessa matriz, com a atual sociedade, cada vez mais dinâmica, complexa, desafiadora, plural e democrática.

O Curso de Direito/CPAN, criado em 2001, atendendo ao comunidade de Corumbá e região, recebendo a cada ano 50 futuros operadores do direito, espera com essa nova proposta de projeto pedagógico formar não apenas técnicos, mas cidadãos empenhados em buscar os valores da justiça e da ética, em um ambiente cada vez mais competitivo e individualista.

Aliás, a tem-se em conta a função social e política de um Curso de Graduação em Direito, em uma instituição pública de ensino superior, é formar cidadãos social e politicamente engajados, comprometidos com o ideal da justiça, com o desenvolvimento da sociedade brasileira, valores de um Estado Democrático de Direito e integração social pacífica ou não violenta entre os povos, o Projeto partiu de uma Concepção de Curso norteada pelo sentido ético da alteridade, articulando saberes e práticas e integrando os três eixos de formação acadêmica: fundamental, prático e profissional.

Desse modo, o Curso de Direito/CPAN busca a formação de egressos competentes, técnicos, mas humanistas, verdadeiros cidadãos, na luta pela justiça, em especial dos vulneráveis, em uma sociedade tão desigual como a brasileira.

15. REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.
- _____. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**, Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.
- _____. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES**, Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>.
- MATTOS, L. A. **Seminário de Didática Geral**. Rio de Janeiro: Aurora, 1968.